

**A VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**

em Piracicaba SP.



MUNICÍPIO DE PIRACICABA

QUINQUÊNIO 2015 A 2019

PESQUISA ENCOMENDADA POR:

*Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba - IPPLAP
CNPJ. 05.859.181/0001-20*

REALIZADA POR:

*Renata B. Mansur ME.
CNPJ. 31.927.316/0001-57*

© Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - IPPLAP. Todos os direitos reservados -2020.

Permitida a reprodução ou citação mediante identificação da fonte.

Sumário

AGRADECIMENTO	5
APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	
Panorama da Violência Contra a Mulher no Mundo	7
Dados Nacionais	8
Dados Do Estado De São Paulo	11
Dados Do Município De Piracicaba	12
A PESQUISA	
Metodologia	17
Segurança Pública	19
Saúde	61
Disque Denúncia 180	82
Poder Judiciário	89
Guarda Municipal	110
Assistência Social	117
Resultados Finais	130
ENTIDADES DE APOIO À MULHER EM PIRACICABA.....	140
GLOSSÁRIO	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

Agradecimento

Manifestamos nossa gratidão a cada órgão público que tornou possível a realização desta pesquisa, sendo eles: o Ministério da Saúde; o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o Ministério da Cidadania; a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através da Coordenadoria da Mulher em Situação De Violência Doméstica e Familiar Do Poder Judiciário do Estado de SP; e a Prefeitura do Município de Piracicaba através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a Secretaria da Saúde, a Guarda Civil Municipal e a Patrulha Maria da Penha.

Porém, a soma de esforços por trás de cada um desses órgãos públicos provém de pessoas, que dedicaram seu precioso tempo e sua atenção, para atender-nos e contribuíram gentilmente para que esta pesquisa fosse realizada.

Vale ressaltar que muito antes de iniciarmos este estudo, algumas mulheres de Piracicaba se dedicaram a pensá-lo, e seria um erro não as citar aqui. Por isso também dedicamos especial agradecimento às mulheres que fazem parte do grupo multissetorial da “Rede de Atendimento e Proteção às Mulheres de Piracicaba”, formado por lideranças femininas dos poderes públicos locais e sem o qual este trabalho não teria sido possível.

Gostaríamos aqui de citar o nome de cada pessoa que contribuiu direta ou indiretamente para a realização do trabalho, fazendo-lhes uma homenagem em especial, porém se acaso esquecermos de apenas um só nome, isso seria uma falta irreparável. Por isso, agradeceremos de maneira generalizada a todos que participaram do processo dessa pesquisa, seja na solicitação, no planejamento, na estruturação e na implantação do trabalho, que demandou tempo e esforço, e cuja realização só foi possível através da dedicação de cada um dos envolvidos em cada uma das etapas.

E para finalizar, registramos nossa gratidão à Deus que nos deu o dom da vida; às nossas famílias, que nos apoiaram paciente e incondicionalmente nas horas dedicadas a este trabalho; e à todas as meninas e mulheres vítimas de violência, que nos motivam a continuar com nossas pesquisas até que a erradicação da violência contra a mulher seja um objetivo alcançado.

Renata B. Mansur & Equipe
Consultoria em Pesquisas

Apresentação

Piracicaba carrega, nos seus 253 anos de história, o trabalho e a dedicação de muitas mulheres, que batalharam desde nas lavouras e plantações de café, até na árdua tarefa de cuidar de suas famílias e formar a sociedade. De modo geral, as mulheres piracicabanas sempre foram comprometidas com o desenvolvimento do município e contribuíram, mesmo que de maneira velada, para a construção da cidade e de seu desenvolvimento econômico.

Desde o século XIX, a educação piracicabana contemplou e estimulou o ensino às mulheres, através do Colégio Piracicabano, que foi criado em 1881 pela missionária da igreja metodista, a americana Martha Watts, que já promovia a educação feminina. Da mesma forma, a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq USP), criada em 1901; a UNICAMP, criada em 1967, entre outras. Gradativamente, através da educação, a sociedade piracicabana acompanhou o desenvolvimento dos direitos da mulher no mundo.

Em Piracicaba é comum encontrarmos não somente nomes de mulheres em escolas, mas também em muitas ruas. Nomes como Rua Anita Garibaldi, Rua Ana Neri, Rua Baroneza de Rezende, Rua Dona Francisca, Avenida Dona Lydia, entre tantas outras mulheres homenageadas, a nos lembrar da força e coragem feminina.

A saúde da mulher é prioridade, conforme demonstram os dados que serão mostrados nessa pesquisa, através dos índices apresentados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, cujos números de todas as variáveis em saúde da mulher estão acima da média estadual.

Diante desse quadro, naturalmente o município demonstra seu interesse em analisar dados que possam melhorar ainda mais as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Atualmente, todos os setores públicos incluem em sua Agenda o compromisso de erradicar a violência contra a mulher no município. Para tanto, pesquisas como esta, precisam ser feitas para se mensurar a proporção do problema, definir metas e estabelecer projetos através das demandas analisadas.

Com esta pesquisa, avançamos no assunto, sabendo que esse estudo não se esgota em si mesmo, sendo necessário uma constante atualização dos dados. No entanto, teremos cumprido o nosso dever e nossa missão, se a pesquisa puder inspirar novos estudos e diagnósticos em prol dos direitos das mulheres e da erradicação da violência contra a mulher em Piracicaba.

Arthur Alberto Azevedo Ribeiro Neto

Presidente do IPPLAP

www.ipplap.sp.gov.br



Introdução

Panorama da Violência Contra a Mulher no Mundo

A violência contra a mulher permeia a história da humanidade e embora sempre tenha existido, é um assunto reconhecido de forma recente na sociedade, sendo debatido de maneira crescente nos setores públicos e sociais voltados à proteção dos direitos humanos no mundo. Trata-se de um fenômeno sistêmico, pois ocorre de maneira generalizada, não apenas na sociedade brasileira, mas em todo o mundo, e está relacionado aos padrões das relações de gênero, ou seja, da idealização biopsicossocial do masculino e do feminino pela sociedade, e ao modo como essas relações de gênero se estabelecem.

Não existe um consenso no meio acadêmico quanto à terminologia utilizada para designar a violência sofrida pelas mulheres. Entre as mais comuns estão: violência de gênero, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência de parceiro íntimo e violência conjugal. Nesta pesquisa será adotado o termo "violência contra a mulher", por ser esta a denominação mais frequente utilizada não apenas pelos movimentos de mulheres e movimentos feministas brasileiros desde a década de 1970, mas também por diversas Conferências e Convenções internacionais.

Ao falar sobre violência, será adotada a definição de Minayo (1994), que afirma ser este um complexo fenômeno biopsicossocial, passível de entendimento apenas a partir da especificidade histórica, uma vez que, na configuração da violência, se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais e do plano individual.

A exemplo da importância e a contemporaneidade do tema "violência contra a mulher" no mundo, considera-se que a Conferência Mundial sobre as Mulheres, ou Plataforma Beijing, realizada pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 1995, representou desde então um marco para a promoção de políticas voltadas aos direitos da mulher.

Entre os direitos fundamentais citados na promoção da agenda, apontamos o enfrentamento à violência contra as mulheres, cujas tipificações dos crimes foram descritas como discriminação, violência física, psicológica, econômica e sexual. Dentre as formas de violência citadas, destacou-se o tráfico sexual de mulheres e meninas, que foi declarado como uma das mais persistentes violações dos direitos e da dignidade de mulheres. O documento salientou também a importância do enfrentamento à violência cometida especificamente contra a mulher indígena, negra, migrante, pobre ou habitante de comunidades rurais.

Ressaltou-se, ainda, que os danos diretos que as violações de direitos incutem nas mulheres e meninas no mundo são traduzidos em um medo frequente de fazerem valer seus direitos fundamentais, tais como o de ir e vir, o de frequentar espaços públicos e o de ocupar de espaços de poder. Isso porque as mulheres são constantemente privadas de suas liberdades, em virtude das manifestações que a maioria dos homens expressam de naturalização dessas violações, além da percepção de que a impunidade a esses e outros tipos de violência contra as mulheres é uma realidade bastante provável, conforme dados que serão apresentados ao longo desta pesquisa.

Após 25 anos da Conferência de Beijing, mesmo com avanços nas políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher em muitas partes do mundo, há ainda altos índices de violência na atualidade, como aponta o relatório da ONU, publicado em junho de 2019, que

indica que uma em cada cinco mulheres com idade entre 15 e 49 anos, ou seja, cerca de 780 milhões de mulheres (que correspondem a 17,8% das mulheres do planeta) já sofreram violência física e/ou sexual.

Dados Nacionais

O Estado brasileiro, signatário da Conferência de Beijing e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher – a "Convenção De Belém Do Pará", de 1994 – e insuflado pela nova Constituição da República de 1988, realizou uma significativa evolução com vistas ao enfrentamento da violência contra a mulher ao longo das últimas décadas. A maior delas, sem dúvida, foi a criação da Lei Maria da Penha, promulgada em 07/08/2006. Considerada pela Organização das Nações Unidas a terceira melhor legislação em favor dos direitos das mulheres do mundo, a Lei Maria da Penha merece destaque pois foi amplamente difundida em todo o país.

Conforme aponta pesquisa apoiada pela Campanha Compromisso e Atitude, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2013), 98% da população brasileira já ouviu falar da Lei Maria da Penha, mas ainda assim, a melhoria da condição feminina decorrente de sua aplicação é gradual e está em curso.

Em termos numéricos, de acordo com estudo realizado pelas Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil foi considerado em 2016 o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio no mundo, o que gerou resposta por parte do Governo Federal na criação de Diretrizes Nacionais no Enfrentamento ao Feminicídio. No entanto, o feminicídio é apenas a ponta do iceberg da violência contra a mulher e representa o desfecho mais extremo do problema.

Dados da pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular (2014) indicam que três em cada cinco mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos, ou seja, mesmo as meninas e jovens da chamada "geração Z" (nascidas após 1995) vivem alto índice de violência, apesar das políticas públicas já implantadas no país, desde a Convenção de Belém do Pará.

Segundo o Painel de Violência Contra Mulheres do Senado Federal, em 2017 as brasileiras realizaram mais de 220 mil Notificações de Saúde e cerca de 450 mil processos no Poder Judiciário, todos decorrentes de violência contra a mulher. Dados do Atlas da Violência 2020 apontam que, entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres, sendo que, no Estado de São Paulo, esse aumento foi de 36,3%. Números expressivos como esses nos levam a perceber o crescimento das notificações feitas pelas mulheres, tanto no âmbito da saúde, quanto da justiça.

Para confirmar esse fato, vejamos o que nos mostram os dados do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Agravos de Notificação – SINAN: de 2009 a 2016, houve um aumento de 680% nas notificações de violência física, um aumento de 590% de notificação de violência psicológica, um aumento de 1100% de casos de estupros e um aumento de 275% de violência por arma de fogo contra a mulher, todos praticados por cônjuge ou namorado da vítima.

Já os números levantados pelo Poder Judiciário, segundo o Conselho Nacional de Justiça, apontam que mais de 1 milhão de processos relacionados à lei Maria da Penha correm na Justiça e quase 400 mil medidas protetivas tiveram de ser aplicadas em 2018.

Sobre casos específicos relacionados ao feminicídio, em 2018, o aumento foi de 34% em relação a 2016, passando de 3.339 casos para 4.461.

Portanto, a interpretação desse expressivo crescimento dos números de notificações denota a hipótese de que não há apenas uma disparada na criminalidade contra mulheres, mas de que a publicidade da Lei Maria da Penha e as campanhas para estimular as vítimas a denunciarem os autores de violência repercutiram de tal forma, que as mulheres – antes silenciadas – passaram a delatar os autores da violência ao longo do tempo.

Por outro lado, de acordo com o Sistema de Indicadores de Percepção Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014), embora 91% dos brasileiros afirmem que “homem que bate na esposa tem de ir para a cadeia”, antagonicamente 63% concordam que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. Além disso, 89% dos entrevistados pensam que “a roupa suja deve ser lavada em casa” e 82% que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Essa pesquisa deixa evidente que um dos maiores motivos de os índices brasileiros de violência contra a mulher serem tão alarmantes e de não apresentarem uma curva decrescente, apesar de toda publicidade e campanhas realizadas nesse sentido, é o fator cultural. Em outras palavras, pode-se afirmar que essa forma de violência apresenta grande capilaridade no tecido social brasileiro, uma vez que encontra sua permanência profunda nas formas de representação social e nas construções simbólicas das relações de gênero presentes nas mentalidades de homens e mulheres em nosso país.

Por conta desse quadro social do problema, acima demonstrado, mesmo que algumas políticas públicas de qualidade estejam sendo implementadas no Brasil assim como novas leis – como por exemplo, a Lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha, já citada anteriormente; a Lei 12.015/09, dos crimes contra a dignidade sexual; a Lei 12.737/12, conhecida como a Lei Carolina Dieckmann, de crimes cibernéticos; a Lei 12.845/13, conhecida como Lei do Minuto Seguinte, que oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato no SUS; a Lei 12.650/15, conhecida como Lei Joana Maranhão, que alterou os prazos de prescrição contra abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes; a Lei 13.104/15, conhecida como Lei do Feminicídio que alterou as tipificações das mortes de mulheres por violência doméstica ou discriminação em crime hediondo; a Lei 13.718/18 de importunação sexual;. Mesmo com tantas leis em prol dos direitos de meninas e mulheres, ainda há que se pensar em estratégias integradas, envolvendo o poder público, iniciativa privada e sociedade civil, para o desenvolvimento de projetos que visem a transformação social, baseados especialmente na alteração de normas sociais e de convivência.

Tendo em vista que os grupos sociais carecem de mecanismos de conscientização e organização, sugere-se a implementação de planos de ações integradas, que alcancem não somente as comunidades mais vulneráveis, mas também famílias de classes média e média-alta, a fim de que todos tenham a oportunidade de ressignificarem o que é aceitável ou inaceitável no comportamento social, modificando, assim, as formas de pensar e de agir em sociedade.

Já se observarmos esse problema sob a perspectiva econômica, veremos que a violência contra a mulher gera custos muito altos na economia brasileira. Mesmo ainda não encontrando

estudo oficial dessa temática no Brasil, podemos citar o estudo feito nos Estados Unidos, que aponta que o custo da violência doméstica entre casais ultrapassa US\$ 5,8 bilhões por ano, sendo US\$ 4,1 bilhões somente em serviços médicos e US\$ 1,8 bilhões em perda de produtividade. Tais números mostram a necessidade em se adotar políticas públicas preventivas, como fez a Colômbia, por exemplo, destinando em 2003 US\$ 73 milhões, ou seja, o equivalente hoje a cerca de 400 milhões de reais, para programas de prevenção à violência doméstica. No Brasil, entretanto, os recursos federais voltados para ações de combate à violência contra a mulher diminuíram em 95% nos últimos 5 anos. Em 2015 o orçamento da Secretaria da Mulher foi de 119 milhões de reais, e foi para 5,3 milhões em 2019.

Com base nos dados da pesquisa americana pode-se afirmar que a violência contra a mulher provoca o aumento de gastos públicos de maneira intersetorial: a começar com a Saúde Pública, computando gastos com consultas de emergência, tratamentos de saúde, consultas psicológicas, psiquiátricas e medicação; serviços do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, Ministério Público, Setores Administrativos e todos os honorários provenientes dessas demandas; gastos com serviços sociais, aumentando a carência por segurança social, refúgios, Casa Abrigo e Centro de Atendimento à Mulher; serviços de Segurança Pública, policiamento e disques denúncias.

Deve-se adicionar a esses custos, a perda de produtividade da mulher no trabalho, as faltas, acidentes por medo, distração, fuga e demais problemas que repercutem em gastos e improdutividade. E não podemos deixar de citar os custos que o autor de violência gera ao Estado, considerando toda a estrutura do Poder Judiciário envolvida nos processos, condenações e prisões desses homens. Por fim, os problemas familiares decorrentes dessa violência, atingem também os filhos, o que gera ao país um alto custo, não somente econômico, mas também social, transformando o problema estrutural em algo cíclico, visto que os filhos reproduzem em suas próprias vidas quando adultos, o que presenciaram dentro de suas casas.

No entanto, para que a implementação de políticas públicas esteja alinhada não só com as suas respectivas dotações orçamentárias, mas principalmente com as demandas sociais, o levantamento de dados estatísticos é fator essencial para se mensurar a proporção do problema. A ausência de dados cria uma obstrução ao desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher, como apontado no documento Textos para Discussão 196, do Senado Federal (2016), referente às Lacunas do Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Importante destacar também que está prevista na Lei Maria da Penha, em seu artigo 8º Inciso II, a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas.

Portanto, tratar o assunto da violência contra as mulheres no país de maneira integrada, com medidas tomadas nas áreas econômica, social, educacional, cultural etc., parece ser fator decisivo para dirimir tais problemas, que se encontram tão impregnados em nosso tecido social, como tem-se demonstrado até aqui. Para isso, o papel e a prioridade dos gestores políticos deve ser a implementação de políticas públicas para as mulheres, tanto no âmbito municipal, quanto no estadual e no federal.

Dados do Estado de São Paulo

O Governo do Estado de São Paulo em 14 de setembro de 2011, promulgou a Lei 14.545, que estabelece a Organização de banco de dados contendo índices de violência, praticados contra a mulher no Estado de São Paulo. Em seu Artigo 1º, o Poder Executivo compromete-se a organizar um banco de dados destinado a dar publicidade aos índices de violência contra a mulher, a fim de instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado de São Paulo. Já em seu Artigo 3º, determina que as despesas decorrentes da aplicação desta lei devem correr à conta das dotações orçamentárias próprias.

Desta forma, a Secretaria Estadual de Segurança Pública, publica todo mês desde 2011, dados estatísticos. De acordo com a análise realizada, verifica-se através dos dados dos Boletins Estatísticos Eletrônicos disponibilizado na plataforma, que de 2015 a 2019, os crimes com maior incidência de ocorrências foram os de Ameaça, seguido de Lesão Corporal Dolosa, Crimes contra a honra e Estupro de Vulnerável, que somam 96,6% de todos os crimes ocorridos no Estado de São Paulo entre o quinquênio de 2015 a 2019.

TIPIFICAÇÃO DO CRIME	2015	2016	2017	2018	2019	Total	Varição	% Total
AMEAÇA	58826	58963	57508	57296	65135	297728	11%	44,95%
LESÃO CORPORAL DOLOSA	51331	52336	50665	50688	54910	259930	7%	39,24%
CALÚNIA - DIFAMAÇÃO - INJÚRIA	13618	14289	12750	11743	12128	64528	-11%	9,74%
ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONSUMADO	418	410	470	7948	8564	17810	1949%	2,69%
ESTUPRO CONSUMADO	502	433	516	3226	3120	7797	522%	1,18%
DANO	1013	933	845	897	938	4626	-7%	0,70%
MAUS TRATOS	393	352	329	356	349	1779	-11%	0,27%
INVASÃO DE DOMICÍLIO	328	336	303	334	380	1681	16%	0,25%
ESTUPRO TENTADO	43	35	52	791	721	1642	1577%	0,25%
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	272	298	282	303	397	1519	46%	0,23%
CONSTRANGIMENTO ILEGAL	233	194	175	112	199	913	-15%	0,14%
HOMICÍDIO DOLOSO (exclui FEMINICÍDIO)	85	88	85	325	261	844	207%	0,13%
ESTUPRO DE VULNERÁVEL TENTADO	0	0	0	327	300	627	-8%	0,09%
OUTROS C/C/ DIGNIDADE SEXUAL	39	37	50	117	324	567	731%	0,09%
FEMINICÍDIO	0	0	0	136	184	320	35%	0,05%
HOMICÍDIO CULPOSO	27	5	5	3	7	47	-74%	0,01%
TOTAL OCORRÊNCIAS 2015 A 2019	127128	128709	124035	134602	147884	662358	16%	100,00%

Tabela 1 – Número de ocorrências de violência contra a mulher no Estado de São Paulo no período de 2015 a 2019. Fonte: B.E.E. (Boletim Estatístico Eletrônico).

Entre o período estudado, verificamos um aumento de 16% no total de ocorrências, comparando-se o ano de 2015 a 2019 no Estado de São Paulo. Entre os crimes que tiveram um aumento na incidência entre o período estudado, citamos os crimes de Ameaça com 11% de aumento na incidência, Lesão Corporal Dolosa com 7% de aumento na incidência, Invasão De Domicílio com 16% de aumento na incidência, Tentativa De Homicídio com 46% de aumento na incidência.

Ressalva-se que os dados de 2018 e 2019 cujas naturezas Homicídio Doloso, Estupro e Estupro de Vulnerável (consumado e tentado) referem-se à quantidade de vítimas, havendo ou não violência doméstica associada no Boletim de Ocorrência. Nestes casos temos que Homicídio

Doloso (Exclui Femicídio) teve 207% de aumento na incidência, os casos de Estupro De Vulnerável Consumado apresentaram um aumento de 1949% de incidência, o crime de Estupro Consumado apresentou um aumento de 522% na incidência, o Estupro Tentado apresentou um aumento de 1577% e Outros crimes de Dignidade Sexual apresentaram um aumento de 731% na incidência das ocorrências.

Considera-se nessa visualização Femicídio (Inc. VI, §2º do art. 121 do código penal) apenas os casos onde esse agravante foi incluído entre as naturezas no Boletim de Ocorrência, e temos que o crime de Femicídio teve 35% de aumento na incidência das ocorrências entre 2015 a 2019.

Os crimes que apresentaram menor incidência nas ocorrências do período de 2015 a 2019, foram os de Calúnia - Difamação – Injúria, com uma redução de -11% de ocorrências, o crime de Dano que apresentou uma variação percentual de -7%, o crime de Maus Tratos com -11%, o crime de Constrangimento Ilegal que apresentou uma variação de -15%, o crime de Estupro De Vulnerável Tentado com -8% e o crime de Homicídio Culposo com a variação de -74% no registro de ocorrências do período.

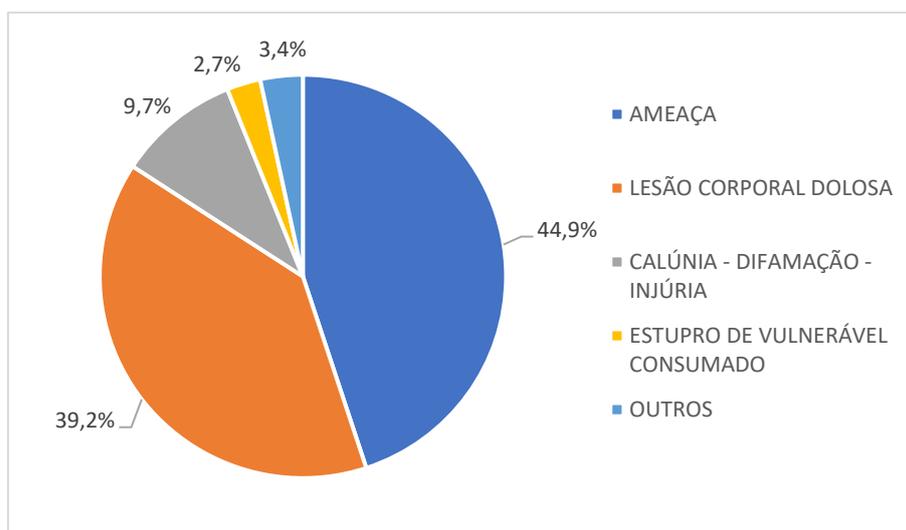


Gráfico 1 – Maiores ocorrências de violência contra a mulher no Estado de São Paulo no período de 2015 a 2019. Fonte: B.E.E. (Boletim Estatístico Eletrônico).

Dados do Município de Piracicaba

Piracicaba é um município do interior do Estado de São Paulo e localiza-se a 554 metros de altitude, na média depressão periférica paulista, entre os paralelos 20º30'e23'' e entre os meridianos de 47º30' e 48º10' W.G. (RANZANI, 1976, p.13.). Sua área territorial é 1.376,91 Km², sendo o 19º Município do Estado em extensão, segundo dados do Censo do IBGE 2010. Sua área urbana é 229,66 Km² e sua área rural é 1.147,25 Km². O relevo é uma topografia pouco acidentada e o clima é tropical de altitude Cwa.

O município, que está localizado a 152 km da capital do Estado de São Paulo, integra a região administrativa de Campinas e é servida pelas Rodovias SP 127, SP 147, SP 304 e SP 308.

Quando passamos a um aprofundamento das análises dos dados estatísticos, observa-se que no âmbito municipal nem sempre há um espelhamento em comparação aos dados estaduais ou federais, ou seja, cada município tem suas particularidades, embora sejam observados alguns padrões. Como exemplo, tomemos o índice de que, no Brasil, a maioria das mulheres vítimas de violência são negras e pardas, correspondendo a 60% dos casos. No entanto, na cidade objeto do estudo, Piracicaba, temos um índice de violência de 70% de mulheres brancas, o que corresponde ao quadro comparativo do total da população branca feminina no município, conforme dados que apresentaremos a seguir. Por essa razão, estudos locais, como a presente pesquisa, são extremamente relevantes, para que se possam levantar números estatísticos que embasem novas políticas públicas na cidade, visando uma intervenção eficiente e eficaz por parte dos gestores municipais.

Segundo fontes do IBGE, a população total da cidade é de 364.571, sendo 178.345 de homens e 186.226 de mulheres em 2010. A população de brancos em Piracicaba é de 72%, a população parda é de 21%, a população preta é de 6,3%, a amarela é de 0,59% e a indígena e sem declaração somam 0,06%, conforme dados do IBGE publicados no site do IPPLAP.

Cor ou Raça	2000			2010		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Branca	127.185	133.250	260.435	126.543	135.992	262.535
Preta	9.653	9.267	18.920	11.637	11.329	22.966
Parda	23.867	22.546	46.413	38.957	37.700	76.657
Amarela	514	447	961	1.083	1.074	2.157
Indígena	340	339	679	119	127	246
Sem Declaração	925	825	1.750	6	4	10
Total	162.484	166.674	329.158	178.345	186.226	364.571

Fonte: IBGE.

Tabela 2 – População Censitária Por Cor e Gênero No Município De Piracicaba - 2000 E 2010. Fonte IBGE.

Dados atualizados da Fundação SEADE 2020, informam que o município possui um índice de 282,91 de densidade demográfica, 0,68% de taxa geométrica de crescimento populacional, 98% de taxa de urbanização, possui 17% de população com menos de 15 anos e 16% de população com mais de 60 anos, sendo de 95% o índice de envelhecimento da população, o que representa um índice maior que a média estadual em 14% (2020).

A taxa de mortalidade infantil é de 10,9 a cada mil nascidos vivos (2018), abaixo da média estadual; a taxa de cesáreas realizadas no município é de 70% (2016), quase 11% a mais que a média estadual; os nascidos com baixo peso com menos de 2,5kg é de 8,9% (2016) e menor que a média estadual em 0,2%. O índice de fecundidade geral é de 48,21 por mil mulheres de 15 a 49 anos, abaixo da média estadual e que apresenta decréscimo na linha de tendência comparado aos Censos anteriores. A taxa de nascidos vivos de mães com menos de 18 anos é de 3,5%, número menor que a média estadual em 1,1%. Em 2016, 82,6% das gestantes fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, um índice **3,6%** maior que a média do Estado de São Paulo. Esse conjunto de dados demonstram que o município possui políticas públicas de atenção à saúde da mulher e se encontra acima da média estadual, porém, apesar dos indicadores

apresentarem resultados eficientes em saúde da gestante, o número de leitos do SUS é de 0,85 por mil habitantes (2019), abaixo do índice da média estadual em **0,33%**.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Piracicaba é 0,785 em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), ocupando a 40ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,848, seguida de renda, com índice de 0,797, e de educação, com índice de 0,717.

Territorialidades	Esperança de vida ao nascer 2010	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Brasil	73,94	0,727	0,739	0,816	0,637
Piracicaba (SP)	75,88	0,785	0,797	0,848	0,717

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Tabela 3 – Comparativo de Índice de Desenvolvimento Humano da população brasileira e a população de Piracicaba. Censo de 2010. Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Com o intuito de melhor entender a diferença de IDHM entre homens e mulheres em Piracicaba, calculou-se o IDHM ajustado à educação, longevidade e renda do trabalho, conforme tabela abaixo.

Territorialidades	Brasil	Piracicaba (SP)	Branco Brasil	Branco Piracicaba	Homem Brasil	Homem Piracicaba	Mulher Brasil	Mulher Piracicaba	Negro Brasil	Negro Piracicaba
IDHM 2010	0,727	0,785	0,777	0,811	0,696	0,767	0,756	0,809	0,679	0,722
IDHM Renda 2010	0,739	0,797	0,791	0,822	0,74	0,801	0,737	0,794	0,667	0,703
IDHM Longevidade 2010	0,816	0,848	0,838	0,858	0,746	0,781	0,872	0,908	0,803	0,835
IDHM Educação 2010	0,637	0,717	0,708	0,757	0,612	0,722	0,671	0,734	0,584	0,64

Tabela 4 – Comparativo de Índice de Desenvolvimento Humano entre homem, mulher, brancos e negros aplicado a IDHM de Renda, Longevidade e Educação. Censo de 2010. Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Pelas observações no IDHM de educação, podemos verificar que as mulheres possuem mais escolaridade que os homens. Já a taxa de longevidade dos homens é menor. Como hipótese a esse dado, alguns pesquisadores, como Lima, Büchele e Clímaco (2008), alegam que: em função de a agressividade fazer parte do processo de socialização masculina, isso contribui para que dados epidemiológicos apontem para elevados índices de morbidade e mortalidade masculina, especialmente relacionadas a causas externas (homicídio, suicídio e acidente de trânsito). Uma breve busca no TabNet e no Sistema de Informações sobre Mortalidades/SIM é suficiente para verificar esses fatos e ilustrar porque os homens vivem, em média, sete anos a menos do que as mulheres no Brasil.

Quanto ao IDHM ajustado a renda, temos que os homens possuem um rendimento médio maior que o das mulheres, dado que confronta o índice de menor escolaridade.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da população negra, em 2010, é de 0,722 e o da população branca é de 0,811. Em números absolutos, a diferença entre ambos é de 0,089. A população negra possui menor índice, sendo no IDHM de educação, longevidade e renda. Tais números ajudam a confirmar o fenômeno da desigualdade racial, como herança das lentas mudanças históricas após o período de mais de 300 anos de escravização das populações africanas e afrodescendentes, fenômeno persistente no Brasil e que resulta em desvantagens à população negra brasileira no acesso aos direitos humanos, políticos e sociais de maneira geral.

O município de Piracicaba vem adotando medidas para combater o crime de racismo e a desigualdade social derivada dele. Como exemplo de alguns projetos, citamos a criação do CONEPIR - Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Piracicaba, a criação da Rede de Defesa às Vítimas de Preconceito Racial e também o Disque Racismo 156, da Prefeitura, que acolhe denúncias de racismo e as encaminha ao Ministério Público.

No entanto para que o preconceito racial seja apenas uma experiência do passado, vale ressaltar a importância de se combater principalmente o racismo contra as mulheres negras, que representam a síntese de duas grandes opressões, a de gênero e a de raça. Desta forma, para que as mulheres negras possam ter condições de escapar da “asfixia social”, como bem define a filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, Sueli Carneiro, devemos “enegrecer o feminismo”, criando meios de incluir a participação das mulheres negras nos movimentos que envolvam reivindicações de direitos da mulher, sendo necessária uma abordagem global nos movimentos que leve em consideração aspectos que abarquem simultaneamente questões de raça, classe social, religião, idades e outras. A autora defende ainda que uma das formas de luta contra a opressão de gênero é a contestação dos estereótipos socialmente construídos sobre o papel da mulher na estrutura do sistema.

Para Maria Aparecida da Silva Bento, psicóloga e ativista brasileira, considerada pela revista *The Economist* uma das 50 profissionais mais influentes do mundo no campo da diversidade, há ausência de mulheres negras nos espaços onde as mulheres brancas estão avançando e isso deve ser repensado. E, para concluir, citamos Jurema Pinto Werneck, feminista negra, médica, autora e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que defende que as pessoas sensíveis para as causas dos direitos humanos devem estar prontas para lidar com as diferenças, abrirem-se ao diálogo respeitoso e disponível à fala e à escuta, sendo isso um compromisso pessoal de cada um de nós”.

Levando em conta o engajamento necessário à conscientização da violência contra as mulheres, independentemente de suas cores, faz-se necessário a inserção dos homens nas rodas de debate, ressaltando a urgência por um repensar dos processos de socialização masculina, cuja a agressividade é uma forma aceita da prova de masculinidade social.

Segundo Relatório da ONU (2006), a participação dos homens na elaboração de ações de prevenção da violência contra a mulher, são um dos conceitos norteadores da prevenção de violência e a realização de projetos de reabilitação com os agressores, representam uma possível estratégia de prevenção.

Dada a importância da sensibilização e de trabalhos de conscientização junto aos autores da violência, a cidade de Piracicaba tem realizado há cerca de dois anos, um importante

trabalho através da parceria entre o Ministério Público, a Defensoria Pública e a faculdade de Psicologia da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. Trata-se do projeto chamado “Grupo Reflexivo”, que foi amparado pela Lei 13.984 de 03 de abril de 2020, e alterou o artigo 22 da Lei Maria da Penha, para estabelecer como medidas protetivas de urgência a frequência do agressor em centro de educação, de reabilitação e de acompanhamento psicossocial.

Diante do exposto, verifica-se o interesse que os diversos órgãos públicos do município possuem nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, citando o importante grupo multissetorial chamado Rede de Atendimento e Proteção às Mulheres de Piracicaba. Trata-se de um grupo de trabalho composto por membros mulheres, trabalhadoras do Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo, das esferas municipais, estaduais e federais. O grupo de trabalho é formado por autoridades do Ministério Público, Defensoria Pública, Câmara de Vereadores Municipal, Secretarias da Educação, Secretaria da Saúde, Segurança Pública, Assistência Social, Guarda Municipal, Conselho Municipal da Mulher, entre outros que, desde 2018, somam esforços na proposta formal de políticas públicas voltadas ao atendimento e proteção das mulheres no município.

O histórico do importante grupo se iniciou no dia 8 de março de 2018, Dia Internacional da Mulher, na Câmara de Vereadores de Piracicaba, em uma reunião voltada para propostas de possíveis formas de enfrentamento à violência contra a mulher no município. Desde então, o grupo da Rede, reúne-se mensalmente, sob a coordenação do Conselho Municipal da Mulher e da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Vereadores de Piracicaba, a fim de contribuir para a formulação de políticas públicas.

Segundo o Relatório de Serviços de Prevenção, Atendimento E Proteção Às Mulheres no Município De Piracicaba, de autoria do Grupo de Trabalho Rede de Atendimento e Proteção às Mulheres de Piracicaba (2020), esclarece:

O estabelecimento e a ampliação da política municipal de prevenção e enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher é um anseio da sociedade. Essa política, voltada aos direitos das mulheres, constitucionalmente definidos e detalhados em legislação própria, abrange o acolhimento das mulheres em situação de violência, com orientação, apoio e assistência adequados a cada caso particular; a promoção do atendimento especializado e continuado às mulheres em situação de violência, pelo atendimento imediato, com o acolhimento em Casa Abrigo, quando for o caso, e o atendimento e acompanhamento continuado para assegurar a saúde e a integridade física, moral e psicológica; o desenvolvimento de ações interdisciplinares e intersetoriais de atendimento prioritário de natureza médica, psicológica, jurídica e de assistência social às mulheres em situação de violência.

Para tanto, as mulheres contam com uma rede de serviços especializados e não especializados, dos âmbitos municipal, estadual e federal; profissionais de órgãos públicos ou instituições privadas capacitados para o adequado acolhimento e atendimento à mulher em situação de violência de modo a não revitimizá-la e garantir, portanto, que não seja obrigada a reviver a violência a cada novo atendimento relacionado à situação de violência vivida; e também com entidades de apoio e assessoria, para disponibilização das informações.

Desta forma, vale ressaltar que o município de Piracicaba, possui respaldo de autoridades e vontade política que permeia todos os setores públicos no enfrentamento à violência contra a mulher, sendo um município que prioriza ações voltadas aos direitos das mulheres.

METODOLOGIA DA PESQUISA

De abordagem quantitativa, a presente pesquisa visou quantificar a frequência de fenômenos de violência contra a mulher no município de Piracicaba, para possibilitar de forma imparcial, uma melhor análise do que se produz em termos de dados e relatórios.

Sua natureza básica objetivou gerar conhecimentos novos para avanço da ciência dos dados, visando a melhoria da predição e compreensão de fenômenos sociais sobre a violência contra a mulher no município.

Seu objetivo descritivo proporcionou a caracterização de certos fenômenos, estabelecendo relações entre variáveis, o que envolveu técnicas de coleta de dados padronizados, para que fosse traçado o perfil da mulher vítima de violência em Piracicaba, além do entendimento das demandas locais.

O procedimento utilizado na pesquisa foi a coleta documental de dados, elaborado a partir de materiais que ainda não haviam recebido tratamento analítico, sendo esses, materiais que possuíam dados quantitativos de violência contra a mulher no município de Piracicaba, dos seguintes órgãos públicos: Ministério da Saúde; o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Prefeitura do Município de Piracicaba através da Secretaria da Saúde, Secretaria Municipal de Ação e Desenvolvimento Social e a Guarda Civil Municipal; e entidades locais de apoio à mulher.

A presente pesquisa usou o total de amostra da população do banco de dados disponibilizado pelos órgãos públicos, sendo considerada como um **Censo**, por abranger a totalidade de dados fornecidos pelos órgãos pesquisados. Os dados possuíam em alguns casos *missing values*, ou dados faltantes, porém mantendo seu nível de confiança em 99% em quase sua totalidade e menos de 1% de margem de erro.

A pesquisa foi organizada por meio de três etapas, que se deram da seguinte forma:

- a) Fase Preliminar: Definição e abordagem do problema;
- b) Fase de Estruturação: Confecção do desenho do instrumento, definição do campo e de métodos;
- c) Fase de Implementação: coleta, análise de dados e resultados.

A coleta de dados se deu nos bancos de dados documentais, cujo estudo compreendeu o período de 2015 a 2019, sendo eles:

- Coleta de dados da Secretaria de Segurança Pública, do banco de dados de Boletins de Ocorrência;
- Coleta de dados junto à Secretaria Municipal da Saúde, do banco de dados do documento "Ficha de Informação de Agravos de Notificação";
- Coleta de dados junto ao Departamento de Enfrentamento à Violência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cujos dados se referem à Denúncias

registradas no Sistema Integrado de Atendimento à Mulher e Ouvidoria (SIAM/SONDHA).

- Dados documentais da Guarda Municipal;
- Coleta de Dados processuais do Poder Judiciário;
- Coleta de dados documentais da Secretaria Municipal de Assistência Social, através de Dados internos da Secretaria;
- Pesquisa primária Survey de entidades que atuam no apoio à mulher;

A tabulação e análise de dados foram realizadas por meio de ferramentas e tecnologias de análise estatística, a fim de transformar dados brutos em gráficos e representações visuais, a fim de identificar e revelar tendências e padrões. A seguir, segue o detalhamento metodológico de cada órgão público envolvido e seus respectivos resultados.

A presente pesquisa foi encomendada pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba e a sua realização foi feita pela empresa Renata Bianca Mansur ME., que atua com consultoria em Pesquisas e Data Science.

DELEGACIA

da Mulher

2015-2019

Metodologia Específica Da Tabulação De Dados Da Secretaria De Segurança Pública

1) Pesquisa realizada por Data do Registro da Ocorrência e Boletins Principais por Rubrica tentada e consumada.

2) Localidade: ocorrências no município de Piracicaba-SP.

3) Rubricas de pesquisa, em conformidade com os dados enviados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo-SSP/SP:

-Aliciar, assediar, instigar ou constranger (art. 241D do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA);

-Ameaça (art. 147 do Código Penal - CP);

-Ato obsceno (art. 233 do CP);

-Calúnia (art. 138 do CP);

-Constrangimento ilegal (art. 146 do CP);

-Dano (art. 163 do CP);

-Dano qualificado (art. 163, § único, III do CP);

-Difamação (art. 139);

-Estupro (art. 213);

-Estupro de vulnerável (art. 217-A);

-Homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do CTB);

-Homicídio qualificado (art. 121, §2º do CP)

-Homicídio simples (art. 121 do CP);

-Injúria (art. 140 do CP);

-Lesão corporal (art. 129, §9º do CP);

-Maus tratos (art. 136 do CP);

-Violação de domicílio (art. 150 do CP).

4) Tipo de pessoa por Autor e Vítima.

5) Período: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019.

6) Abrangência: a totalidade dos dados disponíveis pela SSP/SP no período foi tabulada e analisada na presente pesquisa.

Base	O responsável	Quantidade de inform.	Período
Registro Digital de Ocorrências da Polícia Civil (RDO)	Secretaria de Segurança Pública do Estado de SP.	47.724	2015-2019

PRINCIPAIS RESULTADOS

No período de 2015 a 2019, foram atendidos no município de Piracicaba 16.215 vítimas e 15.966 autores, totalizando 15.124 Boletins de Ocorrência, cujas tipificações de crimes somaram 47.724 rubricas registradas, ou seja, tipos diferentes de violações de direitos cometidos.

Desses atendimentos, se levarmos em conta o quinquênio analisado, chegamos a uma média de 18 pessoas atendidas por dia, incluindo finais de semana e feriados, dentre elas vítimas e autores de violência, resultando em cerca de 26 ocorrências de tipificações de crimes registradas por dia nas Delegacias.

Dos Boletins de Ocorrência analisados, alguns casos podem conter mais de uma vítima por ocorrência e também, pode haver uma mesma vítima que registrou mais de um Boletim. O fato ocorre, pois não foi possível a realização da análise de forma nominal, em virtude da Lei Geral de Proteção de Dados, sendo possível, no entanto, analisar com precisão a quantidade de Boletins de Ocorrência, de atendimentos, o número de vítimas e de autores do período.

Os atendimentos presenciais do período somam 31.834 ocorrências diferentes, havendo em 347 casos de registro do Boletim de Ocorrência designando a mesma pessoa como autor e vítima, possivelmente em casos em que houve legítima defesa.

As demandas de atendimentos que foram realizados na Delegacia da Mulher de Piracicaba somam 72,8%, seguida pela Delegacia de Plantão, que registrou 21,1% dos casos e o restante das Delegacias locais e de outros municípios (74 Delegacias diferentes), que somaram 6,1% das ocorrências atendidas, sendo que todas as ocorrências que não foram realizadas na Delegacia Especializada, são em um segundo momento, encaminhadas para a Delegacia da Mulher para o andamento do inquérito.

Demanda de atendimentos	n	%	% válido	% acumulado
DDM PIRACICABA	23171	72,8	72,8	72,8
DEL.SEC.PIRACICABA PLANTÃO	6730	21,1	21,1	93,9
OUTRAS	1933	6,1	6,1	100,0
Total	31834	100,0	100,0	

Tabela 5 – Comparativo de atendimentos de violência contra a mulher provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

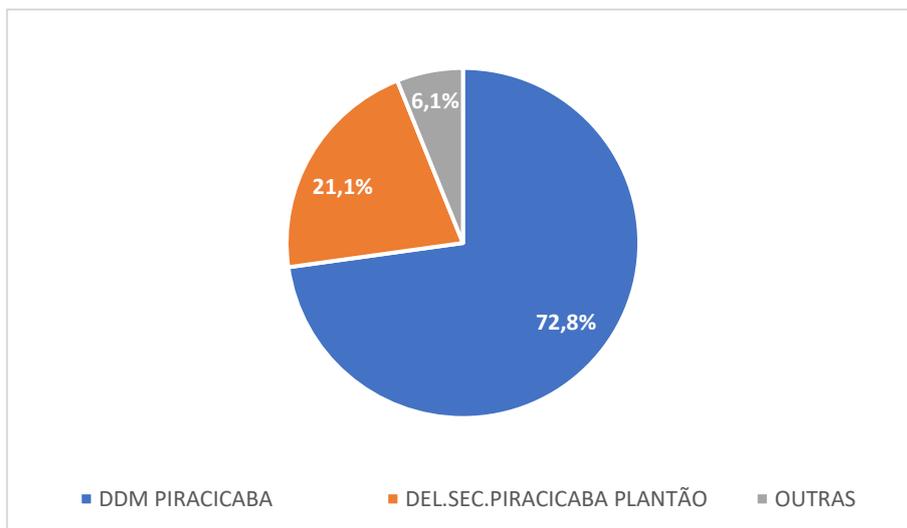


Gráfico 2 - Demanda referente ao número de atendimentos de violência contra a mulher das Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

COMPARATIVO ANUAL

No período estudado entre 2015 a 2019, as ocorrências apresentaram nos primeiros três anos uma leve baixa percentual de demandas de atendimento, totalizando 20% no ano de 2015, 19,4% em 2016, 19,1% em 2017, porém apresentando uma significativa alta na demanda entre os anos de 2018 que passou de 19,4% para 22% em 2019, demonstrando um aumento na demanda de atendimentos de **13,4%** entre esses últimos dois anos.

ANO_BO	N	%	% válido	% acumulado
2015	6377	20,0	20,0	20,0
2016	6162	19,4	19,4	39,4
2017	6093	19,1	19,1	58,5
2018	6184	19,4	19,4	78,0
2019	7018	22,0	22,0	100,0
Total	31834	100,0	100,0	

Tabela 6 – Comparativo anual de atendimentos de violência contra a mulher provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

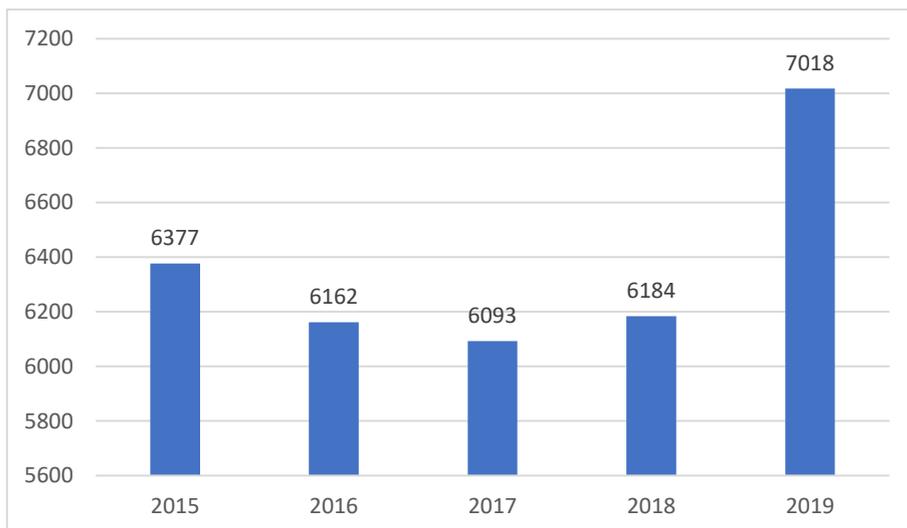


Gráfico 3 - Comparativo anual do número de atendimentos das Delegacias. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

DADOS DA VÍTIMA

O número de vítimas do período de 2015 a 2019 foi de 16.215, sendo 96,9% registradas como Vítima, 2,1% como Autor/vítima, nesse caso quando a vítima agride e se defende, 0,7 % de Adolescentes, 0,2% de Crianças e 0,1% de Adolescente/ Infrator, quando a vítima adolescente agride e se defende.

DESCR_TIPO_PESSOA				
	N	%	% válido	% acumulado
Vítima	15719	96,9	96,9	96,9
Autor/Vitima	337	2,1	2,1	99,0
Adolescente	111	,7	,7	99,7
Criança	34	,2	,2	99,9
Valid Adolescente Inf/Vit	10	,1	,1	100,0
Encontrado	3	,0	,0	100,0
Vítima de Suicídio	1	,0	,0	100,0
Total	16215	100,0	100,0	

Tabela 7 – Número de vítimas dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

SAZONALIDADE

O estudo comparativo entre os índices de violência analisou a sazonalidade da incidência dos crimes, levando em conta os meses do ano e os dias da semana entre o período de 2015 a 2019. No estudo de sazonalidade dos meses do ano, verificou-se que os meses de maior incidência de violência contra a mulher no quinquênio foram os meses de março, que somou

9,6% de todas as ocorrências, de agosto, que somou 8,8% de todas as ocorrências e o mês de outubro, com 8,7% de todas as ocorrências do período analisado.

mes_ocorrendia

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Janeiro	1384	8,5	8,5	8,5
	Fevereiro	1253	7,7	7,7	16,3
	Março	1550	9,6	9,6	25,8
	Abril	1381	8,5	8,5	34,3
	Maiο	1286	7,9	7,9	42,3
	Junho	1235	7,6	7,6	49,9
	Julho	1288	7,9	7,9	57,8
	Agosto	1424	8,8	8,8	66,6
	Setembro	1350	8,3	8,3	74,9
	Outubro	1414	8,7	8,7	83,7
	Novembro	1330	8,2	8,2	91,9
	Dezembro	1320	8,1	8,1	100,0
Total		16215	100,0	100,0	

Tabela 8 – Comparativo sazonal mensal de Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

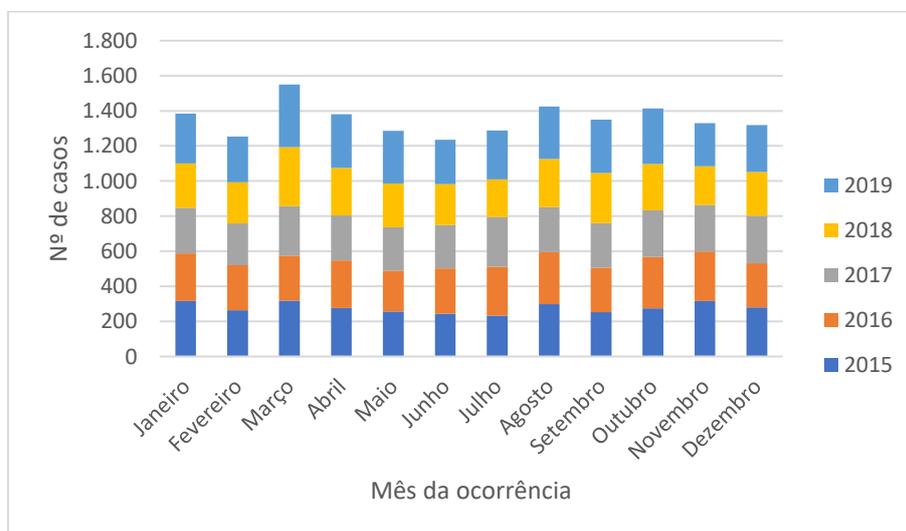


Gráfico 4 - Sazonalidade mensal dos atendimentos das Delegacias. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

Já a análise de sazonalidade que estudou as maiores incidências entre os dias da semana, concluiu que o dia da semana em que mais acontecem as violações decorrentes de violência contra a mulher, em 16,6% dos casos, é o domingo.

dia_semana_cod

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Segunda-feira	2353	14,5	14,5	14,5
	Terça-feira	2384	14,7	14,7	29,2
	Quarta-feira	2263	14,0	14,0	43,2
	Quinta-feira	2193	13,5	13,5	56,7
	Sexta-feira	2072	12,8	12,8	69,5
	Sábado	2259	13,9	13,9	83,4
	Domingo	2691	16,6	16,6	100,0
	Total	16215	100,0	100,0	

Tabela 9 – Comparativo sazonal semanal dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

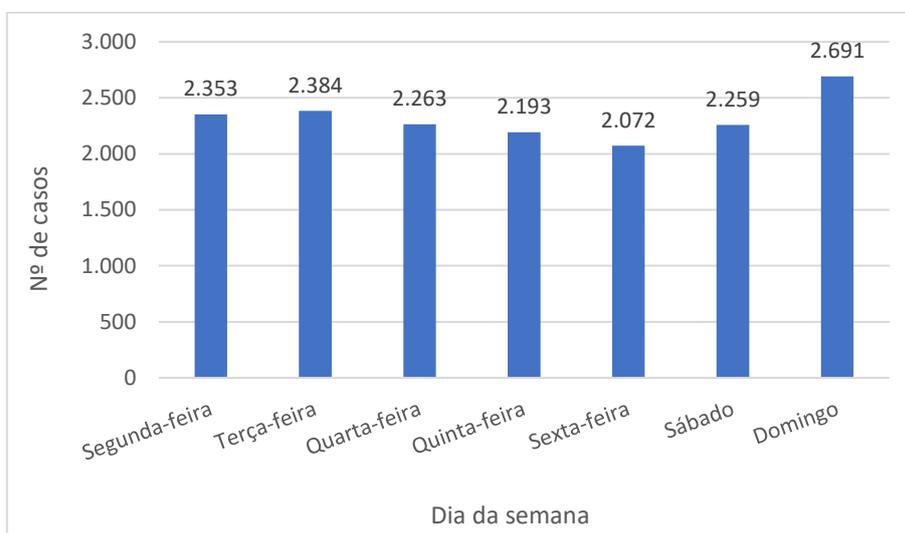


Gráfico 5 - Sazonalidade semanal dos atendimentos das Delegacias de Piracicaba. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

NATURALIDADE DAS VÍTIMAS

Na análise de naturalidade das 16.215 vítimas que realizaram os Boletins de Ocorrência, temos que 57,1% são nascidas em Piracicaba. Em segundo lugar estão as nascidas na cidade de São Paulo, com a ocorrência de 4,7% dos casos. E em terceiro lugar, vindas de outro estado, com 1,8% das ocorrências analisadas, mulheres nascidas em Novo Cruzeiro, Minas Gerais.

Para entendermos melhor esse fato, em que há grande incidência de mulheres vindas de uma cidade que dista 1.252 km, como é o caso de Novo Cruzeiro – MG, foi realizado um estudo em 2005 que constatou que a predominância de melhores condições de infraestrutura, como também melhor renda familiar e maior nível de escolaridade, conferem melhor qualidade de vida aos migrantes originados de Novo Cruzeiro que habitam da cidade de Piracicaba.

O restante da estatística é caracterizado por percentuais de mais de mil municípios registrados na variável de naturalidade da vítima, com maior incidência entre municípios vizinhos como Campinas, Rio das Pedras, Charqueada, Limeira, Rio Claro, entre outras.

Foram computados 3,8% de dados faltantes, ou seja, o número de observações pesquisadas garante a precisão nos resultados, que serão projetados para a população representada, com 99% de nível de confiança e 0,2% de margem de erro.

Naturalidade

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	PIRACICABA - SP	8907	54,9	57,1	57,1
	SÃO PAULO - SP	758	4,7	4,9	62,0
	NOVO CRUZEIRO - MG	273	1,7	1,8	63,7
	CAMPINAS -SP	116	,7	,7	65,2
	RIO DAS PEDRAS -SP	112	,7	,7	64,4
	OUTROS	5433	33,5	34,8	100,0
	NÃO INFORMADO	616	3,8		
Missing					
Total		16215	100,0		

Tabela 10 – Naturalidade das vítimas dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

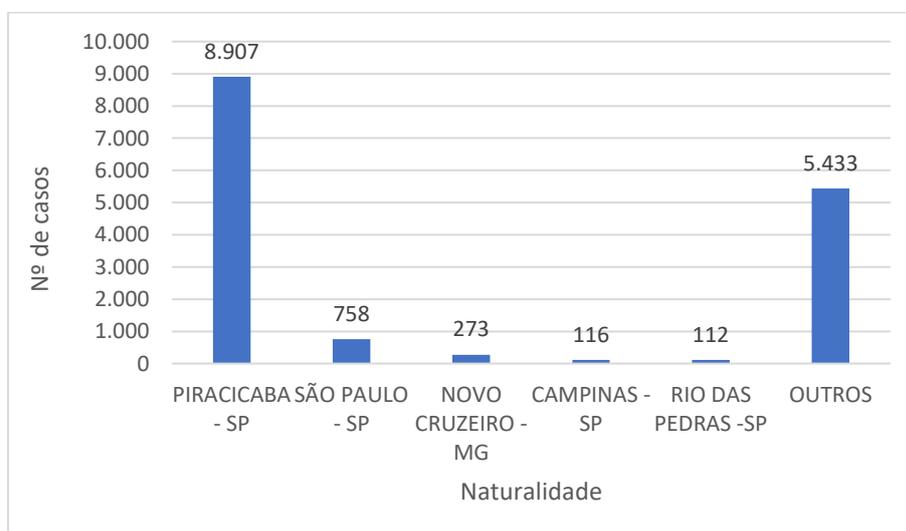


Gráfico 6 - Dados referentes aos cinco municípios de maior incidência na estatística de naturalidade das vítimas. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

GRAU DE INSTRUÇÃO

Na análise de dados do grau de instrução das vítimas, comparando-se do maior índice para o menor, temos que 36% das mulheres possuem o segundo grau completo, 24,8% possui o primeiro grau completo, 16,1% possui o primeiro grau incompleto, 13,1% possui o superior

completo, 5,8% possui o segundo grau incompleto, 3,2% possui o superior incompleto e apenas 1,1% é analfabeta.

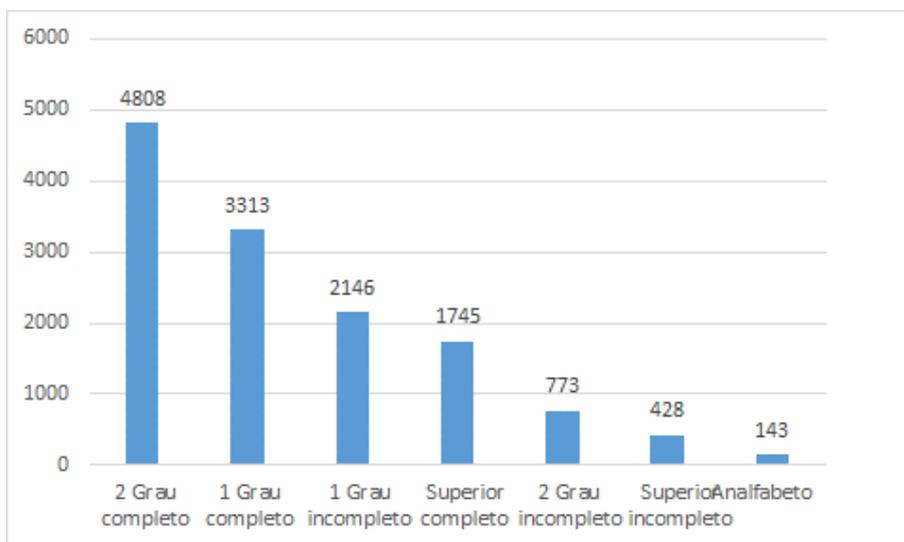


Gráfico 7 - Dados referentes ao grau de instrução das vítimas. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

Nas comparações realizadas entre os anos de 2015 a 2019 no gráfico de linha de tendência (abaixo), nota-se que as mulheres que possuem até o ensino fundamental completo, diminuíram em cerca de 46% a incidência de registro de ocorrências no período estudado. Já as que possuem até o ensino médio, diminuíram em 18% o registro de ocorrências e as que possuem ensino superior completo ou incompleto, aumentaram em 5% a incidência de registro de Boletins de Ocorrência durante o quinquênio. Os *Missing Values*, ou dados faltantes, aumentaram em 286% na comparação dos anos de 2015 e 2019.

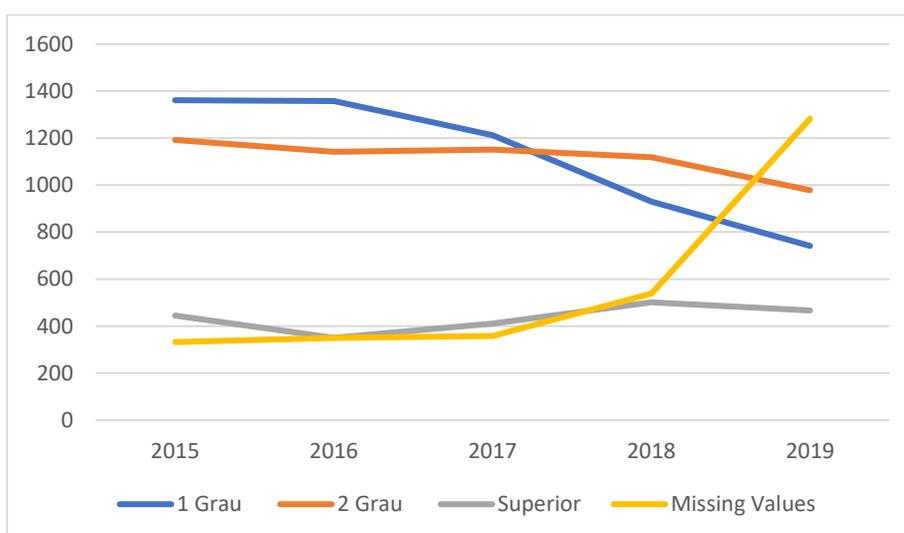


Gráfico 8 - Linha de tendência do grau de instrução das vítimas referente ao número de ocorrências. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

Escolaridade	2015	2016	2017	2018	2019	Total	Varição %
1º Grau	1361	1358	1212	930	741	5602	-46%
2º Grau	1192	1142	1151	1118	978	5581	-18%
Superior	445	350	411	501	466	2173	5%
Missing Values	332	350	357	538	1282	2859	286%

Tabela 11 – Escolaridade resumida das vítimas dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O gráfico demonstra algumas hipóteses para essa variação. As mulheres que são vítimas de violência e representam quase 10% da população total de mulheres do município, estão tendo mais oportunidade de estudo ou foram as mesmas mulheres ao longo do tempo que fizeram os Boletins de Ocorrência e em determinado momento apresentaram um grau de instrução e no decorrer do quinquênio aumentaram sua escolaridade. Uma outra hipótese é que as mulheres com menor escolaridade, vítimas em grande maioria por crimes de Ameaça, estão sucumbindo às ameaças, demonstrando receio de denunciar os autores. Também podemos supor que o estigma de que as mulheres vítimas de violência estão entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade, está sofrendo uma transformação do senso comum, apontando que cada vez mais, mulheres com alto nível de escolaridade estão recorrendo aos seus direitos quando são violadas. Para essa e outras questões, sugere-se uma pesquisa qualitativa que possam elucidar as respostas à essas questões.

Também não há como alegar que os índices aumentam ou diminuem devido a real ocorrência do fato, pois estudos sugerem que apenas 48% das mulheres recorrem a queixa formal de agressões sofridas, existindo na sociedade um número desconhecido de subnotificações. Portanto, quanto aos casos notificados, verificamos ao longo do período estudado, que a maior parte das vítimas possui baixa escolaridade, porém, houve uma tendência de maior registro de violação de direitos à medida que o nível de escolaridade aumentou.

Foram computados 82,4% de dados válidos em todo o período. Sendo assim, trabalhamos com uma base de dados de 99% de nível de confiança e 0,48% de margem de erro.

PROFISSÃO

Na análise de profissão, podemos citar que a população pesquisada exerce profissão diversificada, computando mais de 300 profissões diferentes. No entanto, as mulheres que realizam “prendas domésticas” são as que possuem maior incidência de serem vítimas de violência, sendo responsável por 19,1% das observações. Em segundo lugar as responsáveis por serviços de limpeza com 9,4%, as estudantes com 8,6%, seguidas por mulheres aposentadas 4,5%, e as vendedoras com 3,2% de incidência. As demais profissões com percentuais abaixo de 3% são as descritas como Desempregadas, Autônomas, Professoras, Comerciantes, Balconistas, Cabeleireiras, entre outras.

Entre profissões de menor incidência encontramos Bibliotecária, Radialista, Escritora, funcionárias de serviços técnicos como informática, química e edificações, entre outras com apenas uma ocorrência de cada no período de 5 anos.

Na análise realizada foram computados 14,9% de dados faltantes. No entanto, trabalhamos com uma base de dados de 99% de nível de confiança e 0,43% de margem de erro.

PROFISSÃO

	N	%	% válido	% acumulado
Valid				
PRENDAS DOMESTICAS	2641	16,3	19,1	74,4
LIMPEZA/FAXINA	1298	8,0	9,4	83,8
ESTUDANTE	1180	7,3	8,6	92,4
APOSENTADO(A)	618	3,8	4,5	96,8
VENDEDOR(A)	436	2,7	3,2	100,0
OUTRAS	7622	47,0	55,3	55,3
Missing	NÃO INFORMADA	2420	14,9	
Total	16215	100,0		

Tabela 12 – Profissão das vítimas dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

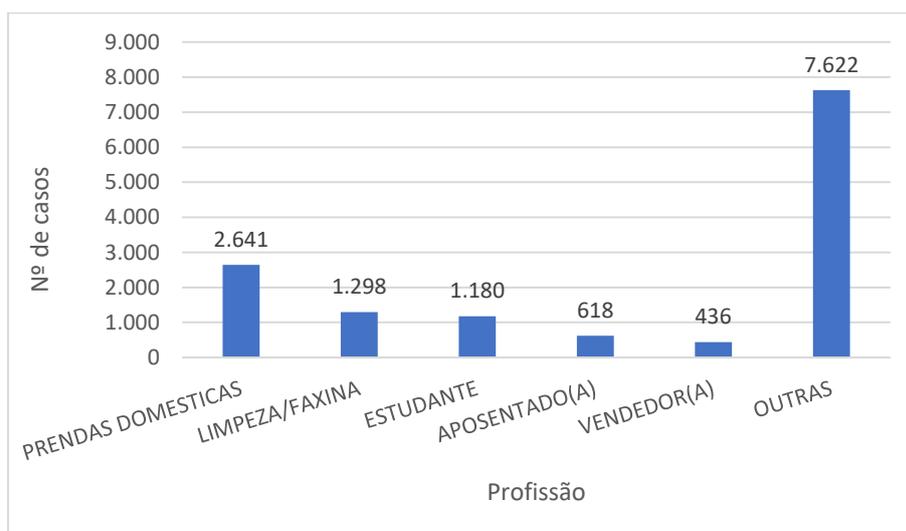


Gráfico 9 - Dados referentes a profissão exercida pelas vítimas no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

COR DA PELE DA VÍTIMA

Quanto a análise de dados que computou a cor de pele das mulheres, destaca-se que 70,5% dos Boletins de Ocorrências foram feitos por mulheres brancas, seguidos de 22,8% de registros feitos por mulheres pardas, 5,8% de registros feitos por mulheres pretas, 0,2% feitos por mulheres amarelas e 0,7% por outras cores não listadas.

No entanto, para além dos dados, vale a análise de números comparativos com o Censo de 2010, cuja população de Piracicaba foi registrada com 186.126 mulheres, onde 73% são brancas,

verificamos que em dados comparativos, a agressão contra mulheres brancas é proporcional e está de acordo com a média censitária.

O mesmo acontece com mulheres pardas, que somam 20,3% das habitantes, em termos comparativos, somam 22,8% de ocorrências; e as mulheres pretas que constituem 6,09% da população total do município e somam 5,7% das que realizaram Boletins de Ocorrência.

Na análise realizada foram computados 0,2% de dados faltantes. No entanto, trabalhamos com uma base de dados de 99% de nível de confiança 0,1% de margem de erro, o que garante a precisão nos resultados.

Ressalta-se que não adotaremos o termo “raça” para a designação da cor da pele da vítima, pois em termos sociológicos existe apenas um tipo de raça, a humana.

COR

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Branca	11404	70,3	70,5	70,5
	Parda	3683	22,7	22,8	93,2
	Preta	940	5,8	5,8	99,0
	Amarela	39	,2	,2	100,0
	Outros	116	,7	,7	99,8
	Não informada	33	,2		
Missing					
Total		16215	100,0		

Tabela 13 – Cor de pele das vítimas dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

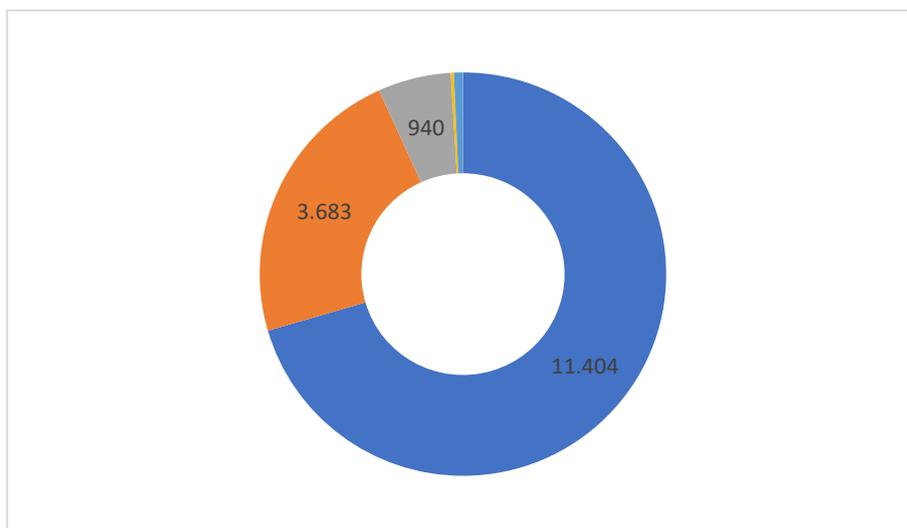


Gráfico 10 - Dados referentes a cor das vítimas no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

FAIXA ETÁRIA

A análise de faixa etária das vítimas computou idades entre 0 e 93 anos, com 1,8% das ocorrências com meninas de 0 a 10 anos, 11,5% de jovens de 11 a 20 anos, 23,3% de jovens de 21 a 30 anos, a maior incidência de 28,8% de mulheres de 31 a 40 anos, 17,7% de mulheres de 41 a 50 anos, 10,2% de mulheres entre 51 e 60 anos, 4,8% de mulheres de 61 a 70 anos, 1,6% de mulheres de 71 a 80 anos e 0,4% de mulheres acima de 81 anos.

Nota-se uma curva de tendência onde a criminalidade com as mulheres ascende quando elas atingem 16 anos, chega no seu pico de incidência em mulheres de 34 anos e tem seu declínio a partir dos 50 anos. Podemos dizer que a faixa etária da mulher fecunda é a mais atingida no âmbito da violência.

Na análise realizada foram computados 0,2% de dados faltantes. No entanto, trabalhamos com uma base de dados de 99% de nível de confiança e menos de 0,05% de margem de erro.

IDADE_PESSOA

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	0 a 10 anos	287	1,8	1,8	1,8
	11 a 20 anos	1867	11,5	11,5	13,3
	21 a 30 anos	3764	23,2	23,3	36,6
	31 a 40 anos	4657	28,7	28,8	65,4
	41 a 50 anos	2869	17,7	17,7	83,2
	51 a 60 anos	1647	10,2	10,2	93,3
	61 a 70 anos	768	4,7	4,8	98,1
	71 a 80 anos	251	1,5	1,6	99,6
	81 a 93 anos	57	,4	,4	100,0
	Não informada	48	,3		
Missing					
Total		16215	100,0		

Tabela 14 – Faixa etária das vítimas dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

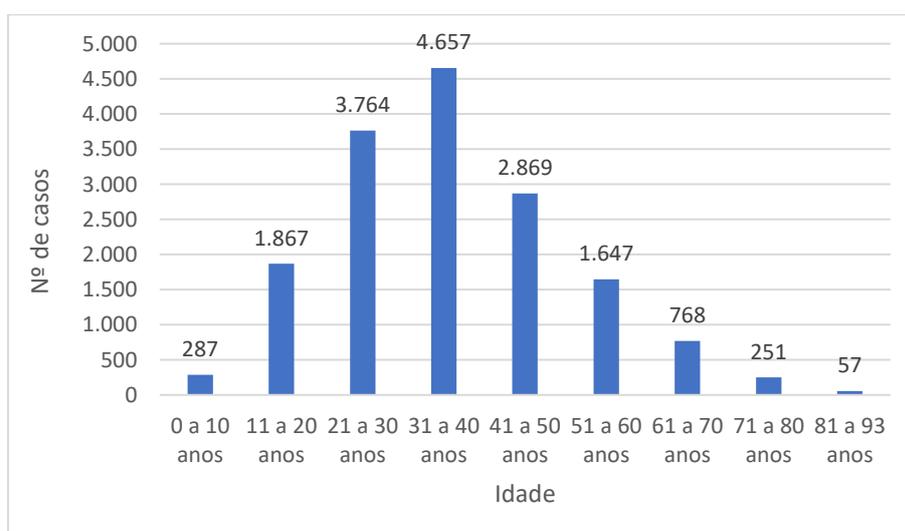


Gráfico 11 - Dados referentes a idade das vítimas no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

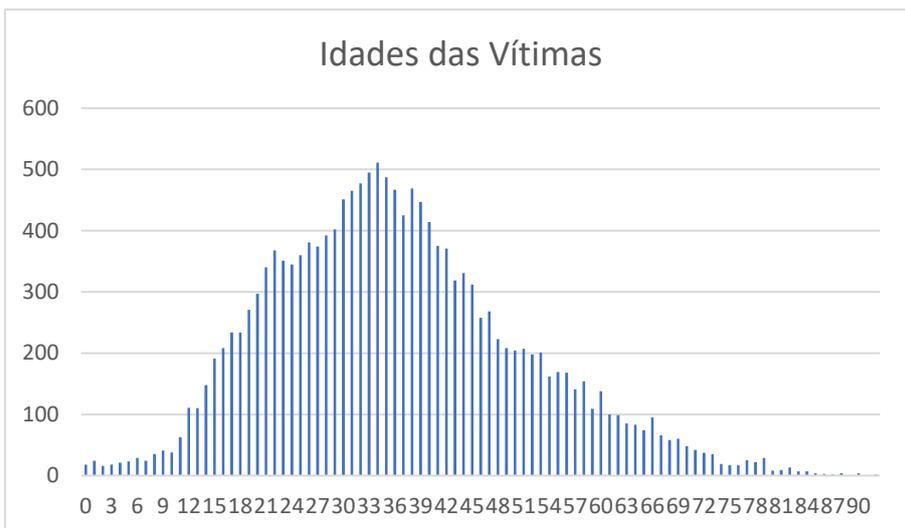


Gráfico 12 - Dados referentes a idade das vítimas no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

TIPO DE RELACIONAMENTO COM O AUTOR

Na análise do Tipo de Relacionamento com o Autor, foram computadas 1021 observações. Destas, 30,3% das vítimas alegaram ter envolvimento de União Estável com o agressor, 27,7% viviam Envolvimento Amoroso, 19,4% tinham algum parentesco com o agressor, 17,7% eram casadas com o agressor, 2,3% não tinha nenhuma relação com o agressor e o restante, somando 2,6% dos casos, alegaram o agressor ser conhecido, amigo, vizinho ou trabalhava com o agressor.

Levando-se em conta que a União Estável e o Casamento constituem uma vida com objetivo de convivência familiar, podemos dizer que 48% das vítimas tinham um relacionamento de convivência duradoura com o agressor. Se somarmos a essa estatística os casos em que a vítima possuía vínculo amoroso com o autor da violação, como por exemplo namoro e casos extraconjugais, este número sobe para 75,7% dos casos.

Quando somamos este índice com o de parentesco, verificamos que 93,4% dos casos foram provocados por alguém com quem a vítima possuía vínculo afetivo, sendo esse amoroso ou familiar e provavelmente o autor tinha acesso à sua residência.

A amostra populacional pesquisada apresentou uma margem de erro de 3,91%, levando-se em conta 99% de grau de confiança, o que garante a confiabilidade dos resultados.

Relacionamento com o agressor

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	UNIAO ESTAVEL	309	1,9	30,3	30,3
	ENVOLVIMENTO AMOROSO	283	1,7	27,7	58,0
	PARENTESCO	198	1,2	19,4	77,4
	CASAMENTO	181	1,1	17,7	95,1
	NENHUMA RELACAO	23	,1	2,3	97,4
	CONHECIDO	9	,1	,9	98,2
	IGNORADO	7	,0	,7	98,9
	AMIZADE	5	,0	,5	99,4
	VIZINHANCA	5	,0	,5	99,9
	TRABALHO	1	,0	,1	100,0
	NÃO INFORMADO	15194	93,7		
Missing					
Total		16215	100,0		

Tabela 15 – Relacionamento das vítimas com os autores das violações, constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

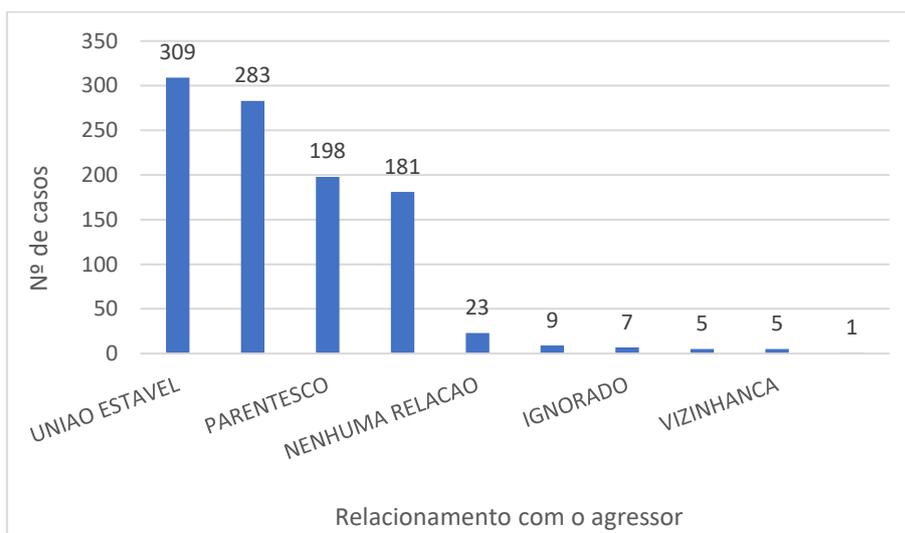


Gráfico 13 - Dados referentes ao tipo de relacionamento que a vítima tinha com o autor. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

VÍTIMAS COM DEFICIÊNCIA

Na análise de vítimas com algum tipo de deficiência, foram computadas 377 mulheres deficientes, ou seja, 2,3% do total de vítimas no período de 2015 a 2019.

Destas, podemos citar que 57,3% possuíam alguma deficiência física, 15,4% possuíam deficiência auditiva, 14,1% possuíam deficiência mental e 13,3% possuíam deficiência intelectual.

A análise utilizou toda a base de dados da população pesquisada não havendo margem de erro.

descr_deficiencia

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Física	216	1,3	57,3	57,3
	Auditiva	58	,4	15,4	72,7
	Visual	53	,3	14,1	86,7
	Intelectual	50	,3	13,3	100,0
	Não se aplica	15838	97,7		
Missing					
Total		16215	100,0		

Tabela 16 – Deficiência das vítimas dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

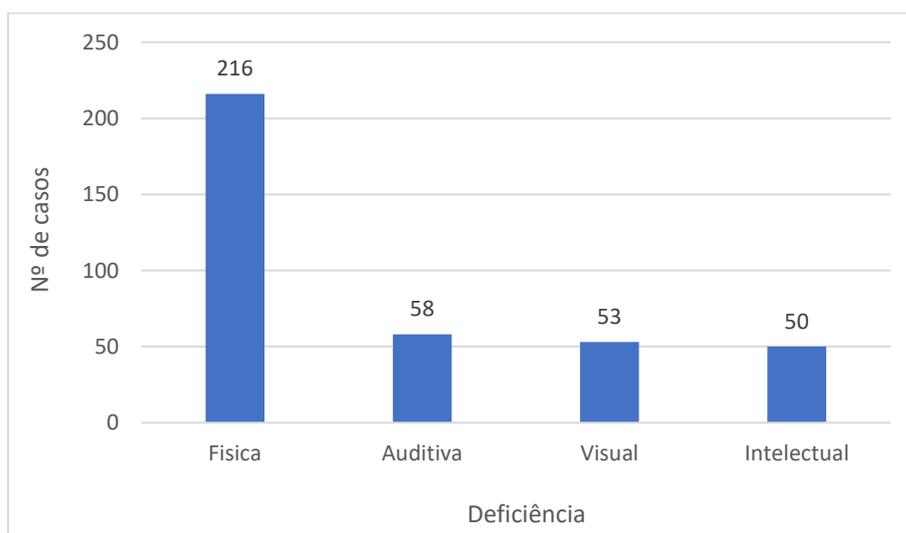


Gráfico 14 - Dados referentes a tipos de deficiência das vítimas. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

DESCRIÇÃO DE EXAMES REALIZADOS

Na análise referente a descrição de exames realizados, temos que 67% das vítimas não apresentaram nenhuma espécie de exame de corpo de delito. Das 33% das vítimas que apresentaram exames, 84,2% delas passaram pelo Instituto Médico Legal – IML, 8% passaram pelo Instituto de Criminalística – IC. e 7,8% passaram por ambos, IML e IC.

Na análise realizada foi usada a base de dados com a amostra total da população e não há margem de erro.

DESCR_EXAME

	N	%	% válido	% acumulado
Valid				
IML	4499	27,7	84,2	
IC	426	2,6	8,0	
IC-IML	419	2,6	7,8	
Não informado	10871	67,0		

Tabela 17 – Descrição de exames das vítimas dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

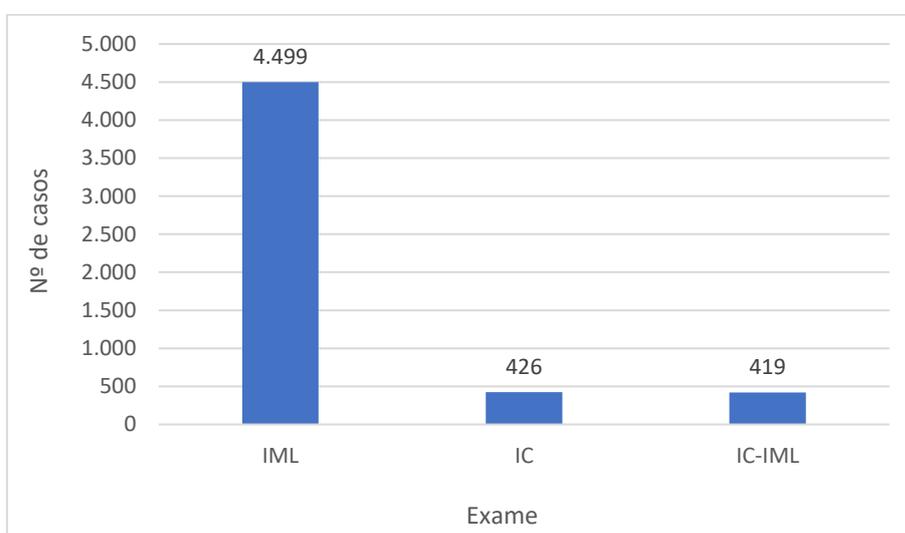


Gráfico 15 - Dados referentes a tipos de exames realizados pelas vítimas. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

LOCAL DO CRIME

Foram computados em análise, 28 locais diferentes em que as mulheres foram vítimas de agressão, sendo o de maior incidência em 67,9% dos casos, a residência da vítima. Na sequência, 16% das vítimas alegaram a agressão ter ocorrido em via pública, 5% em comércio, 2,9% em estabelecimento de ensino, 1,4% em estabelecimentos de Saúde e o restante somando 6,7% de ocorrências em lugares como a internet, locais de lazer, bares, restaurantes, entre outros.

Na análise realizada foi usada a base de dados com a amostra total da população e não há margem de erro.

Local da Ocorrência

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Residência	11013	67,9	67,9	67,9
	Via pública	2598	16,0	16,0	83,9
	Comércio e serviços	804	5,0	5,0	95,6
	Estabelecimento de ensino	475	2,9	2,9	98,6
	Saúde	233	1,4	1,4	100,0
	Outros	1092	6,7	6,7	90,7

Tabela 18 – Local da ocorrência da agressão constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

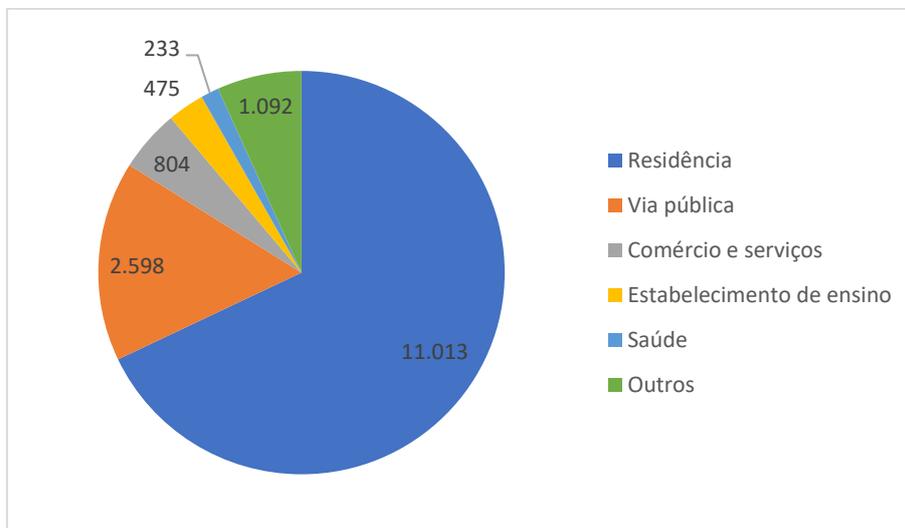


Gráfico 16 - Dados referentes aos locais em que as vítimas foram agredidas. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

REGIÕES

Foram computados cerca de 290 bairros e loteamentos diferentes das vítimas que registraram Boletins de Ocorrência. No entanto, para uma melhor análise, foram convertidos os respectivos bairros em regiões do município, utilizadas conforme padronização da prefeitura, subdivididos em regiões urbanas Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e área Rural.

A análise de dados regionais resultou que a região com maior incidência de vítimas que realizaram Boletins de Ocorrência no quinquênio estudado, foi a região Norte, com 24,1% das incidências, seguida pela região Sul do município, que apresentou 22,3% de vítimas. Já a região Central do município apresentou 19,8% de vítimas, enquanto a região Oeste apresentou 15,1% de vítimas, a região Leste apresentou 14,2% de vítimas e a área rural foi responsável por 4,4% de vítimas que registraram Boletim de Ocorrência.

Região

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	NORTE	3782	23,3	24,1	24,1
	SUL	3491	21,5	22,3	46,4
	CENTRO	3107	19,2	19,8	66,2
	OESTE	2371	14,6	15,1	81,4
	LESTE	2222	13,7	14,2	95,6
	ÁREA RURAL	697	4,3	4,4	100,0
	Total		15670	96,6	100,0
Missing	Não informado	412	2,5		
	System	133	,8		
	Total	545	3,4		
Total		16215	100,0		

Tabela 19 – Região de moradia das vítimas que fizeram os Boletins de Ocorrência no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

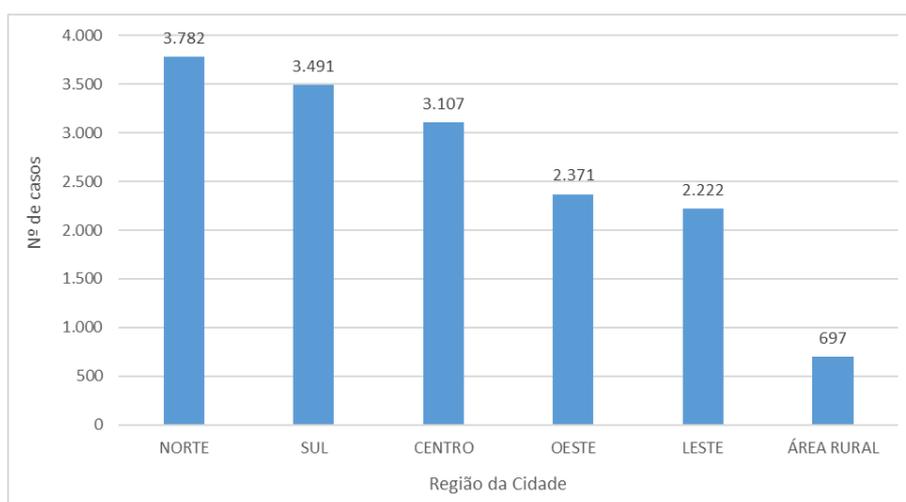


Gráfico 17 - Dados referentes as regiões de residência das vítimas. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

TIPOS DE INTOLERÂNCIA

Foram computados em análise, 37 casos de intolerância, compreendendo assuntos como intolerância racial, intolerância por Homofobia/ Transfobia e outras não especificadas. Dos 18 casos registrados como intolerância racial, temos que 12 são de cor preta, 5 de cor parda e uma branca. Foram relatados 9 casos de intolerância por Homofobia/ Transfobia, destas 6 vítimas são brancas. Nas ocorrências computadas, 99,8% não constavam dados de tipos de intolerância.

FLAGRANTES

Na análise de flagrantes, temos que em 96,8% dos casos o autor do crime não foi pego no momento do ato da violação da lei e 3,2% são dos casos resultou em flagrante.

FLAG_FLAGRANTE

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Não	15690	96,8	96,8	96,8
	Sim	525	3,2	3,2	100,0
	Total	16215	100,0	100,0	

Tabela 20 – Flagrantes dos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

PERÍODO DA AGRESSÃO

Das análises computadas, temos que 35,2% das mulheres relataram ter sido agredida durante a noite, 32,2% alegam ter sido a tarde, 23,7% pela manhã, 7,4% de madrugada e 1,5% em hora incerta.

Período de ocorrência

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Manhã	3836	23,7	23,7	23,7
	Tarde	5225	32,2	32,2	55,9
	Noite	5713	35,2	35,2	91,1
	Madrugada	1194	7,4	7,4	98,5
	Em hora incerta	247	1,5	1,5	100,0
	Total	16215	100,0	100,0	

Tabela 21 – Período da ocorrência das violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

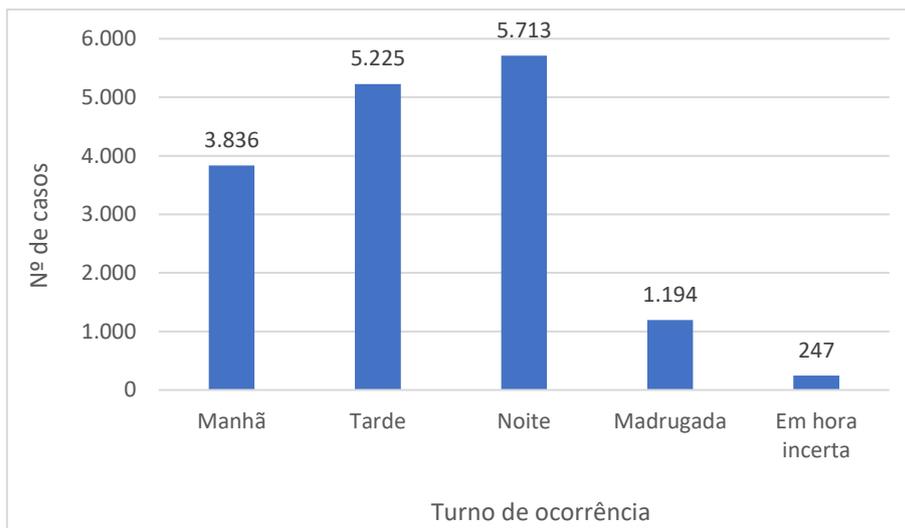


Gráfico 18 - Dados referentes ao turno da ocorrência. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

APRESENTAÇÃO DA OCORRÊNCIA

Os dados a seguir se referem ao responsável pela apresentação da ocorrência junto à Delegacia. Desta forma, temos que dos 15.124 Boletins de Ocorrência lavrados, 90,9% foi apresentado pela parte interessada, 5,7% por integrantes da Polícia Militar, 2,9% por Guardas Cíveis Metropolitanos, 0,2% por integrantes da Polícia Civil e 0,2% por terceiros.

Na análise realizada foram apuradas uma base de dados de 100% da população da amostra.

DESCRICAÇÃO APRESENTAÇÃO

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Pela Parte Interessada	13744	90,9	90,9	90,9
	Por Integrantes da Polícia Militar	868	5,7	5,7	96,6
	Por Guardas Cíveis Metropolitanos	443	2,9	2,9	99,5
	Por outros	35	,2	,2	99,8
	Por Integrantes da Polícia Civil	34	,2	,2	100,0
	Total	15124	100,0	100,0	

Tabela 22 – Descrição da apresentação da ocorrência dos Boletins de Ocorrência das Delegacias de Piracicaba, no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

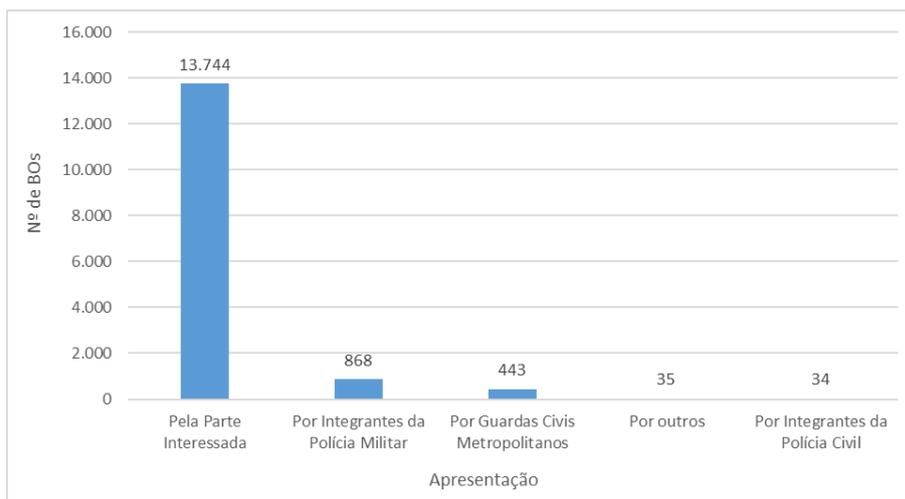


Gráfico 19 - Dados referentes a descrição da autoria da apresentação da ocorrência. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

TIPIIFICAÇÕES DOS CRIMES

Na análise referente a tipificações dos crimes, separamos as rubricas por tipificações referentes a Crimes Contra a Pessoa (art. 121 a 154 CP), sendo eles os crimes de Ameaça, Calúnia, Injúria, Difamação, Lesão Corporal, Homicídio, Maus-tratos e Constrangimento Ilegal. Já o Crime Contra o Patrimônio (art. 155 a 183 CP), foi categorizado como Dano. Os crimes Sexuais (art.213 a 234 CP), sendo eles Assédio, Importunação Sexual, Estupro, Estupro de Vulnerável e Crimes Sexuais com Menores como Lascívia, Assédio, Constrangimento e Corrupção de Menores. E os crimes referente a menores, conforme a Lei 8069/90 Caput Aliciar, assediar, instigar ou constranger (Art.241D). Os Atos Infracionais, ou seja, violações cometidas por menores de 18 anos, somam 3,1% das ocorrências.

De acordo com a análise feita sob o parâmetro da espécie, temos que dentre os boletins de Ocorrência registrados, 91,9% são de crimes contra a Pessoa, do Código Penal Brasileiro, que compreendem os Crimes contra a Vida, Lesões Corporais, Periclitacão da Vida e da Saúde, Rixa, Crimes contra a Honra, contra a Liberdade Individual, Inviolabilidade de Domicílio, Inviolabilidade de Correspondência e crimes de Inviolabilidade de Segredos.

DESCR_ESPECIE

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Título I - Pessoa (arts. 121 a 154)	22167	91,9	91,9	91,9
	Título II - Patrimônio (arts. 155 a 183)	910	3,8	3,8	95,6
	Ato infracional	769	3,2	3,2	98,8
	Título VI - Dignidade Sexual (arts 213 a 234)	264	1,1	1,1	99,9
	L 8069/90 – ECA	17	,1	,1	100,0
	Total	24127	100,0	100,0	

Tabela 23 – Descrição da espécie de violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

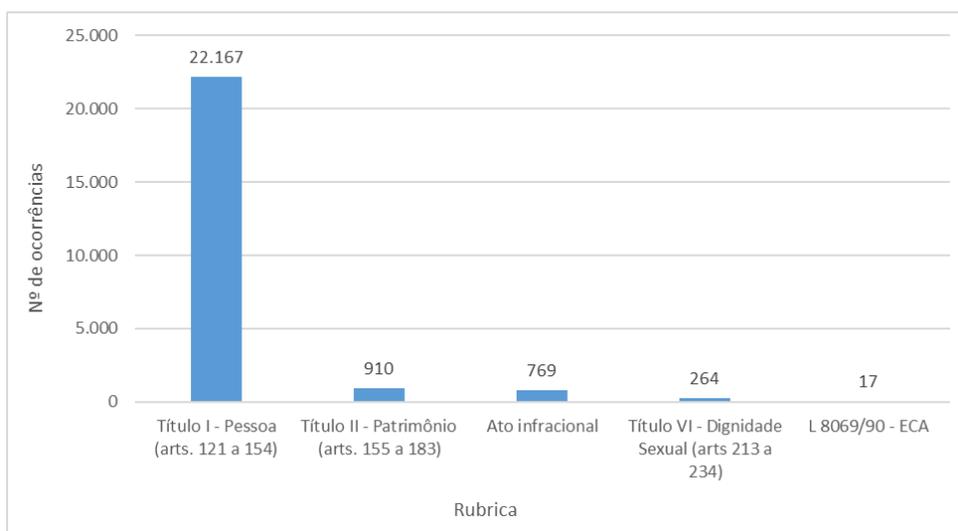


Gráfico 20 - Dados referentes descrição da Espécie dos Crimes de violência contra a mulher em Piracicaba. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

Dos crimes relatados em Boletins de Ocorrência, os de Liberdade Individual (art. 146 a 154) possuem maior incidência com 41,9% de todas as ocorrências registradas. Esses crimes constituem Constrangimento ilegal, Ameaça, Sequestro e cárcere privado, Redução a condição análoga à de escravo, Tráfico de Pessoas, Violação de Domicílio, Violação de correspondência, Divulgação de Segredo e Violação do segredo profissional. Em segundo lugar, tem-se o crime contra a Honra, previstos em Lei como Calúnia, Difamação e Injúria, com 31,7% dos casos.

DESCR_SUBESPECIE

	N	%	% válido	% acumulado
VI/Dignidade Sexual - CAPITULO VI - ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR (arts.233 a 234)	1	0	0	100
I/Pessoa - Capítulo I - Vida (arts. 121 a 128)	2	0	0	100
VI/Dignidade Sexual - CAPITULO I - LIBERDADE SEXUAL (213 a 216-A)	4	0	0	100
Título VII - Dos crimes e das infrações adm.	17	0,1	0,1	100
CAPITULO VI - ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR (arts.233 a 234)	49	0,2	0,2	99,9
Capítulo III - Periclitacão da vida e da saúde (arts. 130 a 136)	64	0,3	0,3	99,7
Capítulo I - Vida (arts. 121 a 128)	94	0,4	0,4	99
Valid CAPITULO II - SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (arts.217 a 218-B)	94	0,4	0,4	99,4
CAPITULO I - LIBERDADE SEXUAL (arts.213 a 216-A)	131	0,5	0,5	98,7
I/Pessoa - Capítulo II - Lesões corporais (129)	194	0,8	0,8	98,1
I/Pessoa - Capítulo V - Honra (arts. 138 a 145)	253	1	1	97,3
Capítulo IV - Dano (arts. 163 a 167)	928	3,8	3,8	96,3
Capítulo II - Lesões corporais (art. 129)	4785	20	19,8	92,4
Capítulo V - Honra (arts. 138 a 145)	7395	31	30,7	72,6
Capítulo VI - Liberdade individual (arts. 146 a 154)	10116	42	41,9	41,9
Total	24127	100	100	

Tabela 24 – Descrição da subespécie de violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

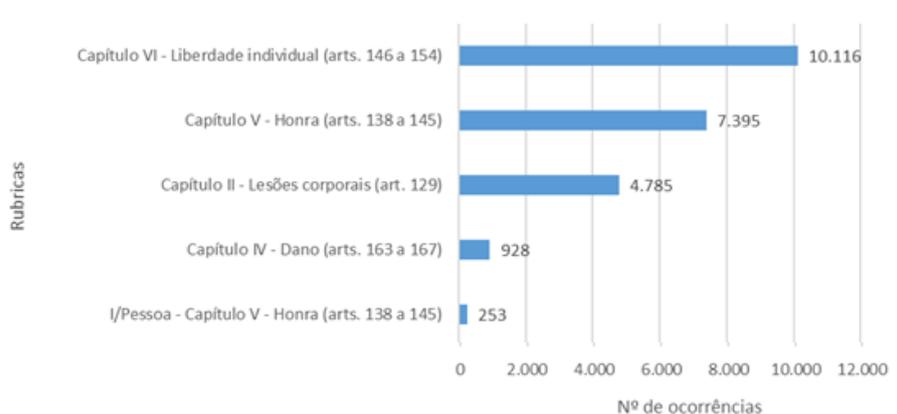


Gráfico 21 – Dados referentes às cinco maiores incidências das Subespécie dos Crimes de violência contra a mulher em Piracicaba. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

Conforme a análise detalhada, temos no ranking de rubricas, que três tipos de crimes respondem por cerca de 94% de todos os registros de ocorrência, sendo eles os crimes de Ameaça, que ocupa o primeiro lugar no ranking com 41,4% de todas as ocorrências. Em segundo lugar, os crimes contra a honra, sendo eles Calúnia, Injúria e Difamação com 31,7% das ocorrências. E em terceiro lugar, os crimes de Lesão Corporal e Maus Tratos somam 20,9% das ocorrências. Demais crimes somam 6% de todo o restante das ocorrências registradas nas Delegacias.

Tais dados quando comparados com os do ranking estadual, demonstram que o crime de Ameaça é proporcionalmente o mais praticado tanto no Estado de São Paulo (44,9%), como no Município. Já os crimes contra a Honra, que ocupam o segundo lugar dos crimes praticados em Piracicaba, ocupam o terceiro lugar no Estado (9,7%). E os crimes de Lesão Corporal que ocupam o segundo lugar no ranking (39,2%) no Estado, em Piracicaba ocupa o terceiro lugar das ocorrências registradas.

Isso demonstra que os autores piracicabanos assim como os autores de todo o Estado de São Paulo são unânimes na preferência por crimes de Ameaça, porém, os piracicabanos tomam como segunda alternativa na violação de direitos das mulheres os crimes de injúria, Calúnia e Difamação, preferindo os crimes contra a Honra que o crime de Lesão Corporal, conforme praticados pela maioria no Estado.

A tabela abaixo demonstra o total de 96 casos de homicídio, porém estes se dividem em Tentado e Consumado. Os homicídios consumados somam 21 mortes que resultaram em dez flagrantes. Do total de homicídios, onze foram de Homicídio qualificado (art. 121, §2o.) e dez de Homicídio simples (art. 121). Das vítimas, sete foram assassinadas em residência e quatro em vias públicas.

Rubrica

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Ameaça	9979	41,4	41,4	41,4
	Calúnia/ Injúria/ Difamação	7648	31,7	31,7	73,1
	Lesão corporal/ Maus Tratos	5043	20,9	20,9	94,0
	Dano	928	3,8	3,8	97,8
	Crimes Sexuais - Assedio/ importunação	101	,4	,4	98,2
	Homicídio	96	,4	,4	98,6
	Estupro de vulnerável	88	,4	,4	99,0
	Estupro	84	,3	,3	99,3
	Violação de domicílio	76	,3	,3	99,7
	Constrangimento ilegal	61	,3	,3	99,9
	Crimes Sexuais com Menores	23	,1	,1	100,0
	Total	24127	100,0	100,0	

Tabela 25 – Descrição das rubricas de violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

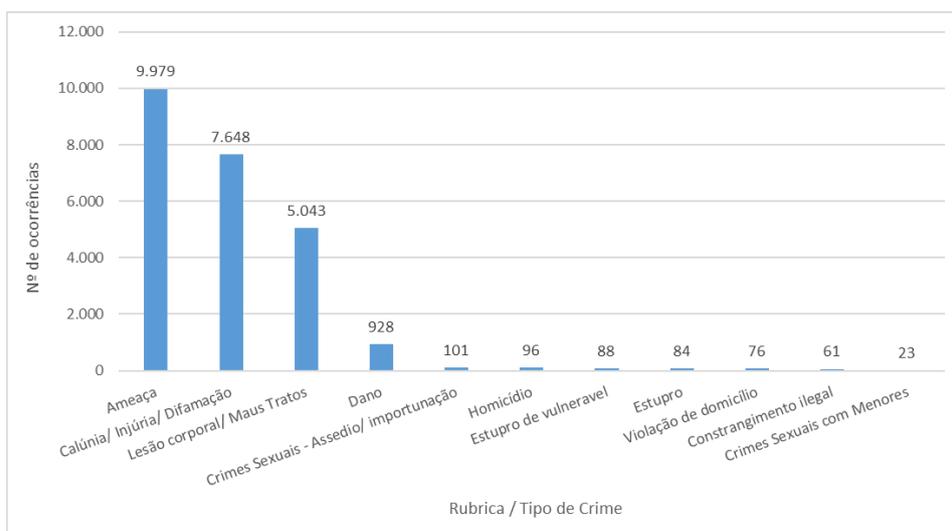


Gráfico 22 – Dados das rubricas/ tipificações dos crimes de violência contra a mulher em Piracicaba. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

STATUS TENTADO/ CONSUMADO

O número de vítimas de crimes consumados, é de 99,3%. Já os crimes tentados, onde não ocorreu a consumação do delito por circunstâncias alheias à vontade do agressor, o índice é de 0,7%.

FLAG_STATUS

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Consumado	16110	99,4	99,4	99,4
	Tentado	105	,6	,6	100,0
	Total	16215	100,0	100,0	

Tabela 26 – Descrição do status do crime constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

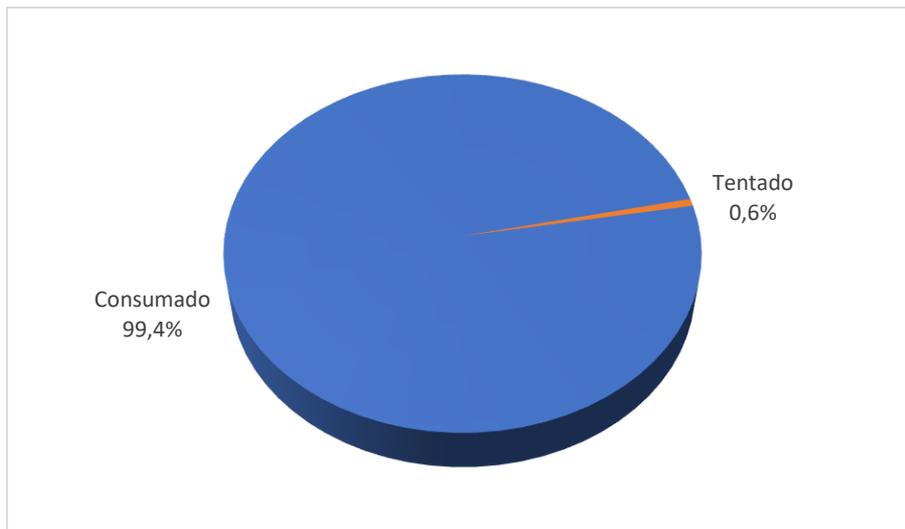


Gráfico 23 – Dados de crimes Consumado e Tentado. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

Crimes Decorrentes de Violência Doméstica

A análise dos crimes de Violência Doméstica, que se enquadram na Lei 12.340/06 – Lei Maria da Penha, somam 3,6% de todos os Boletins de Ocorrência computados no período de 2015 a 2019. Tal informação torna-se antagônica quando comparada ao índice de 93,4% de todos os Boletins de Ocorrência do período pesquisado, 2015 a 2019, em que a vítima alega Relacionamento Amoroso, União Estável, Casamento e parentesco com o agressor.

VIOLENCIA_DOMESTICA

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Sim	578	3,6	3,6	3,6
	Não (ou não informado)	15637	96,4	96,4	100,0
	Total	16215	100,0	100,0	

Tabela 27 – Crimes decorrentes de violência doméstica constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

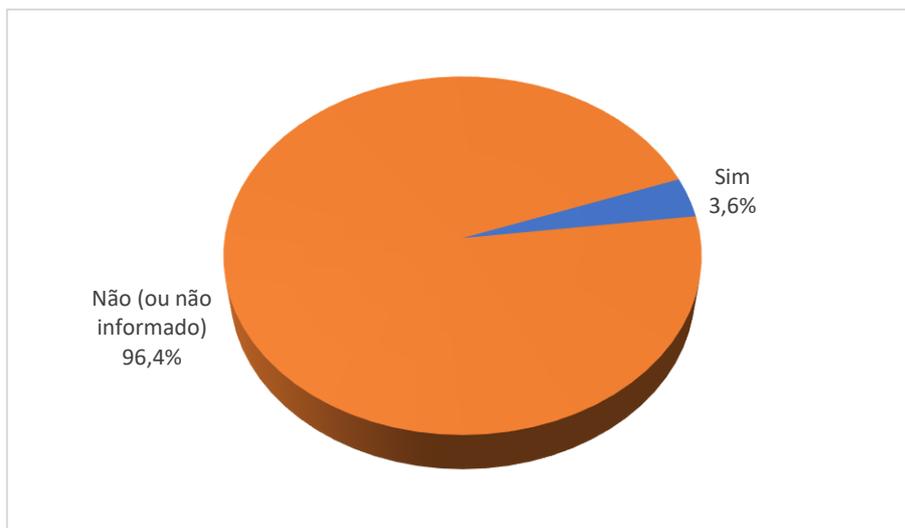


Gráfico 24 – Dados de crime de Violência Doméstica em Piracicaba. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

DADOS DO AUTOR

O número de agressores do período estudado foi de 15966, sendo 87,9% registrados como Autor, 5,2% como Indiciado, 3,6% como Autor/vítima, neste caso quando o autor agride e se defende, 3,3 % como Adolescente Infrator e 0,1% como Adolescente Infrator/ Vítima, quando o autor adolescente se defende e agride.

No entanto, devido à base de dados analisada não ser nominal, não houve a possibilidade de separar as ocorrências por pessoa, podendo haver mais de um Boletim de Ocorrência por vítima. Desta forma não podemos apontar um número específico de mulheres atendidas, mas sim de atendimentos, dos quais chamamos de “observações”.

DESCR_TIPO_PESSOA	N	%	% válido	% acumulado
Autor	14015	87,8	87,8	87,8
Indiciado	835	5,2	5,2	93,0
Autor/Vitima	572	3,6	3,6	96,6
Valid Adolescente infrator	530	3,3	3,3	99,9
Adolescente Inf/Vit	14	,1	,1	100,0
Total	15966	100,0	100,0	

Tabela 28 – Número de autores das violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

NATURALIDADE DO AUTOR

Na análise de naturalidade dos autores que foram acusados de violação de direitos, temos que 57,8% deles são nascidos em Piracicaba. Em segundo lugar estão os nascidos na cidade de São Paulo, com a ocorrência de 4,9% dos casos. E em terceiro lugar, vindos de outro estado, com 1,6% das ocorrências analisadas, estão os nascidos em Novo Cruzeiro, Minas Gerais.

O restante da estatística é caracterizado por percentuais de cada município abaixo de 1% cada, com maior incidência entre municípios vizinhos como Campinas, Rio das Pedras, Charqueada, Limeira, Rio Claro, entre outras.

Na análise realizada foram computados 52,9% de dados válidos do total da população, o que garante a precisão nos resultados, que serão projetados para a população representada, com 99% de nível de confiança e 0,96% de margem de erro.

Naturalidade

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	PIRACICABA -SP	4880	30,6	57,8	57,8
	SÃO PAULO - SP	415	2,6	4,9	62,7
	NOVO CRUZEIRO -MG	133	,8	1,6	64,3
	CAMPINAS -SP	72	,5	,9	65,2
	RIO DAS PEDRAS -SP	59	,4	,7	65,9
	Outras	2881	18,0	34,1	100,0
	NÃO INFORMADA	7526	47,1		
Missing					
Total		15966	100,0		

Tabela 29 – Naturalidade dos autores das violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

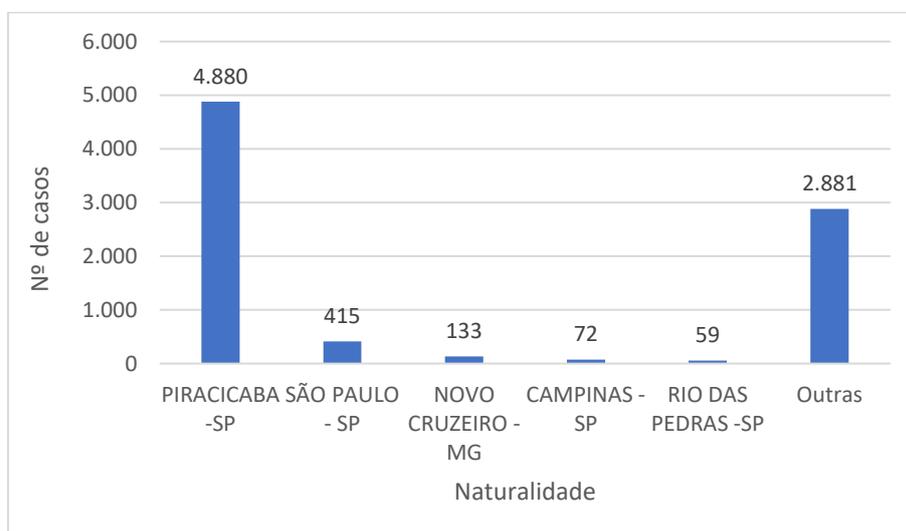


Gráfico 25 - Dados referentes aos cinco municípios de maior incidência na estatística de naturalidade dos autores. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

GRAU DE INSTRUÇÃO DO AUTOR

Na análise de dados do grau de instrução dos autores da violência, temos que 52,2% deles possuem até o primeiro grau completo, 37,7% possui até o segundo grau completo e 10,1% possui o nível superior.

Na análise realizada quanto ao grau de instrução das vítimas, foram computados 59,9% de dados faltantes. No entanto, trabalhamos com uma base de dados de 99% de nível de confiança e 1,25% de margem de erro.

Grau de Instrução

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Analfabeto/1º Grau	3343	20,9	52,2	
	2º Grau	2412	15,1	37,7	
	Ensino Superior	644	4,0	10,1	
	Não informado	9567	59,9		
	Total	15966	100,0		

Tabela 30 – Grau de instrução dos autores das violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

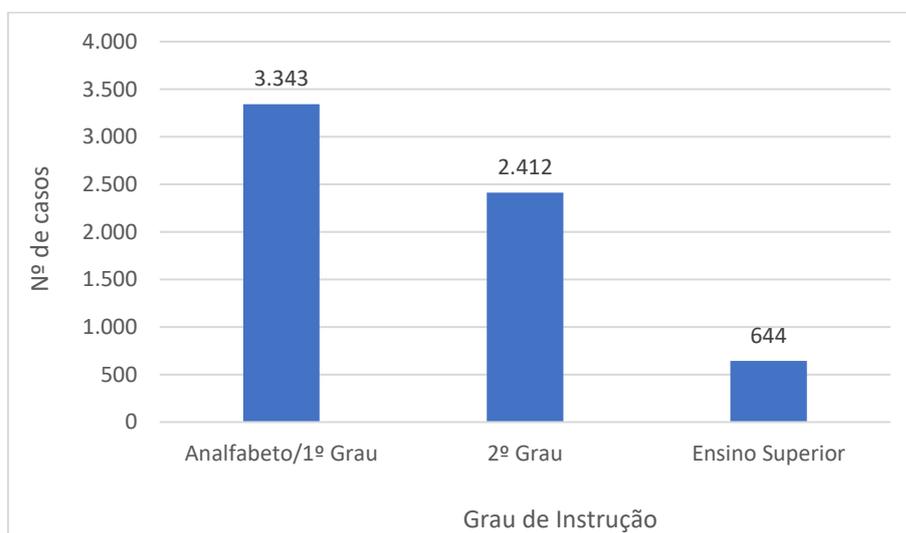


Gráfico 26 - Dados referentes ao grau de instrução dos autores de violência contra mulheres. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

PROFISSÃO DO AUTOR

Na análise de profissão, podemos citar que a base de dados é diversificada, computando mais de 300 profissões diferentes. No entanto, os Desempregados são os que possuem maior incidência de serem autores do crime de violência contra a mulher, sendo responsável por 16% das observações. Em segundo lugar os Pedreiros com 5,1% das ocorrências, seguido de Prendas Domésticas em 4,2% dos casos, assim como os aposentados que somam 4,1% dos casos e outras profissões, que somam 66,6% dos registros.

Na análise realizada foram computados 62,4% de dados válidos, o que garante a precisão nos resultados, que serão projetados para a população representada, com 99% de nível de confiança e 0,79% de margem de erro.

PROFISSÃO

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	DESEMPREGADO	1595	10,0	16,0	16,0
	PEDREIRO	510	3,2	5,1	21,1
	PRENDAS DOMESTICAS	421	2,6	4,2	25,4
	APOSENTADO(A)	408	2,6	4,1	29,5
	AUTONOMO(A)	393	2,5	3,9	33,4
	OUTRAS	6635	41,6	66,6	100,0
	NÃO INFORMADO	6004	37,6		
Missing					
Total		15966	100,0		

Tabela 31– Profissão dos autores das violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

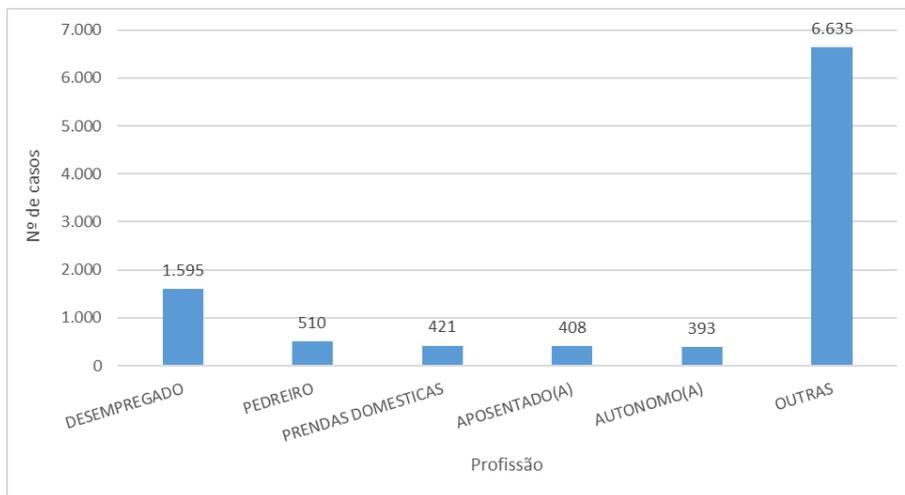


Gráfico 27 - Dados referentes a profissão exercida pelas vítimas. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

COR DA PELE DOS AUTORES

Na análise de dados que computou a cor da pele dos autores, destaca-se que 63,6% das violações de direitos foram realizadas por pessoas brancas, o que em dados comparativos é proporcional ao Censo da população de Homens em 2010 de Piracicaba. Na sequência, 25,7% dos registros são caracterizados por autores de cor parda, 9% de registros de autores de cor preta, 0,2% de registros de autores de cor amarela e 1,5% por outras cores não listadas.

COR_CUTIS

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	Branca	9865	61,8	63,6	63,6
	Parda	3990	25,0	25,7	89,3
	Preta	1394	8,7	9,0	98,3
	Outros	234	1,5	1,5	99,8
	Amarela	28	,2	,2	100,0
	Não informada	455	2,8		
Missing					
Total		15966	100,0		

Tabela 32 – Cor de pele dos autores das violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

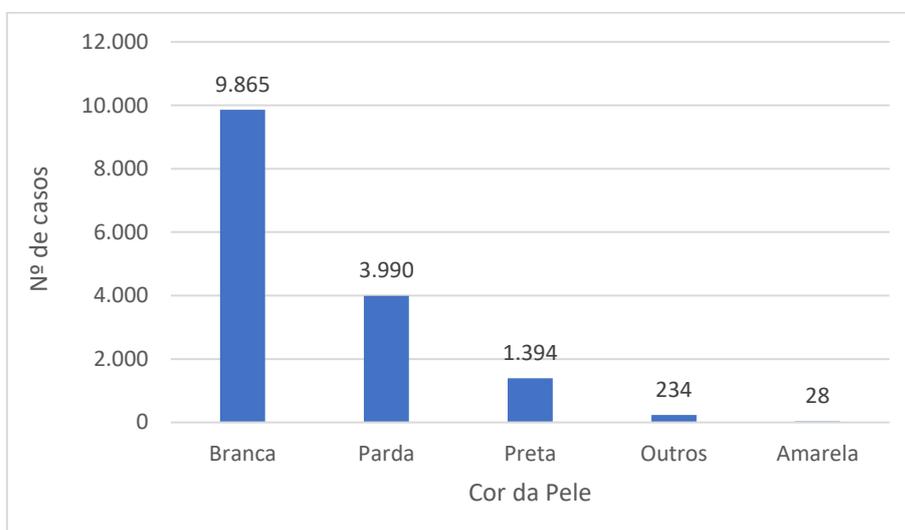


Gráfico 28 - Dados referentes a cor de pele dos autores. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

FAIXA ETÁRIA DO AGRESSOR

A análise de faixa etária computou idades entre 12 e 93 anos, com 8,1% das ocorrências de autores de 12 a 20 anos, 25,1% de jovens de 21 a 30 anos, a maior incidência sendo 34,4% de adultos de 31 a 40 anos, 18,9% de adultos de 41 a 50 anos, 9,4% de adultos de 51 a 60 anos, 3,1% de idosos de 61 a 70 anos e somando 1% de idosos com mais de 71 anos.

Nota-se uma curva de tendência onde a criminalidade dos autores de violência ascende aos 21 anos e diminui a partir dos 51 anos.

Na análise realizada foram computados 14,7% de dados faltantes. No entanto, trabalhamos com uma base de dados de 99% de nível de confiança e 0,42% de margem de erro.

Faixas de Idade dos autores

		N	%	% válido	% acumulado
Valid	12 a 20 anos	1106	6,9	8,1	8,1
	21 a 30 anos	3415	21,4	25,1	33,2
	31 a 40 anos	4680	29,3	34,4	67,5
	41 a 50 anos	2574	16,1	18,9	86,4
	51 a 60 anos	1286	8,1	9,4	95,9
	61 a 70 anos	423	2,6	3,1	99,0
	71 a 80 anos	106	,7	,8	99,8
	81 a 93 anos	34	,2	,2	100,0
	Não informado	2342	14,7		
Missing					
Total		15966	100,0		

Tabela 33– Faixa etária dos autores das violações constante nos Boletins de Ocorrência provenientes de diferentes Delegacias de Piracicaba no período de 2015 a 2019. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

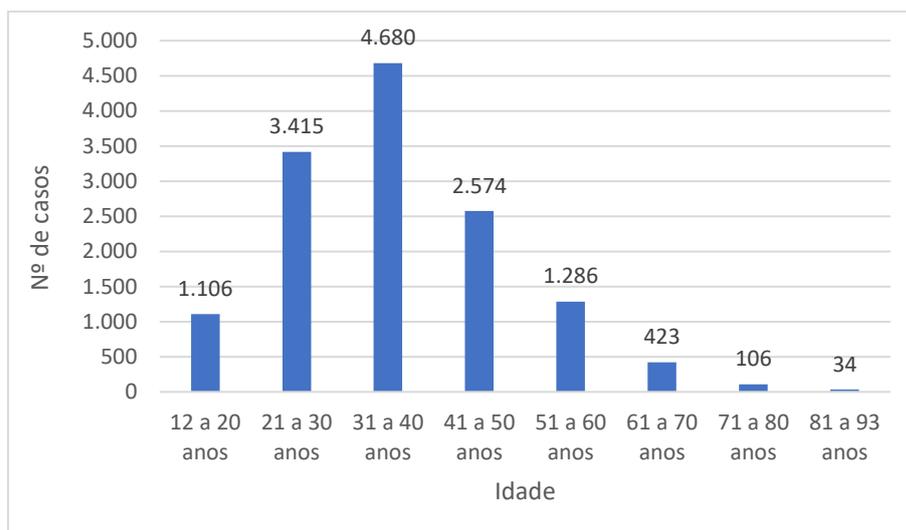


Gráfico 29 - Dados referentes a idade dos autores de violência contra mulheres. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

REGIÃO DE MORADIA DOS AUTORES DAS VIOLAÇÕES

Dos 15966 autores registrados em Boletins de Ocorrência, computamos 392 dados faltantes. Temos que 26% dos autores residem na região Norte, 22% na região Sul, 19% na região Central, 15% na região Oeste, 12% na região Leste e 5% na área Rural.

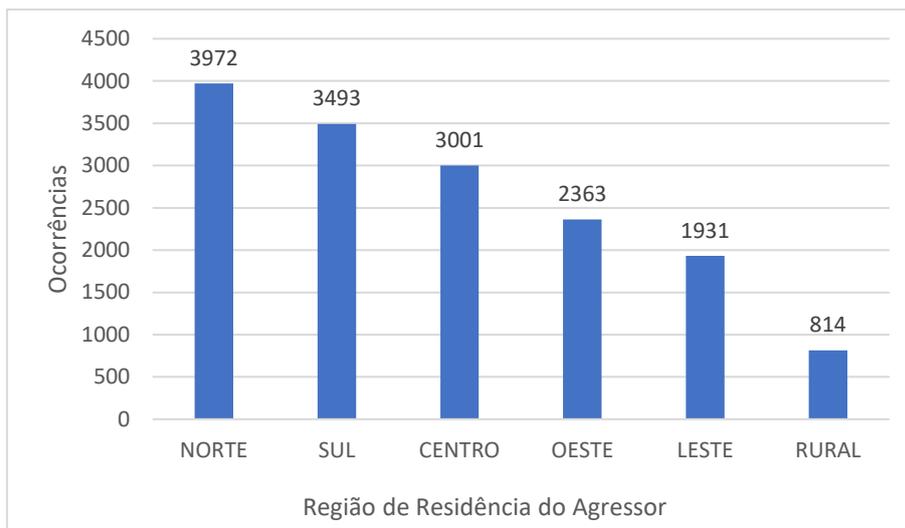


Gráfico 30 - Dados referentes a região de residência dos autores de violência contra mulheres. Fonte Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, período de 2015 a 2019.

CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS

Quando cruzamos as tipificações dos crimes com as faixas etárias das vítimas, temos que os crimes mais praticados contra crianças de 0 a 10 anos é o de Lesão Corporal, seguido de Estupro de Vulnerável, em 60,2% dos casos, e a seguir o crime de Ameaça. Já as meninas e jovens de 11 a 20 anos, são acometidas em sua maioria pelo crime de Ameaça, seguidas por crime de Lesão Corporal e crimes Contra a Honra, sendo eles Calúnia, Injúria e Difamação. No entanto, essas jovens são as principais vítimas e ocupam maior percentual das vítimas em Crimes Sexuais, crimes de Estupro e crimes Sexuais com Menores.

As jovens e mulheres de diversas faixas etárias, compreendendo dos 21 aos 80 anos, são violadas em sua maioria pelo crime de Ameaça, seguida por crimes Contra a Honra, sendo eles os de Calúnia, Injúria e Difamação e em terceiro lugar, são acometidas pelos crimes de Lesão Corporal ou Maus Tratos. No entanto, as mulheres de 21 a 30 anos de idade, são em sua maioria acometidas por crimes de Lesão Corporal e Homicídio, e as mulheres acima de 81 anos são violadas prioritariamente pelos crimes Contra a Honra, seguidos de crime de Ameaça e em terceiro lugar, os crimes de Lesão Corporal ou Maus tratos.

A tabela abaixo nos indica que, a faixa etária de mulheres de 31 a 40 anos são as mais atingidas pelos crimes de Ameaça, pelos crimes Contra a Honra, pelos crimes de Dano, Violação de Domicílio e Constrangimento Ilegal, sendo esta faixa etária a mais atingida por crimes de violência contra a mulher no município.

IDADE PESSOA	Rubrica																				Total			
	Ameaça		Calúnia/ Injúria/ Difamação		Lesão corporal/ Maus Tratos		Dano		Homicídio		Estupro de vulnerável		Crimes Sexuais - Assédio/ importunação		Estupro		Violação de domicílio		Constrangimento ilegal			Crimes Sexuais com Menores		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		n	%	n
0 a 10 anos	79	,8	51	,7	125	2,5	2	,2	2	2,2	53	60,2	2	2,0	7	8,3	0	0,0	0	0,0	5	21,7	326	1,4
11 a 20 anos	1017	10,2	685	9,0	795	15,8	54	5,8	15	16,7	29	33,0	38	37,6	33	39,3	2	2,6	8	13,3	16	69,6	2692	11,2
21 a 30 anos	2308	23,2	1623	21,3	1419	28,2	188	20,3	27	30,0	2	2,3	32	31,7	17	20,2	10	13,2	13	21,7	1	4,3	5640	23,4
31 a 40 anos	3050	30,6	2240	29,4	1379	27,4	281	30,3	20	22,2	0	0,0	11	10,9	20	23,8	28	36,8	20	33,3	1	4,3	7050	29,3
41 a 50 anos	1834	18,4	1507	19,8	735	14,6	194	20,9	13	14,4	3	3,4	8	7,9	7	8,3	21	27,6	7	11,7	0	0,0	4329	18,0
51 a 60 anos	1037	10,4	909	11,9	357	7,1	122	13,1	9	10,0	1	1,1	6	5,9	0	0,0	9	11,8	6	10,0	0	0,0	2456	10,2
61 a 70 anos	471	4,7	449	5,9	142	2,8	58	6,3	1	1,1	0	0,0	3	3,0	0	0,0	5	6,6	4	6,7	0	0,0	1133	4,7
71 a 80 anos	139	1,4	136	1,8	54	1,1	22	2,4	3	3,3	0	0,0	1	1,0	0	0,0	1	1,3	2	3,3	0	0,0	358	1,5
81 a 93 anos	24	,2	30	,4	18	,4	7	,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	79	,3
Total	9959	100,0	7630	100,0	5024	100,0	928	100,0	90	100,0	88	100,0	101	100,0	84	100,0	76	100,0	60	100,0	23	100,0	####	100,0

Tabela 43 – Cruzamento de variáveis quanto a faixa etária e tipificação do crime.

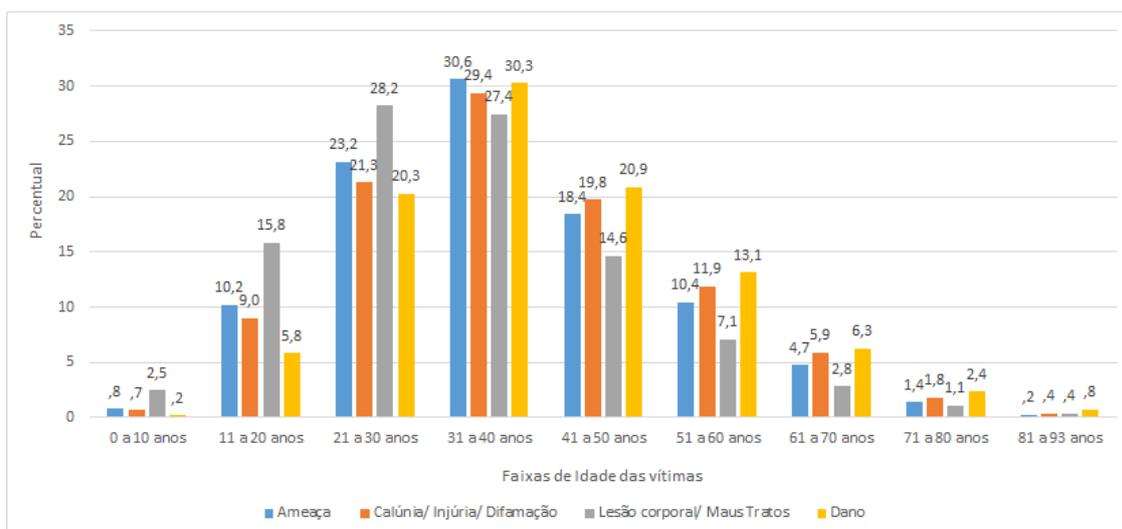


Gráfico 31 - Cruzamento de variáveis de faixa etária das vítimas e tipificação dos crimes - período de 2015 a 2019.

Quando cruzamos as tipificações dos crimes com o grau de instrução das vítimas, temos que, todas as vítimas são prioritariamente violadas através do crime de Ameaça, seguidas de Lesão Corporal ou Maus Tratos e em terceiro lugar são acometidas pelos crimes Contra a Honra, sendo eles os de Calúnia, Injúria e Difamação.

Quando analisamos as mulheres acometidas pelos crimes de Ameaça, crimes contra a Honra, Lesão Corporal e Maus Tratos, o crime de Dano, Homicídio, Estupro de Vulnerável, Crimes Sexuais, Estupro, Violação de Domicílio e Crimes Sexuais com Menores, temos que a imensa maioria (84,1%), são as que possuem até o segundo grau de escolaridade. As meninas e mulheres com até o primeiro grau, são as mais acometidas pelos crimes de Lesão Corporal ou Maus Tratos, os crimes de Homicídio, Estupro de Vulnerável, Estupro e Crimes Sexuais. Já as mulheres com o ensino Superior que representam 15,9% das vítimas analisadas, são atingidas em sua maioria por crimes de Constrangimento, correspondendo em 45,7% de todos os casos e sendo proporcionalmente mais atingidas por crimes de Dano em 23,7% dos casos e Violação de Domicílio em 30,5%.

	Rubrica																							
	Ameaça		Injúria/		Maus		Dano		Homicídio		Estup. Vuln.		Crim. Sex.		Estupro		domicílio		Constr.		Sexuais		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Analfabeta/	3556	41,9	2694	39,8	1836	45,4	260	36,8	33	63,5	36	85,7	30	40,5	35	58,3	19	32,2	12	26,1	11	73,3	8522	41,9
1º Grau	3615	42,6	2871	42,4	1717	42,4	279	39,5	18	34,6	5	11,9	31	41,9	21	35,0	22	37,3	13	28,3	4	26,7	8596	42,2
2º Grau	1316	15,5	1204	17,8	494	12,2	167	23,7	1	1,9	1	2,4	13	17,6	4	6,7	18	30,5	21	45,7	0	0,0	3239	15,9
Ensinio Superior	8487	100,0	6769	100,0	4047	100,0	706	100,0	52	100,0	42	100,0	74	100,0	60	100,0	59	100,0	46	100,0	15	100,0	20357	100,0
Total																								

Tabela 44 – Cruzamento de variáveis quanto a grau de instrução e tipificação do crime

O gráfico abaixo demonstra a hipótese de que quanto menor o nível de escolaridade mais sujeitas a serem vítimas de criminalidade são as meninas e mulheres. No entanto, de maneira inversamente proporcional, especificamente o crime de Dano tem maior referência com as mulheres que possuem maior nível de escolaridade.

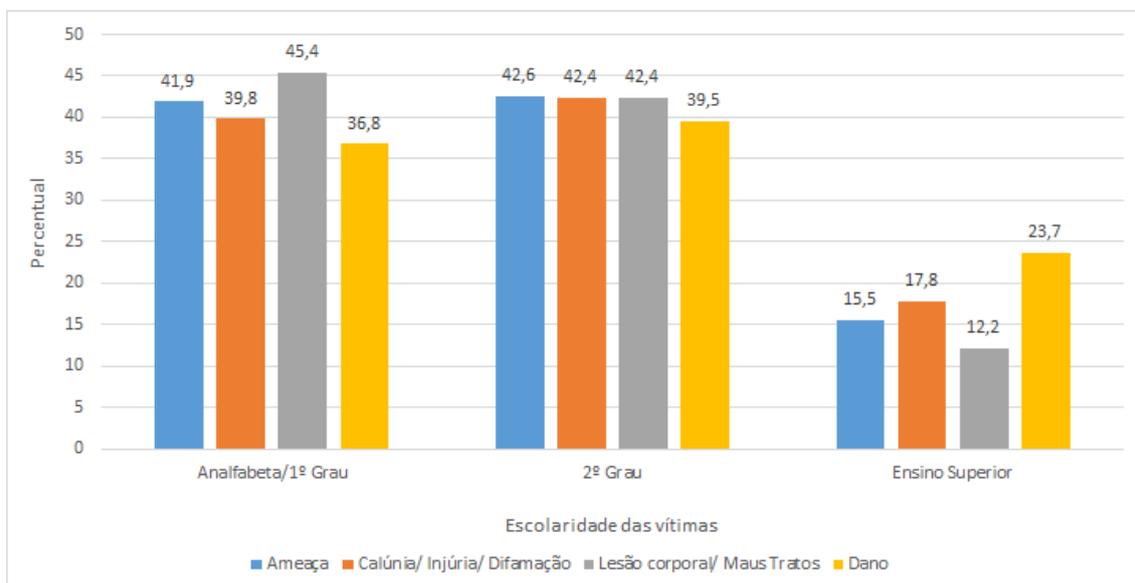


Gráfico 32 - Cruzamento de variáveis de escolaridade das vítimas e tipificação do crime - período de 2015 a 2019.

Quando cruzamos as variáveis relacionadas com a cor da pele das vítimas e a tipificação dos crimes, temos que as mulheres brancas são a maioria das vítimas de todos os crimes, sendo, portanto, necessária uma análise proporcional nos números. As mulheres brancas correspondem a 70% das vítimas, sendo proporcionalmente mais atingidas pelos crimes de Dano em 78,8% dos casos, Crimes Sexuais em 81,2% dos casos e pelo crime de Constrangimento em 88,5% dos casos, tendo como base o percentual de cada tipificação. Já as mulheres pardas que correspondem a 23,4% de todas as vítimas, são em 30,7% acometidas por crimes de Estupro de Vulnerável e em 34,8% por crimes Sexuais de Menores. As mulheres pretas correspondem a 5,7% de todas as vítimas e são em 9,6% dos casos acometidas pelo crime de Homicídio, em 8% em crime de Estupro de Vulnerável e em 8,2% nos crimes de Estupro.

Tais números caracterizam que os crimes sexuais que envolvem menores de idade estão atrelados em sua maioria por crianças e jovens de cor preta e parda no que tange a proporcionalidade da população. No entanto, as meninas e mulheres brancas correspondem a maior parte da população atingida pelas diversas tipificações de crimes no município de Piracicaba.

Cor da Pele	Rubrica																							
	Ameaça		Injúria/		Maus		Dano		Homicídio		Est. Vuln.		Sexuais -		Estupro		Viol. Dom.		Constr.		Crimes Sex.		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Branca	6929	69,5	5390	70,5	3445	68,6	728	78,8	59	62,8	53	60,2	82	81,2	56	66,7	53	70,7	54	88,5	15	65,2	16864	70,0
Parda	2396	24,0	1763	23,1	1232	24,5	139	15,0	23	24,5	27	30,7	14	13,9	18	21,4	18	24,0	5	8,2	8	34,8	5643	23,4
Preta	571	5,7	442	5,8	286	5,7	43	4,7	9	9,6	7	8,0	4	4,0	7	8,3	4	5,3	2	3,3	0	0,0	1375	5,7
Outros	51	,5	37	,5	50	1,0	11	1,2	3	3,2	1	1,1	1	1,0	3	3,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	157	,7
Amarela	26	,3	11	,1	10	,2	3	,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	50	,2
Total	9973	100,0	7643	100,0	5023	100,0	924	100,0	94	100,0	88	100,0	101	100,0	84	100,0	75	100,0	61	100,0	23	100,0	24089	100,0

Tabela 45 – Cruzamento de variáveis quanto a cor e tipificação do crime

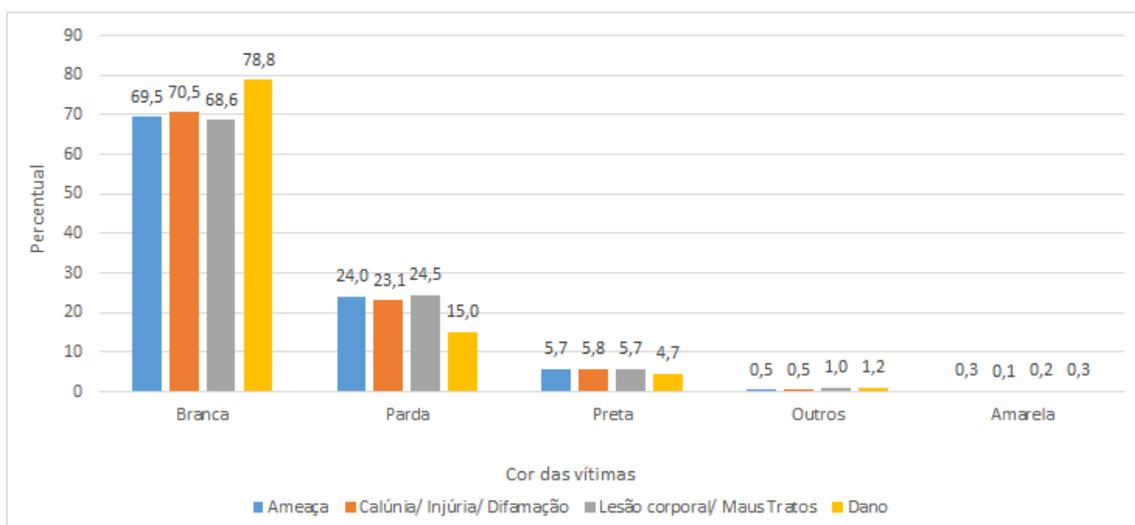


Gráfico 33 - Cruzamento de variáveis de cor das vítimas e tipificação do crime - período de 2015 a 2019.

Quando cruzamos os dados referentes aos bairros e as tipificações dos crimes mais praticados, temos que a região Norte do município, o mais populoso de Piracicaba com cerca de 24,8% da população, representa proporcionalidade com a incidência de registro de ocorrências em 24,6% das vítimas, sendo que 31,3% dos casos são de Estupro e na região responde pela maioria dos crimes de Ameaça, crimes contra a Honra, os crimes de Lesão Corporal e Maus Tratos.

Já a região Sul, o segundo mais populoso de Piracicaba com 22,6% de habitantes, possui proporcionalidade entre a população da região e os 22,4% dos crimes contra a mulher no município, respondendo em 25% dos casos por crimes de Invasão de Domicílio e 47,8% dos Crimes Sexuais com Menores.

A região Central, a quarta região mais populosa de Piracicaba com 17,3% de habitantes, responde pelo terceiro lugar nos crimes contra a mulher, sendo 19,2% dos crimes registrados, ressaltando a incidência de 46,5% de todos os crimes Sexuais e em 41,7% dos crimes de Constrangimento.

A região Oeste representa 17% da população geral de Piracicaba e 15,1% dos registros de violência contra a mulher, representando 21,3% dos casos de Homicídio, 22,9% dos casos de Estupro de Vulnerável e 18,8% dos casos de Estupro.

A região Leste representa 18,2% dos habitantes de Piracicaba e computa 14,1% de todos os registros de violência contra a mulher, sendo em 17,3% responsável por crimes de Dano e em 18,4% os crimes de Invasão de Domicílio.

E a área Rural do município, responsável por 4,6% das queixas de violência contra a mulher, representa em 6,4% os crimes de homicídio e em 14,5% dos casos Estupro de Vulnerável.

	Rubrica														Total									
	Ameaça		Injúria/		corporal/		Dano		Homicídio		Est. Vuln		Sexuais -			Estupro		domicilio		Constr.		Crimes Sex		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		n	%	n	%	n	%	n	%	
NORTE	2435	25,3	1826	24,7	1178	24,2	189	20,9	21	22,3	13	15,7	11	10,9	25	31,3	13	17,1	13	21,7	3	13,0	5727	24,6
SUL	2181	22,7	1621	21,9	1092	22,5	215	23,8	21	22,3	16	19,3	24	23,8	13	16,3	19	25,0	9	15,0	11	47,8	5222	22,4
CENTRO	1755	18,2	1523	20,6	872	17,9	204	22,6	13	13,8	16	19,3	47	46,5	11	13,8	16	21,1	25	41,7	3	13,0	4485	19,2
OESTE	1490	15,5	1003	13,6	847	17,4	100	11,1	20	21,3	19	22,9	5	5,0	15	18,8	9	11,8	4	6,7	4	17,4	3516	15,1
LESTE	1322	13,7	1090	14,7	656	13,5	156	17,3	13	13,8	7	8,4	9	8,9	9	11,3	14	18,4	8	13,3	2	8,7	3286	14,1
ÁREA RURAL	443	4,6	338	4,6	216	4,4	40	4,4	6	6,4	12	14,5	5	5,0	7	8,8	5	6,6	1	1,7	0	0,0	1073	4,6
Total	9626	100,0	7401	100,0	4861	100,0	904	100,0	94	100,0	83	100,0	101	100,0	80	100,0	76	100,0	60	100,0	23	100,0	23309	100,0

Tabela 46 – Cruzamento de variáveis quanto a região e tipificação do crime

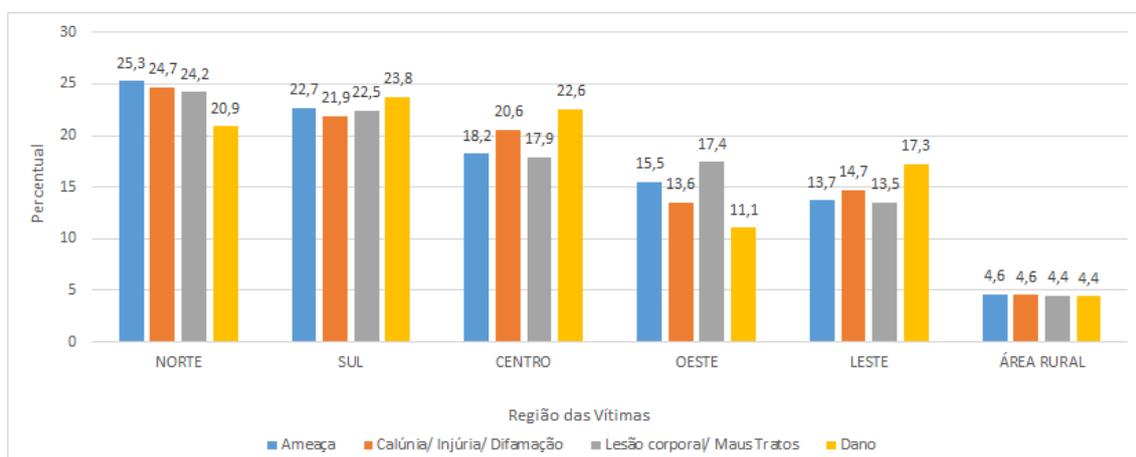


Gráfico 34 - Cruzamento de variáveis da região de moradia das vítimas e tipificação do crime - período de 2015 a 2019.

Na análise realizada foram analisadas uma base de dados de 100% da população da amostra no que tange as tipificações dos crimes.

No cruzamento de variáveis entre Parentesco e Escolaridade, temos com maior incidência (em 65% dos casos), que a violação de direitos aconteceu com pessoas com até o ensino fundamental completo, sendo cometida em apenas 7% dos casos entre pessoas com o curso superior completo ou incompleto.

Quando cruzamos a variável de Tipo De Relacionamento Com o Agressor, Faixa Etária, Local do Fato, Cor de pele e Tipificação Do Crime, aponta-se que 90% de todas as pessoas de 0 a 15 anos (35 pessoas) foram violadas por alguém com quem tinha algum laço de parentesco e em 86% dos casos, dentro de alguma residência, não sendo especificado se foi a sua própria ou de outrem. A incidência ocorreu em 64% com crianças de cor branca, 28% de cor parda e 8% de cor preta. As tipificações sofridas por este grupo de pessoas foram Ameaça, Estupro, Dano, Homicídio, Lesão Corporal e Maus Tratos. Das vítimas que possuíam algum vínculo amoroso com o autor, 55% possuía a faixa etária de 20 a 39 anos.

ANÁLISE DE CLUSTER – TABELAS DE CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS

Foram criados grupos (clusters) a partir dos dados das 16.215 vítimas analisadas, com a utilização da técnica chamada de “TwoStep Cluster”, disponível no programa IBM SPSS. Para criação dos grupos, foram utilizadas as seguintes variáveis relacionadas às vítimas: idade, cor, profissão, naturalidade, relacionamento com o autor, local da ocorrência e grau de instrução. Assim, foram criados quatro grupos de vítimas com características semelhantes em relação às variáveis relacionadas acima.

A tabela abaixo apresenta a distribuição (número e porcentagem) das vítimas nos quatro grupos.

TwoStep Cluster Number - 4 grupos	n	%	% válido	% acumulado
Grupo 1	4993	30,8	30,8	30,8
Grupo 2	3064	18,9	18,9	49,7
Grupo 3	6094	37,6	37,6	87,3
Grupo 4	2064	12,7	12,7	100,0
Total	16215	100,0	100,0	

Tabela 47 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster

As próximas tabelas procuram mostrar as características das vítimas que compõem cada grupo. A tabela seguinte mostra a distribuição das idades das vítimas em cada grupo. Pode-se observar que o grupo 2 possui vítimas mais jovens (49,9% delas têm entre 0 e 20 anos). Já o grupo 1 possui vítimas mais velhas, em relação aos outros grupos (14,46% têm entre 61 e 93 anos).

IDADE_PESSOA	TwoStep Cluster Number - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
0 a 10 anos	0	,0	287	9,4	0	,0	0	,0	287	1,8
11 a 20 anos	98	2,0	1240	40,5	511	8,4	18	,9	1867	11,5
21 a 30 anos	825	16,5	448	14,6	2008	33,0	483	23,4	3764	23,2
31 a 40 anos	1475	29,5	379	12,4	2034	33,4	769	37,3	4657	28,7
41 a 50 anos	1097	22,0	314	10,2	989	16,2	469	22,7	2869	17,7
51 a 60 anos	776	15,5	182	5,9	461	7,6	228	11,0	1647	10,2
61 a 70 anos	482	9,7	116	3,8	87	1,4	83	4,0	768	4,7
71 a 80 anos	192	3,8	41	1,3	4	,1	14	,7	251	1,5
81 a 93 anos	46	,9	11	,4	0	,0	0	,0	57	,4
Não informada	2	,0	46	1,5	0	,0	0	,0	48	,3
Total	4993	100,0	3064	100,0	6094	100,0	2064	100,0	16215	100,0

Tabela 48 – Distribuição das vítimas por faixa etária nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster

A tabela abaixo mostra a média, mediana e o desvio-padrão das idades das vítimas em cada grupo, confirmando o que foi observado na tabela anterior, tendo as vítimas do grupo 1 a idade média mais alta (43,59 anos) e as do grupo 2 a idade média mais baixa (26,98 anos).

TwoStep Cluster Number - 4 grupos	IDADE_PESSOA			
	n	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Grupo 1	4991	43,59	41,00	14,481
Grupo 2	3018	26,98	20,00	17,146
Grupo 3	6094	34,13	33,00	10,797
Grupo 4	2064	38,85	37,00	11,098
Total	16167	36,32	35,00	14,645

Tabela 49 – Média, mediana e desvio padrão da faixa etária das vítimas nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster

Em relação à cor das vítimas, destaca-se que o grupo 4 é formado principalmente por mulheres brancas (90% das componentes deste grupo). Já o grupo 1 possui 41,3% de pardas ou pretas.

COR	TwoStep Cluster Number - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Branca	2885	57,8	2049	66,9	4612	75,7	1858	90,0	11404	70,3
Parda	1876	37,6	756	24,7	926	15,2	125	6,1	3683	22,7
Preta	183	3,7	196	6,4	491	8,1	70	3,4	940	5,8
Outros	22	,4	38	1,2	49	,8	7	,3	116	,7
Amarela	16	,3	6	,2	13	,2	4	,2	39	,2
Não informada	11	,2	19	,6	3	,0	0	,0	33	,2
Total	4993	100,0	3064	100,0	6094	100,0	2064	100,0	16215	100,0

Tabela 50 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster referente a cor de pele

Em relação ao grau de instrução (tabela abaixo), chama a atenção a predominância de vítimas com ensino superior no grupo 4 (98,8%). Já o grupo 1 possui maior percentual de analfabetas/1º Grau (56,1%) em relação aos demais grupos. O grupo 3 é formado principalmente por vítimas com o 2º Grau (60,2%) e o grupo 2 possui 55,4% de vítimas com grau de instrução não informado.

Grau de Instrução	TwoStep Cluster Number - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
Analfabeta/1º Grau	2800	56,1	999	32,6	1803	29,6	0	,0	5602	34,5
2º Grau	1575	31,5	339	11,1	3667	60,2	0	,0	5581	34,4
Ensino Superior	104	2,1	29	,9	0	,0	2040	98,8	2173	13,4
Não informado	514	10,3	1697	55,4	624	10,2	24	1,2	2859	17,6
Total	4993	100,0	3064	100,0	6094	100,0	2064	100,0	16215	100,0

Tabela 51 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster referente ao grau de instrução

Em relação à profissão, destaca-se que 59,5% das vítimas do grupo 2 não teve a profissão informada e 36,2% eram estudantes (é o grupo mais jovem). No grupo 4, 80,7% das vítimas têm “outras” profissões (é o grupo com ensino superior).

PROFISSÃO	TwoStep Cluster Number - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
OUTRAS	2339	46,8	89	2,9	3528	57,9	1666	80,7	7622	47,0
PRENDAS DOMESTICAS	966	19,3	18	,6	1575	25,8	82	4,0	2641	16,3
NÃO INFORMADA	227	4,5	1822	59,5	223	3,7	148	7,2	2420	14,9
LIMPEZA/FAXINA	840	16,8	3	,1	449	7,4	6	,3	1298	8,0
ESTUDANTE	1	,0	1109	36,2	0	,0	70	3,4	1180	7,3
APOSENTADO(A)	521	10,4	17	,6	28	,5	52	2,5	618	3,8
VENDEDOR(A)	99	2,0	6	,2	291	4,8	40	1,9	436	2,7
Total	4993	100,0	3064	100,0	6094	100,0	2064	100,0	16215	100,0

Tabela 52 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster referente a profissão

Naturalidade	TwoStep Cluster Number - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
PIRACICABA - SP	634	12,7	1745	57,0	5324	87,4	1204	58,3	8907	54,9
OUTROS	3968	79,5	611	19,9	268	4,4	586	28,4	5433	33,5
SÃO PAULO - SP	115	2,3	85	2,8	346	5,7	212	10,3	758	4,7
NÃO INFORMADO	20	,4	548	17,9	34	,6	14	,7	616	3,8
NOVO CRUZEIRO - MG	202	4,0	38	1,2	28	,5	5	,2	273	1,7
CAMPINAS -SP	46	,9	15	,5	25	,4	30	1,5	116	,7
RIO DAS PEDRAS -SP	8	,2	22	,7	69	1,1	13	,6	112	,7
Total	4993	100,0	3064	100,0	6094	100,0	2064	100,0	16215	100,0

Tabela 53 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster referente a naturalidade

Relacionamento com o agressor	TwoStep Cluster Number - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
NÃO INFORMADO	4670	93,5	2897	94,5	5630	92,4	1997	96,8	15194	93,7
UNIAO ESTAVEL	117	2,3	19	,6	157	2,6	16	,8	309	1,9
ENVOLVIMENTO AMOROSO	90	1,8	27	,9	138	2,3	28	1,4	283	1,7
PARENTESCO	55	1,1	85	2,8	50	,8	8	,4	198	1,2
CASAMENTO	51	1,0	20	,7	97	1,6	13	,6	181	1,1
NENHUMA RELACAO	3	,1	5	,2	13	,2	2	,1	23	,1
CONHECIDO	2	,0	4	,1	3	,0	0	,0	9	,1
IGNORADO	3	,1	1	,0	3	,0	0	,0	7	,0
VIZINHANCA	0	,0	3	,1	2	,0	0	,0	5	,0
AMIZADE	2	,0	3	,1	0	,0	0	,0	5	,0
TRABALHO	0	,0	0	,0	1	,0	0	,0	1	,0
Total	4993	100,0	3064	100,0	6094	100,0	2064	100,0	16215	100,0

Tabela 54 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster referente ao relacionamento com o agressor

Local da Ocorrência	TwoStep Cluster Number - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
Residência	4040	80,9	1974	64,4	3910	64,2	1089	52,8	11013	67,9
Via pública	461	9,2	568	18,5	1249	20,5	320	15,5	2598	16,0
Outros	250	5,0	196	6,4	416	6,8	230	11,1	1092	6,7
Comércio e serviços	167	3,3	95	3,1	396	6,5	146	7,1	804	5,0
Estabelecimento de ensino	17	,3	202	6,6	54	,9	202	9,8	475	2,9
Saúde	58	1,2	29	,9	69	1,1	77	3,7	233	1,4
Total	4993	100,0	3064	100,0	6094	100,0	2064	100,0	16215	100,0

Tabela 55 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos na técnica TwoStep Cluster referente ao local da ocorrência

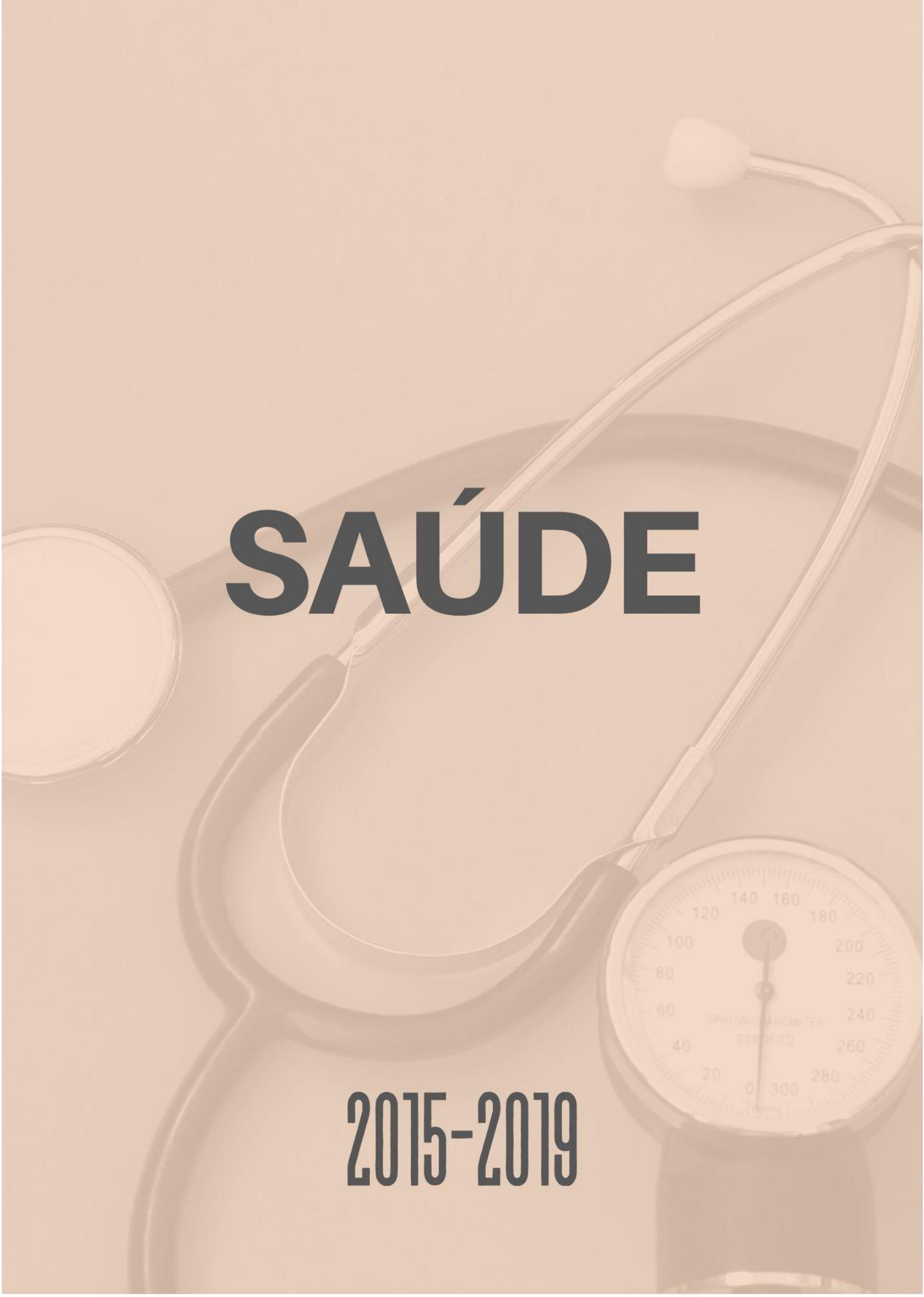
Principais características de cada grupo (que o difere dos demais):

- Grupo 1: 14,46% entre 61 e 93 anos; idade média de 43,59 anos; 41,3% pardas ou pretas; 56,1% analfabetas ou com o 1º grau; 16,8% com profissões relacionadas à limpeza/faxina e 10% aposentadas; 79,5% naturais de “outros” municípios e 4% de Novo Cruzeiro – MG; 80,9% das ocorrências na residência.

- Grupo 2: 49,9% entre 0 e 20 anos; idade média de 26,98 anos; 55,4% com grau de instrução não informado; 59,5% com profissão não informada e 36,2% estudantes; 17,9% naturais de municípios não informados; 2,8% com relacionamento com o autor igual a “parentesco”; 6,6% das ocorrências em estabelecimentos de ensino.

- Grupo 3: 66,4% entre 21 e 40 anos; idade média de 34,13 anos; 60,2% com 2º grau; 25,8% com profissão de prendas domésticas e 4,8% vendedoras; 87,4% naturais de Piracicaba; 6,4% em união estável, envolvimento relacionamento amoroso ou casamento com o autor; 20,5% das ocorrências em via pública.

- Grupo 4: idade média de 38,85 anos (segunda média mais alta); 90% brancas; 98,9% com Ensino Superior; 80,7% com “outras” profissões; 10,3% naturais de São Paulo (capital); 9,8% das ocorrências em estabelecimentos de ensino.

The background is a light beige color with a faint, semi-transparent image of medical equipment. A stethoscope is draped across the frame, with its chest piece on the left and its earbuds on the right. Below the stethoscope, there is a petri dish on the left and a sphygmomanometer (blood pressure gauge) on the right. The sphygmomanometer has a circular dial with numbers ranging from 0 to 300 in increments of 20. The text 'SAÚDE' is centered in the upper half of the image in a large, bold, dark grey font.

SAÚDE

2015-2019

METODOLOGIA ESPECÍFICA DA TABULAÇÃO DE DADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

1) Pesquisa por Data do Registro de Fichas de Notificação Individual do SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde – DATASUS, cujos dados foram cedidos pela Secretaria Municipal da Saúde de Piracicaba.

2) Localidade: ocorrências no município de Piracicaba-SP.

3) Variáveis da pesquisa contendo dados da vítima (idade, bairro, cor etc.) e vínculo com o autor.

4) Tipo de pessoa por Autor e Vítima.

5) Período: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019."

6) Abrangência: a totalidade dos dados disponíveis pelo SINAN no período foi tabulada e analisada na presente pesquisa.

Base	O responsável	Quantidade de inform.	Período
Saúde - Data sus	Ministério da saúde	852	2015-2019

PRINCIPAIS RESULTADOS

A Secretaria Municipal da Saúde, por intermédio do Ministério da Saúde, desde o ano de 2003 estabelecia a obrigatoriedade de notificação compulsória de casos de violência contra a mulher, através da Lei nº 10.778/2003 nos atendimentos médicos. A finalidade da notificação era melhorar o atendimento e fomentar políticas públicas de violência contra a mulher. Desde o dia 10 de março de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.931, que alterou a Lei 10.778/2003 determinando que a notificação compulsória deverá ser feita mesmo se houver apenas indícios de violência, bem como a comunicação do caso à autoridade policial em até 24 horas.

No Portal do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan, explica-se que o sistema é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - Capítulo I), mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. O seu uso sistemático, de forma descentralizada, contribui para a democratização da informação, permitindo que todos os profissionais de saúde tenham acesso à informação e as tornem disponíveis para a comunidade. É, portanto, um instrumento relevante para auxiliar o planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções.

O SINAN registra ocorrências de violências contra a mulher e violência doméstica, e toda a base de dados analisada provém do Ministério da Saúde.

Comparativo Anual

No período de 2015 a 2019, foram notificadas no município de Piracicaba 852 vítimas pelo SINAN, ou seja, um atendimento notificado a cada dois dias. A princípio, entre 2015 e 2018 as notificações mantinham uma leve alta na demanda, porém, de 2018 para 2019 teve uma alta de 82,2% no preenchimento das notificações, passando neste último ano a quase uma notificação dia.

Ano da ocorrência	n	%	% válido	% acumulado
2015	111	13	13	13
2016	132	15,5	15,5	28,5
2017	101	11,9	11,9	40,4
2018	180	21,1	21,1	61,5
2019	328	38,5	38,5	100
Total	852	100	100	

Tabela 56 - Demandas referentes a número de registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

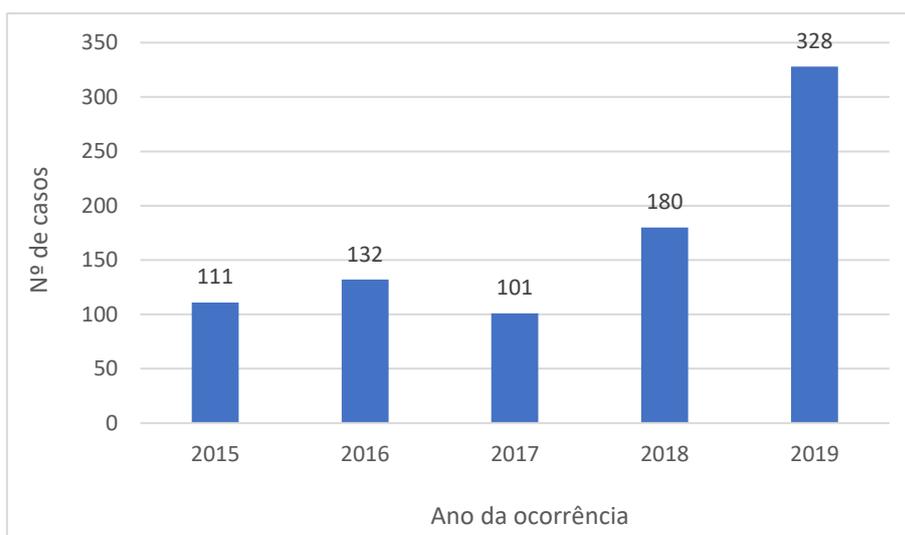


Gráfico 35 - Demandas referentes a número de registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

A análise de faixa etária das vítimas computou idades entre 0 e 81 anos, com 8,3% das ocorrências com meninas de 0 a 10 anos, 19,6% de jovens de 11 a 20 anos, 26,9% de jovens de 21 a 30 anos, 25,8% de mulheres de 31 a 40 anos, 10,2% de mulheres de 41 a 50 anos, 6,1% de mulheres entre 51 e 60 anos e 3,1% de mulheres de 61 a 81 anos.

Diferente do gráfico da Segurança Pública, nota-se que a curva de tendência da faixa etária da vítima aumenta a partir dos 11 anos, chegando no seu pico de incidência em mulheres dos 21 aos 30 anos e tem seu declínio a partir dos 41 anos. A maior incidência tem seu pico aos 21 anos de idade e aos 36 anos.

Faixas de Idade	n	%	% válido	% acumulado
0 a 10 anos	71	8,3	8,3	8,3
11 a 20 anos	167	19,6	19,6	27,9
21 a 30 anos	229	26,9	26,9	54,8
31 a 40 anos	220	25,8	25,8	80,6
41 a 50 anos	87	10,2	10,2	90,8
51 a 60 anos	52	6,1	6,1	96,9
61 a 81 anos	26	3,1	3,1	100
Total	852	100	100	

Tabela 57 – Faixa etária das vítimas. Fonte DATASUS.

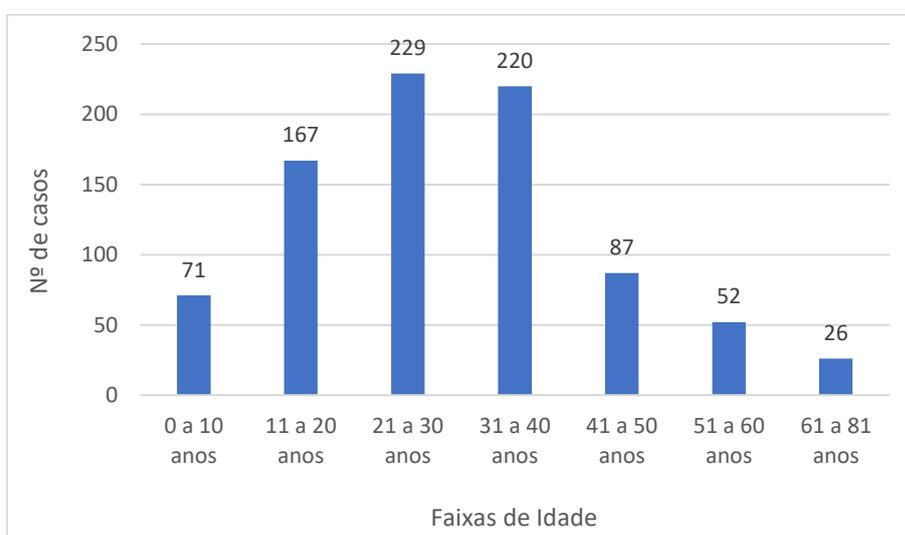


Gráfico 36 – Faixa etária das vítimas - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

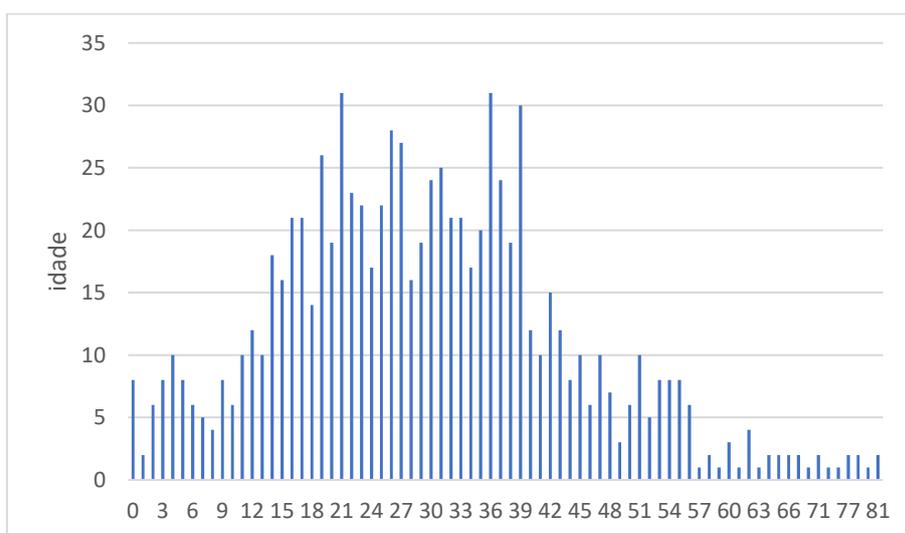


Gráfico 37 – Idade das vítimas, maior incidência aos 21 e aos 36 anos - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

GESTANTES

As mulheres gestantes que sofreram agressão somam cerca de 9% de todas as notificações do SINAN. Dessas, temos que a maior parte foi agredida no primeiro trimestre da gestação, correspondendo a 42% das vítimas gestantes.

Gestante	n	%	% válido	% acumulado
1º trimestre	33	3,9	7,1	7,1
2º trimestre	23	2,7	4,9	12
3º trimestre	20	2,3	4,3	16,3
Idade gestacional ignorada	2	0,2	0,4	16,8
Não	387	45,4	83,2	100
Total	465	54,6	100	
Não se aplica	158	18,5		
Ignorado	229	26,9		
Total	387	45,4		
Total	852	100		

Tabela 58 – Número de gestantes registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

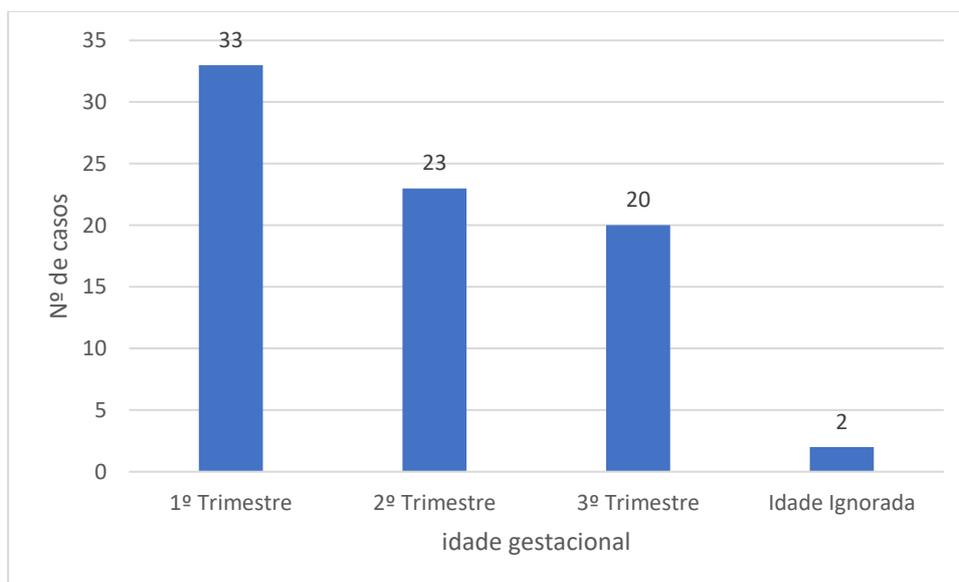


Gráfico 38 – Idade gestacional das vítimas - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

COR DA PELE

Quanto a análise de dados que computou a cor de pele das mulheres, destaca-se que 66,3% das vítimas eram mulheres brancas, seguidas de 23% de consultas em mulheres pardas, 10,5% de atendimentos feitos em mulheres pretas, 0,2% feitos por mulheres de tez amarela.

Cor	n	%	% válido	% acumulado
Branca	543	63,7	66,3	66,3
Parda	188	22,1	23	89,3
Preta	86	10,1	10,5	99,8
Amarela	2	0,2	0,2	100
Total	819	96,1	100	
Ignorada	33	3,9		
Total	852	100		

Tabela 59 – Cor de pele das vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

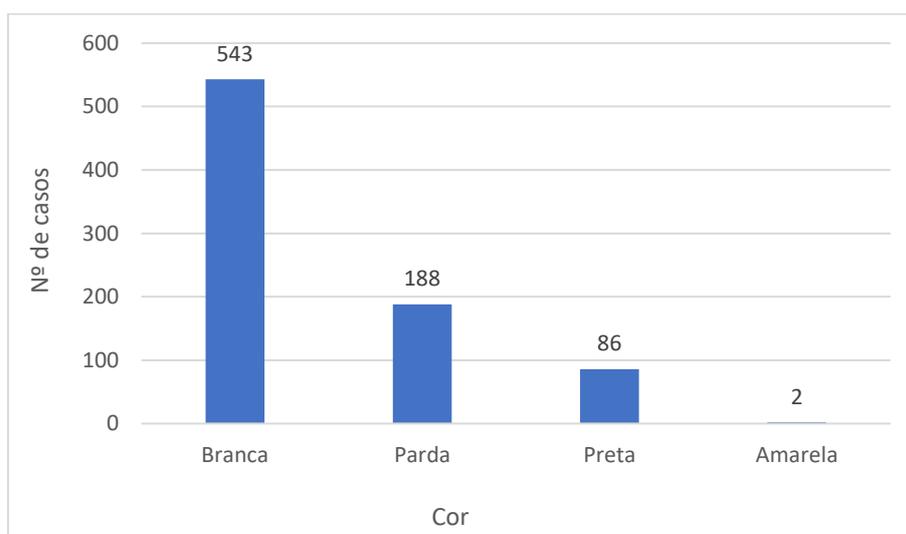


Gráfico 39 – Cor de pele das vítimas - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

ESCOLARIDADE DAS VÍTIMAS

De acordo com a análise de escolaridade das vítimas, temos que dos dados válidos 51,6% das vítimas que mais procuraram os serviços de saúde possuía até o 1º Grau escolar. Já 40,6% das vítimas possuía até o 2º Grau e 7,8% possuía até o nível Superior. Em 5,6% dos casos a escolaridade não se aplica, provavelmente por corresponder a anterioridade ou posterioridade do período escolar e em 11,5% dos casos não houve preenchimento da escolaridade.

Escolaridade	n	%	% válido	% acumulado
Analfabeto	10	1,2	1,4	1,4
1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau)	30	3,5	4,3	5,7
4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau)	18	2,1	2,6	8,2
5ª à 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau)	167	19,6	23,7	31,9
Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau)	139	16,3	19,7	51,6
Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau)	100	11,7	14,2	65,8
Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau)	186	21,8	26,4	92,2
Educação superior incompleta	23	2,7	3,3	95,5
Educação superior completa	32	3,8	4,5	100
Total	705	82,7	100	
Ignorado	98	11,5		
Não se aplica	48	5,6		
System	1	0,1		
Total	147	17,3		
Total	852	100		

Tabela 60 – Escolaridade das vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

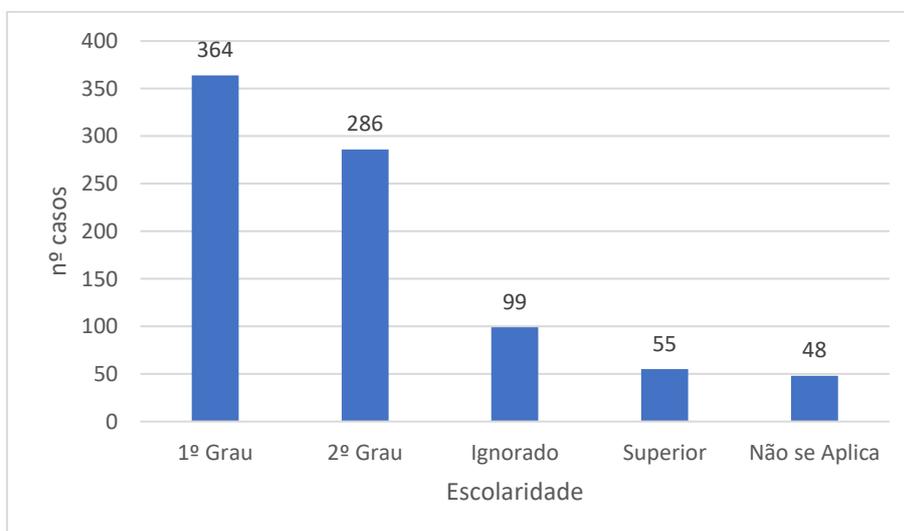


Gráfico 40 – Escolaridade das vítimas - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

Na análise do Tipo de Relacionamento com o autor da violação, foram computadas 598 observações. Destas, 32,9% das vítimas alegaram serem solteiras, 30% eram casadas, 6,1% eram separadas e 1,2% eram viúvas.

Situação conjugal / Estado civil	n	%	% válido	% acumulado
Solteiro	280	32,9	46,8	46,8
Casado/união consensual	256	30	42,8	89,6
Separado	52	6,1	8,7	98,3
Viúvo	10	1,2	1,7	100
Total	598	70,2	100	
Ignorado	184	21,6		
Não se aplica	69	8,1		
System	1	0,1		
Total	254	29,8		
Total	852	100		

Tabela 61 – Estado civil das vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

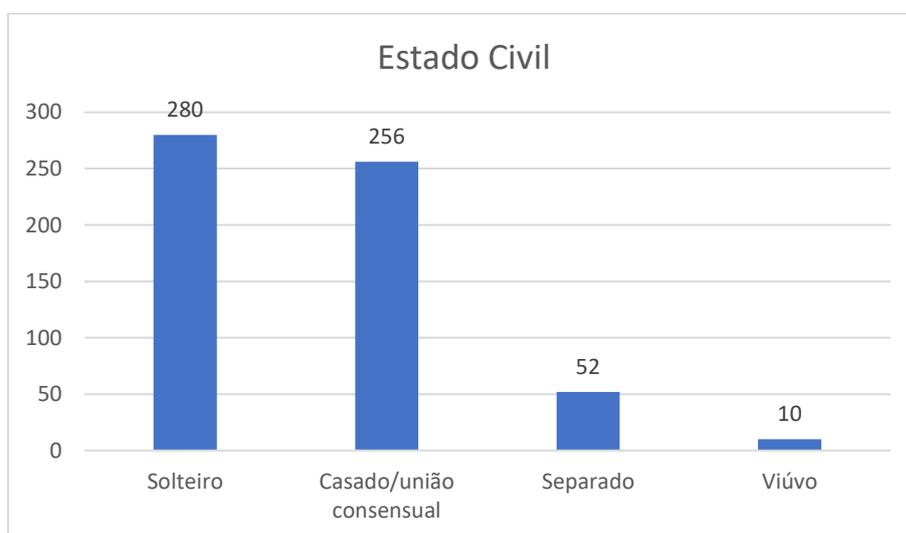


Gráfico 41 – Estado civil das vítimas - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

LOCAL DA OCORRÊNCIA DA VIOLAÇÃO

Assim como apontado nos dados da Segurança Pública, a residência corresponde a maioria dos locais de incidência de violações de direitos, neste caso, onde ocorreu 64,1% das ocorrências. Da mesma forma com na análise da Segurança Pública, as vias públicas correspondem ao segundo lugar de maior ocorrência de agressões com 2% dos dados válidos.

Local de ocorrência	n	%	% válido	% acumulado
Residência	414	48,6	64,1	64,1
Via pública	129	15,1	20	84,1
Outro	55	6,5	8,5	92,6
Bar ou similar	17	2	2,6	95,2
Escola	10	1,2	1,5	96,7
Habitação coletiva	9	1,1	1,4	98,1
Comércio/serviços	9	1,1	1,4	99,5
Local de prática esportiva	2	0,2	0,3	99,8
Indústrias/construção	1	0,1	0,2	100
Total	646	75,8	100	
Ignorado	206	24,2		
Total	852	100		

Tabela 62 – Local da agressão das vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

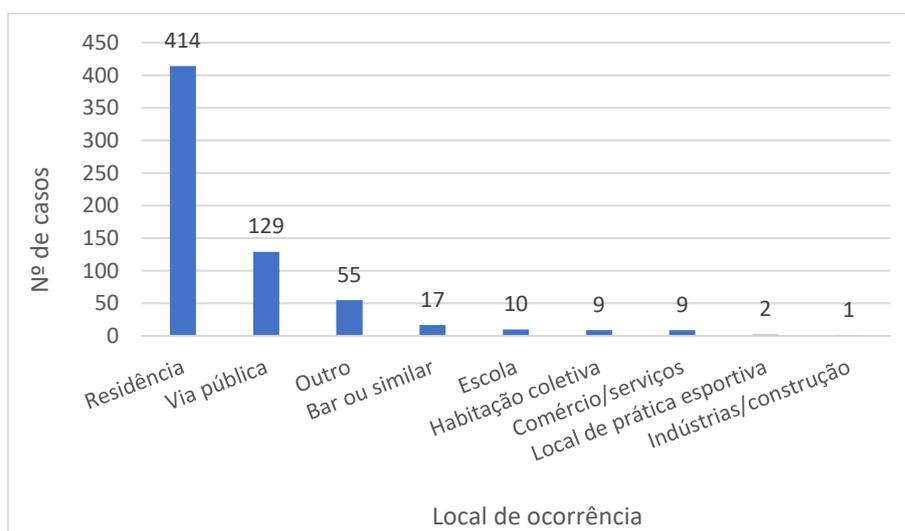


Gráfico 42 – Local da agressão das vítimas - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

TIPOS DE VIOLÊNCIAS RELATADAS

A maior parte das vítimas que procuraram os serviços de saúde relataram em 62,4% dos casos que sofreram violência física. Em segundo lugar, com 17,6% das consultas, as vítimas relataram sofrer de violência sexual e em terceiro lugar com 15,7% das ocorrências, as vítimas relataram sofrer de violência psicológica e moral.

Tipo de violência	Respostas		% de casos
	n	%	
Física	715	62,40%	84,00%
Sexual	202	17,60%	23,70%
Psicológica/Moral	180	15,70%	21,20%
Tortura	24	2,10%	2,80%
Outros	13	1,10%	1,50%
Financeira/Econômica	9	0,80%	1,10%
Negligência/Abandono	1	0,10%	0,10%
Intervenção legal	1	0,10%	0,10%
Total de casos válidos	851	-	134,50%
Total de respostas	1145	100,00%	-

(Questão de múltiplas respostas)

Tabela 63 – Tipos de violência relatadas pelas vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

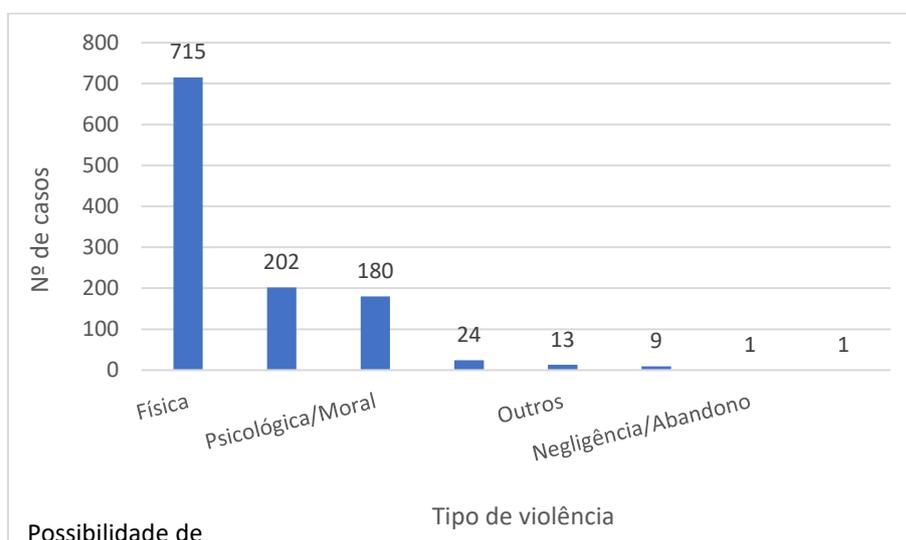


Gráfico 43 – Tipo de violência sofrida - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

MEIO DE AGRESSÃO

De acordo com a análise realizada, 64,7% das vítimas atendidas relataram sofrer de violência por meio de força corporal e/ou espancamento. As que sofreram ameaças correspondem a 11,1% dos casos. As vítimas que sofreram a agressão por objeto perfurocortante, ou seja, objetos que possuem aresta pontiaguda, somam 6% de todos os casos. As vítimas que sofreram enforcamento somam 4,7%, as que foram agredidas com objeto contundente, ou seja, qualquer objeto sólido usado como arma que danifica seu alvo pela aplicação da força direta, não por aresta que possa ter. As vítimas que sofreram violência através de arma de fogo somam 1,6% das ocorrências e demais ocorrências sofridas por envenenamento, intoxicação e substância quente somam 1,1% dos casos.

Meio de agressão	Respostas		% de casos
	n	%	
Força corporal/ espancamento	670	64,70%	81,70%
Ameaça	115	11,10%	14,00%
Outro	84	8,10%	10,20%
Obj. perfuro-cortante	62	6,00%	7,60%
Enforcamento	49	4,70%	6,00%
Obj. contundente	27	2,60%	3,30%
Arma de fogo	17	1,60%	2,10%
Envenenamento, Intoxicação	7	0,70%	0,90%
Substância/ Obj. quente	4	0,40%	0,50%
Total de casos válidos	820	-	126,20%
Total de respostas	1035	100,00%	-

Questão de múltiplas respostas

Tabela 64 – Meio da agressão relatada pelas vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

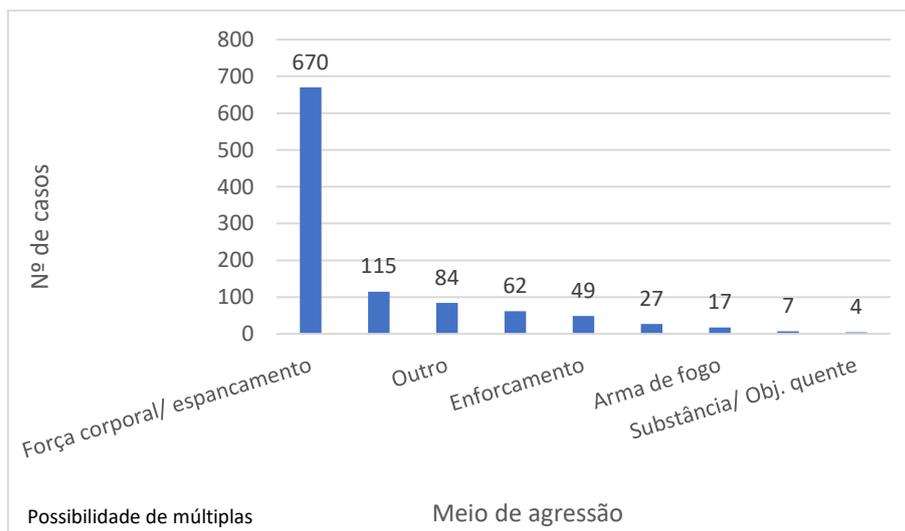


Gráfico 44 – Meio de agressão sofrida - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

TIPO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Das vítimas que relataram ter sofrido violência sexual, 71,5% delas foram vítimas de estupro, 18,7% foram vítimas de assédio sexual, 3,3% delas relataram exploração sexual e 0,9% foram vítimas de pornografia infantil. Outros crimes de natureza sexual somam 5,6% das ocorrências.

Se ocorreu violência sexual, qual o tipo	Respostas		% de casos
	n	%	
Estupro	153	71,50%	81,40%
Assédio sexual	40	18,70%	21,30%
Outros	12	5,60%	6,40%
Exploração sexual	7	3,30%	3,70%
Pornografia infantil	2	0,90%	1,10%
Total de casos válidos	188	-	113,80%
Total de respostas	214	100,00%	-

Questão de múltiplas respostas

Tabela 65 – Tipos de violência sexual relatadas pelas vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

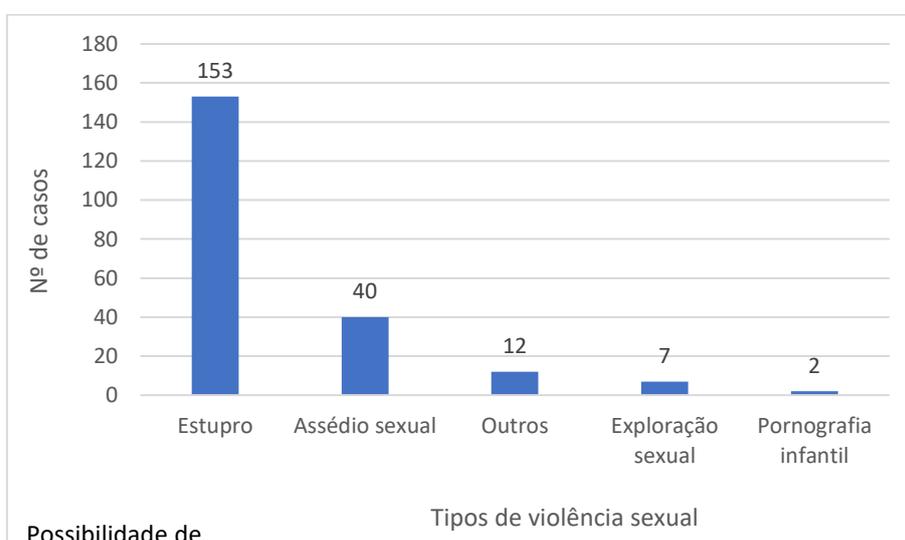


Gráfico 45 – Tipo de violência sexual - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

Número de Envolvidos na Violência

Ao analisarmos os números de pessoas envolvidas na violência, temos que a maioria das vítimas, sendo 76,6% delas passaram por violência através de uma pessoa e 23,4% das vítimas relataram terem sofrido a violência por duas ou mais pessoas.

Número de envolvidos	n	%	% válido	% acumulado
Um	594	69,7	76,6	76,6
Dois ou mais	181	21,2	23,4	100
Total	775	91	100	
Ignorado	76	8,9		
System	1	0,1		
Total	77	9		
Total	852	100		

Tabela 66 – Número de envolvidos na agressão às vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

Vínculo com o Autor da Violência

Ao analisarmos qual o vínculo a vítima possuía com seu agressor, temos que a 26,8% das mulheres atendidas no centro de saúde foram violadas pelos seus cônjuges. No entanto, e diferente dos dados da Segurança Pública, 32% dos autores eram desconhecidos ou tinham outro tipo de relacionamento com a vítima. Amigos e conhecidos somam 10,2% dos casos de violações. Ex-marido e ex-namorado somam 9,7% das ocorrências. Namorados correspondem a 5,7% das ocorrências. Parentes como pai, filho, padrasto somam 13,5% das ocorrências e demais relações como chefe, cuidador, policial, além das autoagressões somam 11,8%.

Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida	Respostas		% de casos
	n	%	
Cônjuge	224	26,80%	27,50%
Desconhecido(a)	142	17,00%	17,40%
Outros	126	15,10%	15,50%
Amigos/conhecidos	85	10,20%	10,40%
Ex-namorado	61	7,30%	7,50%
Namorado(a)	48	5,70%	5,90%
Irmão(ã)	31	3,70%	3,80%
Pai	30	3,60%	3,70%
Filho(a)	25	3,00%	3,10%
Padrasto	22	2,60%	2,70%
Ex-Marido	20	2,40%	2,50%
Própria pessoa	10	1,20%	1,20%
Mãe	5	0,60%	0,60%
Patrão/chefe	2	0,20%	0,20%
Pessoa com relação institucional	2	0,20%	0,20%
Cuidador(a)	1	0,10%	0,10%
Policial/agente da lei	1	0,10%	0,10%
Total de casos	815	-	102,50%
Total de respostas	835	100,00%	-

Questão de múltiplas respostas

Tabela 67 – Vínculo com o autor da violência das vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

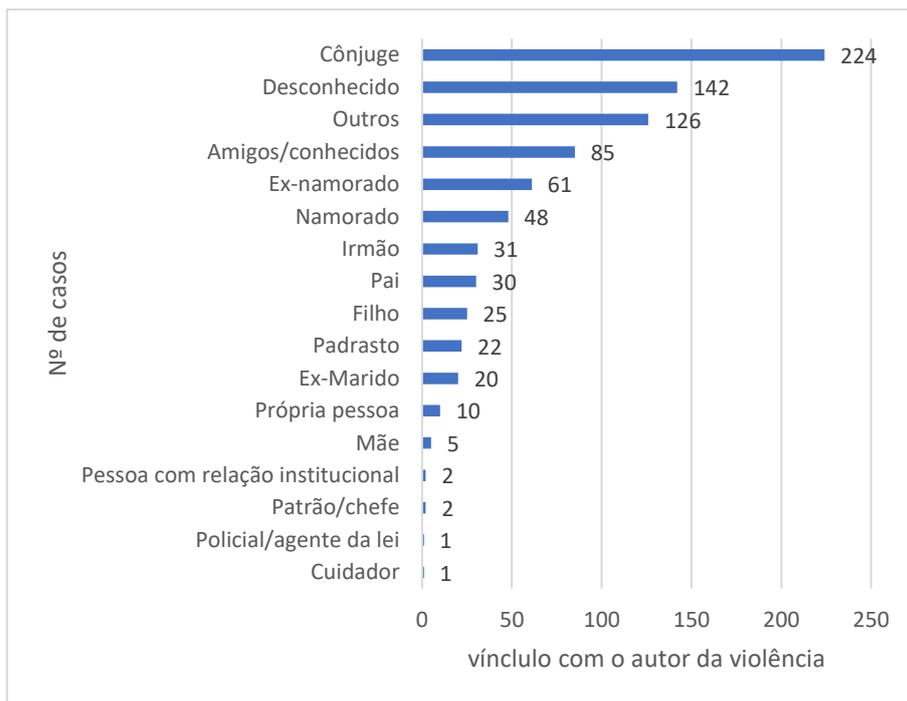


Gráfico 46 – Tipo de relacionamento com o agressor - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

SEXO DO AUTOR DA VIOLÊNCIA

Segundo a análise, temos que 87,7% das violações foram realizadas por pessoas do sexo masculino e 11,2% foram cometidas por pessoas do sexo feminino.

Sexo do provável autor da violência	n	%	% válido	% acumulado
Masculino	665	78,1	87,7	87,7
Feminino	85	10	11,2	98,9
Ambos os sexos	8	0,9	1,1	100
Total	758	89	100	
Ignorado	93	10,9		
System	1	0,1		
Total	94	11		
Total	852	100		

Tabela 68– Vínculo com o autor da violência das vítimas registradas pelo SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

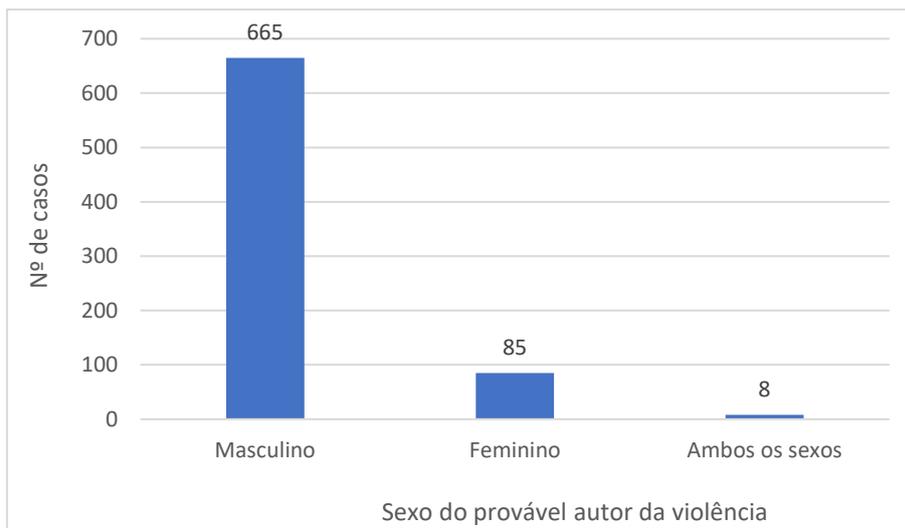


Gráfico 47 – Sexo do autor da violência - registros do SINAN no período de 2015 a 2019. Fonte DATASUS.

SUSPEITA DE USO DE ÁLCOOL E DROGAS

Uma das variáveis do SINAN, questiona junto a vítima se o autor da violência no momento da violência havia feito uso de alguma substância psicoativa, sendo elas álcool ou drogas ilícitas. Segundo pesquisa realizada por Rabello P.M. e Júnior A. F. C (2004), as chances de as mulheres serem expostas à violência doméstica é sete vezes maior quando há consumo de drogas por parte do autor. Das respostas proferidas pelas vítimas, 40,4% alegaram que os autores estavam sob uso de álcool ou drogas e 59,6% das vítimas alegaram que não. Levando em conta os dados totais temos que 53,5% das vítimas não responderam a essa pergunta.

Suspeita de uso de álcool	n	%	% válido	% acumulado
Sim	160	18,8	40,4	40,4
Não	236	27,7	59,6	100
Total	396	46,5	100	
Ignorado	455	53,4		
System	1	0,1		
Total	456	53,5		
Total	852	100		

Tabela 69 – Uso de álcool por parte do autor da violência. Fonte DATASUS.

ANÁLISE DE CLUSTER – TABELAS DE CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS – PLANILHA DA SAÚDE

Foram criados grupos (clusters) a partir dos dados das 852 observações analisadas, com a utilização da técnica chamada de “TwoStep Cluster”, disponível no programa IBM SPSS. Para criação dos grupos foram utilizadas as seguintes variáveis disponíveis na base de dados: região

de residência, idade, cor de pele, grau de instrução e tipos de crime (violência física, violência psicológica, tortura e violência sexual). Assim foram criados quatro grupos de casos com características semelhantes em relação às variáveis relacionadas acima.

A tabela abaixo apresenta a distribuição (n e %) de casos nos quatro grupos.

Cluster Number - Saúde - 4 grupos	n	%	% válido	% acumulado
Grupo 1	131	15,4	19,4	19,4
Grupo 2	277	32,5	41,0	60,4
Grupo 3	151	17,7	22,3	82,7
Grupo 4	117	13,7	17,3	100,0
Total válido	676	79,3	100,0	
Casos perdidos	176	20,7		
Total geral	852	100,0		

Tabela 70 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

As próximas tabelas procuram mostrar as características dos casos que compõem cada grupo. A tabela abaixo mostra a distribuição das regiões de residência em cada grupo. A Região Sul concentra 32% dos casos no geral e 42,7% dos casos do Grupo 4. 29,2% dos casos do Grupo 2 residiam na Região Oeste. A Região Leste possui maior percentual de casos no Grupo 3 (31,1%) do que nos demais grupos e no geral (14,3%). Dos casos do Grupo 3, nenhum era residente na Região Oeste.

Região de residência	Cluster Number - Saúde - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
SUL	43	32,8	77	27,8	46	30,5	50	42,7	216	32,0
NORTE	30	22,9	65	23,5	35	23,2	22	18,8	152	22,5
OESTE	29	22,1	81	29,2	0	,0	17	14,5	127	18,8
LESTE	14	10,7	22	7,9	47	31,1	14	12,0	97	14,3
CENTRO	14	10,7	24	8,7	19	12,6	14	12,0	71	10,5
ÁREA RURAL	1	,8	8	2,9	4	2,6	0	,0	13	1,9
Total	131	100,0	277	100,0	151	100,0	117	100,0	676	100,0

Tabela 71 – Distribuição regional das vítimas nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

A tabela seguinte mostra a distribuição das idades dos casos em cada grupo. Pode-se observar que o Grupo 1 possui as pessoas mais jovens (54,2% delas têm entre 0 e 20 anos). Já o Grupo 3 possui as pessoas mais velhas, em relação aos outros grupos (38,4% têm entre 41 e 81 anos).

Faixas de Idade	Cluster Number - Saúde - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
0 a 10 anos	15	11,5	1	,4	0	,0	3	2,6	19	2,8
11 a 20 anos	56	42,7	53	19,1	15	9,9	23	19,7	147	21,7
21 a 30 anos	28	21,4	91	32,9	38	25,2	43	36,8	200	29,6
31 a 40 anos	19	14,5	86	31,0	40	26,5	29	24,8	174	25,7
41 a 50 anos	9	6,9	28	10,1	26	17,2	10	8,5	73	10,8
51 a 60 anos	4	3,1	12	4,3	19	12,6	5	4,3	40	5,9
61 a 81 anos	0	,0	6	2,2	13	8,6	4	3,4	23	3,4
Total	131	100,0	277	100,0	151	100,0	117	100,0	676	100,0

Tabela 72 – Distribuição por faixa etária das vítimas nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

A tabela abaixo mostra a média, mediana e o desvio-padrão das idades dos casos em cada grupo, confirmando o que foi observado na tabela anterior, tendo as pessoas do Grupo 1 a idade média mais baixa (22,3 anos) e as do Grupo 3 a idade média mais alta (37,4 anos). A idade média geral é de 30,6 anos.

Cluster Number - Saúde - 4 grupos	Idade			
	n	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Grupo 1	131	22,3	19	12,095
Grupo 2	277	31,1	30	11,677
Grupo 3	151	37,4	36	14,857
Grupo 4	117	30,0	27	13,290
Total	676	30,6	29	13,682

Tabela 73 – Distribuição das vítimas por idade nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Em relação à cor de pele, destaca-se que o Grupo 3 é formado somente por pessoas brancas (100% das componentes deste grupo). As pardas ou pretas, somadas, formam 51,3% do Grupo 2 e 45,1% do Grupo 1.

Cor	Cluster Number - Saúde - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Branca	72	55,0	134	48,4	151	100,0	79	67,5	436	64,5
Parda	47	35,9	88	31,8	0	,0	26	22,2	161	23,8
Preta	12	9,2	54	19,5	0	,0	12	10,3	78	11,5
Amarela	0	,0	1	,4	0	,0	0	,0	1	,1
Total	131	100,0	277	100,0	151	100,0	117	100,0	676	100,0

Tabela 74 – Distribuição das vítimas por cor de pele nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Em relação ao grau de instrução (tabela abaixo), 50,5% dos casos do Grupo 1 possui até o Ensino Fundamental incompleto, sendo que no geral este percentual é de 31,8%. Já no Grupo 3, 88,7% dos casos possui do Ensino Fundamental Completo até o Médio Completo.

Escolaridade	Cluster Number - Saúde - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Analfabeto	3	2,3	7	2,5	0	,0	0	,0	10	1,5
1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau)	15	11,5	2	,7	4	2,6	7	6,0	28	4,1
4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau)	6	4,6	3	1,1	2	1,3	6	5,1	17	2,5
5ª à 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau)	42	32,1	94	33,9	3	2,0	21	17,9	160	23,7
Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau)	15	11,5	36	13,0	65	43,0	18	15,4	134	19,8
Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau)	11	8,4	69	24,9	0	,0	16	13,7	96	14,2
Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau)	24	18,3	43	15,5	69	45,7	42	35,9	178	26,3
Educação superior incompleta	5	3,8	6	2,2	6	4,0	4	3,4	21	3,1
Educação superior completa	10	7,6	17	6,1	2	1,3	3	2,6	32	4,7
Total	131	100,0	277	100,0	151	100,0	117	100,0	676	100,0

Tabela 75 – Distribuição das vítimas por escolaridade nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Em relação ao tipo de violência sofrida, o Grupo 1 é formado principalmente por pessoas que sofreram violência sexual (97,7%) e física (28,9%). 100% das pessoas dos Grupos 2 e 3 sofreram violência física. Já o Grupo 4 é formado principalmente por pessoas que sofreram violência física (99,1%) e psicológica/moral (100%).

Tipo de Violência	Cluster Number - Saúde - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Física	37	28,9	277	100,0	151	100,0	116	99,1	581	86,3
Psicológica/Moral	16	12,5	9	3,2	2	1,3	117	100,0	144	21,4
Sexual	125	97,7	0	,0	3	2,0	23	19,7	151	22,4
Tortura	2	1,6	0	,0	0	,0	20	17,1	22	3,3
Total	128	100,0	277	100,0	151	100,0	117	100,0	673	100,0

Tabela 76 – Distribuição das vítimas por tipo de violência nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Sexo do provável autor da violência	Cluster Number - Saúde - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	123	96,9	185	83,3	114	85,7	103	88,0	525	87,6
Feminino	4	3,1	36	16,2	17	12,8	11	9,4	68	11,4
Ambos os sexos	0	,0	1	,5	2	1,5	3	2,6	6	1,0
Total	127	100,0	222	100,0	133	100,0	117	100,0	599	100,0

Tabela 77 – Distribuição das vítimas e autores por sexo nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Vínculo/grau de parentesco	Cluster Number - Saúde - 4 grupos									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Amigos/conhecidos	33	29,7	17	7,8	14	11,4	7	6,5	71	12,7
Cônjuge	2	1,8	87	39,9	48	39,0	43	39,8	180	32,1
Cuidador(a)	0	,0	1	,5	0	,0	0	,0	1	,2
Desconhecido(a)	62	55,9	21	9,6	17	13,8	18	16,7	118	21,1
Ex-Cônjuge	0	,0	25	11,5	11	8,9	16	14,8	52	9,3
Ex-Namorado(a)	0	,0	10	4,6	6	4,9	2	1,9	18	3,2
Filho(a)	0	,0	6	2,8	10	8,1	3	2,8	19	3,4
Irmão(ã)	0	,0	15	6,9	7	5,7	3	2,8	25	4,5
Mãe	0	,0	2	,9	0	,0	2	1,9	4	,7
Namorado(a)	1	,9	21	9,6	5	4,1	11	10,2	38	6,8
Padrasto	7	6,3	1	,5	3	2,4	4	3,7	15	2,7
Pai	5	4,5	7	3,2	2	1,6	2	1,9	16	2,9
Patrão/chefe	0	,0	2	,9	0	,0	0	,0	2	,4
Policial/agente da lei	0	,0	1	,5	0	,0	0	,0	1	,2
Própria pessoa	2	1,8	6	2,8	2	1,6	0	,0	10	1,8
Total	111	100,0	218	100,0	123	100,0	108	100,0	560	100,0

Tabela 78 – Distribuição do relacionamento dos autores com as vítimas nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Principais características de cada grupo (que o difere dos demais):

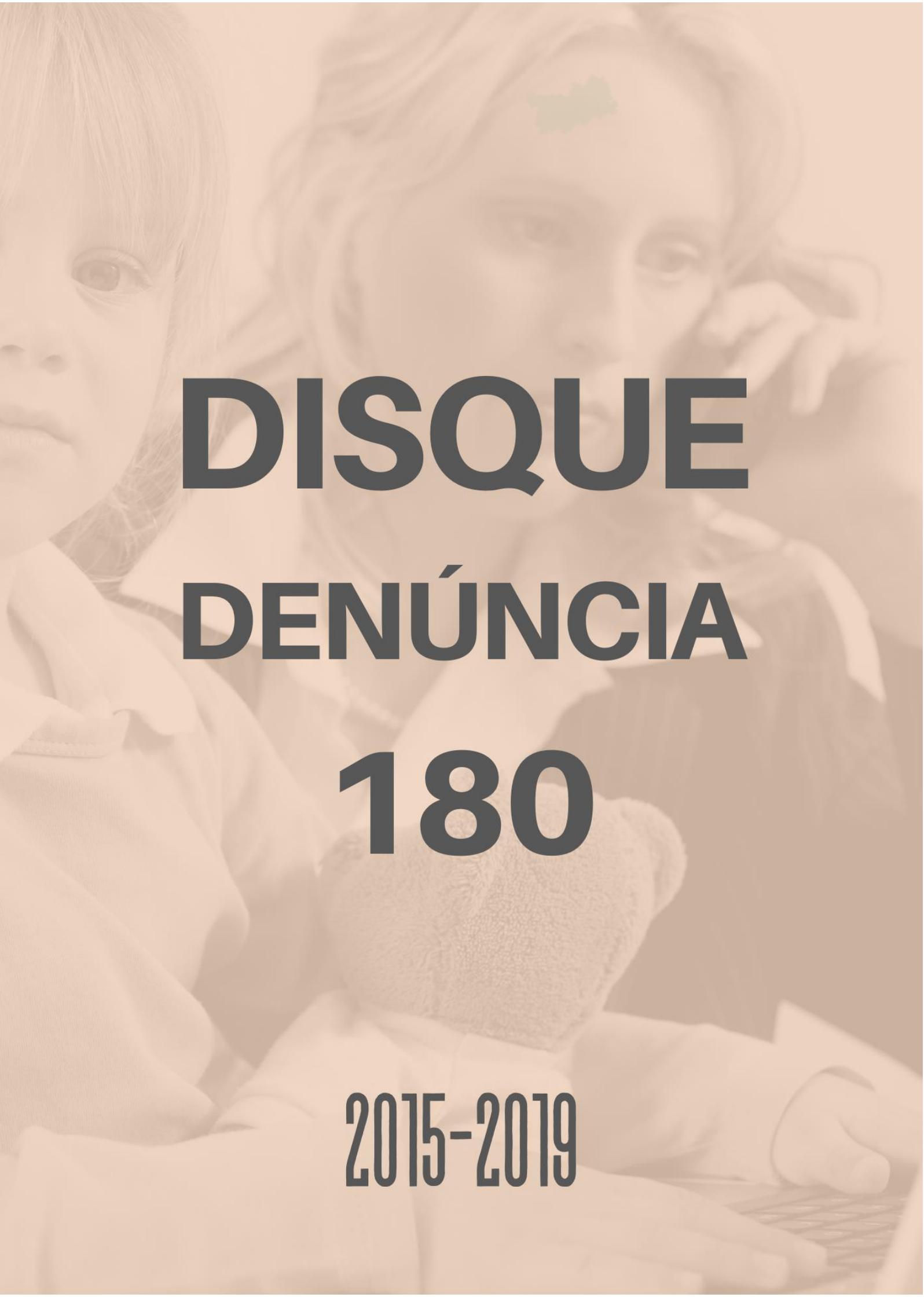
- **Grupo 1 (19,4% dos casos válidos):** 54,2% entre 0 e 20 anos; idade média de 22,3 anos; 45,1% pardas ou pretas; 50,5% com até o Fundamental incompleto; 97,7% sofreram violência sexual; 96,9% dos prováveis autores eram do sexo masculino.

- **Grupo 2 (41% dos casos válidos):** 29,2% residentes na Região Oeste; idade média de 31,1 anos; 51,3% pardas ou pretas; 91,6% com até o Ensino Médio completo; 100% sofreram violência física; 16,2% dos prováveis autores eram do sexo feminino.

- **Grupo 3 (22,3% dos casos válidos):** 31,1% residentes na Região Leste e nenhum (0%) residente na Região Oeste; 38,4% entre 41 e 81 anos; idade média de 37,4 anos; 100% pessoas de cor

branca; 88,7% dos casos com Ensino Fundamental Completo até o Médio Completo; 100% sofreram violência física; 85,7% dos prováveis autores eram do sexo masculino.

- **Grupo 4 (17,3% dos casos válidos):** 42,7% residentes na Região Sul e nenhum (0%) residente na Área Rural; 36,1% entre 21 e 30 anos de idade; idade média de 30 anos; 99,1% sofreram violência física e 100% sofreram violência psicológica/moral; 88% dos prováveis autores eram do sexo masculino.



**DISQUE
DENÚNCIA**

180

2015-2019

METODOLOGIA ESPECÍFICA DA TABULAÇÃO DE DADOS DO DISQUE DENÚNCIA 180 – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA A MULHER

- 1) Os dados referentes aos registros, no período de 01/01/2017 a 31/10/2018, foram extraídos do Sistema Integrado de Atendimento à Mulher (SIAM).
- 2) Os dados referentes aos registros, no período de 01/11/2018 a 30/11/2018, foram extraídos do Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (SONDHA).
- 3) Localidade: ocorrências no município de Piracicaba.
- 4) Período: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019.
- 5) Abrangência: a totalidade dos dados disponíveis pelo Disque Denúncia 180 no período foi tabulada e analisada na presente pesquisa.

Base	O responsável	Quantidade de inform.	Período
SIAM/ SONDHA	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	842	2015-2019

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, foi criada através da Lei 10.714, de 13 de agosto de 2003. Trata-se de um serviço que registra denúncias de violações dos direitos das mulheres, encaminhando-os aos órgãos competentes e monitorando o andamento dos processos. Possui a atribuição de orientar mulheres em situação de violência, direcionando-as para os serviços especializados da rede de atendimento, com o intuito de superar o ciclo de violência do qual padecem.

O Ligue 180 é um serviço de utilidade pública e abrangência nacional, que pode ser acessado pelo número “180”, gratuitamente, 24 horas por dia, todos os dias, por celular ou telefone fixo. Seu atendimento é confidencial e qualificado por uma equipe formada somente por mulheres. A Central pode ser acionada por qualquer mulher que esteja sofrendo violência ou por terceiro que tenha conhecimento.

Analisando a base de dados fornecida gentilmente pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, através do Departamento de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, cujo período de análise compreende os anos de 2015 a 2019, temos os seguintes resultados:

AS DENÚNCIAS

Foram registradas 842 ligações de denúncia no período de 2015 a 2019, decorrentes de violência contra a mulher no município de Piracicaba. No período pesquisado, observamos uma alta na demanda que compreendeu os anos de 2015 e 2017, seguindo por uma leve baixa na tendência de demandas em 2018, que posteriormente apresentou uma tendência de alta nos índices de 2019.

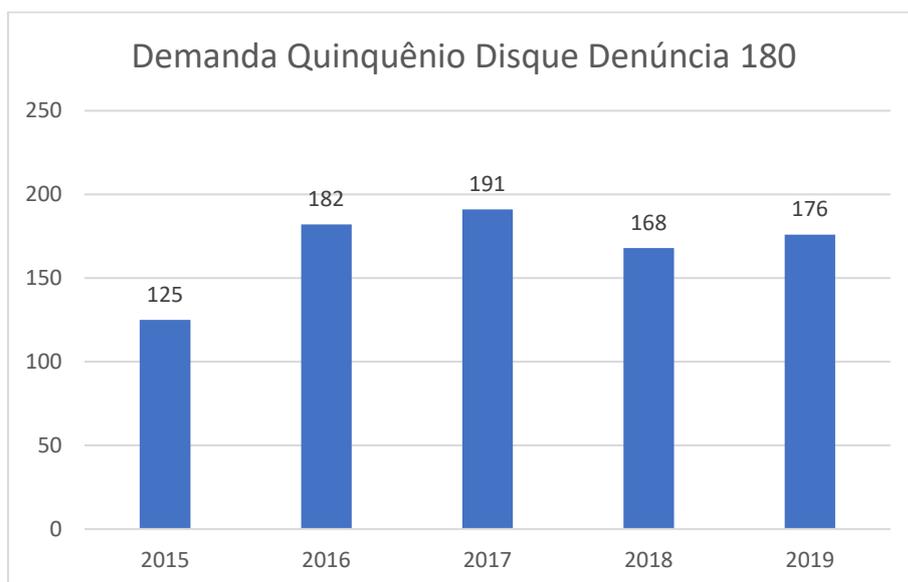


Gráfico 48 – Demanda de atendimentos Disque Denúncia 180 no período de 2015 a 2019. Fonte SIAM/ SONDDHA.

Ao analisar-se as tipificações mais reclamadas no Disque Denúncia 180 no período analisado, temos que as denúncias por crimes de Femicídio/ Homicídio, o crime de Descumprimento de Medidas Protetivas e o crime de Violência Policial somam 1,1% das denúncias. O crime de Violência Patrimonial somou 2,9% dos casos, o crime de Violência Sexual somou 3,1%, o crime de Tentativa de Femicídio/ Homicídio somou 4,4% de todas as denúncias. Já o crime de Cárcere Privado somou 5,3%, o crime de Ameaça somou 5,7%, o crime de Violência Moral somou 8,9%, o crime de Violência Psicológica somou 21,5% e o crime de Violência Física somou 47,1% de todas as denúncias realizadas.



Gráfico 49 – Ranking de denúncias no período de 2015 a 2019. Fonte SIAM/ SONDA.

Entre os crimes mais cometidos, verificamos no gráfico abaixo através da curva de tendência, que o crime de Violência Física, que atualmente lidera o ranking de crimes denunciados, apresentou proporcionalidade com o gráfico de demandas totais, sofrendo uma tendência de alta de demanda desde o ano de 2017.

Outro crime que vem sendo praticado com mais frequência, segundo os dados estatísticos, é o de violência moral, que apresentou uma alta entre os anos de 2018 e 2019. Já os crimes de Ameaça e de Violência Psicológica apresentaram uma queda nas denúncias entre os anos de 2018 e 2019.

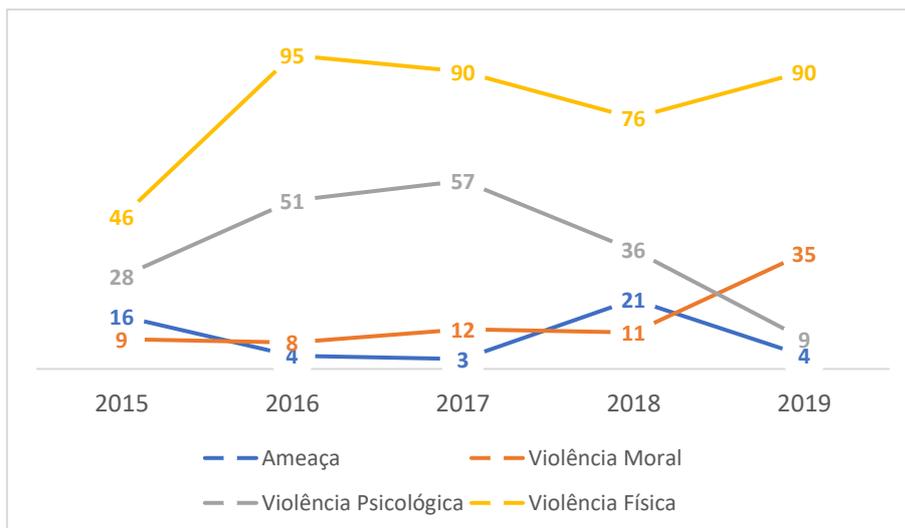


Gráfico 50 – Linha de tendência das maiores denúncias no período de 2015 a 2019. Fonte SIAM/ SONDHA.

Outra análise de tendência que chama atenção são as denúncias de tentativa de homicídio/ feminicídio, que apresentou 21 denúncias em 2019. No entanto não podemos afirmar que tais denúncias se tratam de casos que envolvam a mesma vítima, visto que a base de dados analisada não é nominal.



Gráfico 51 – Linha de tendência de denúncias de tentativa de feminicídio e homicídio no período de 2015 a 2019. Fonte SIAM/ SONDHA.

ANÁLISE DE DENÚNCIAS PROVENIENTES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os crimes específicos de violência contra a mulher somam 201 denúncias em todo o período estudado. Tais crimes não compreendem os cometidos em decorrência de violência doméstica e familiar. Nos casos avaliados, temos que os crimes cometidos por terceiros às

mulheres piracicabanas se definem prioritariamente por crimes de Ameaça em 24% dos casos, seguidos de Cárcere privado em 22% dos casos e o crime de Violência Psicológica em 13% dos casos.

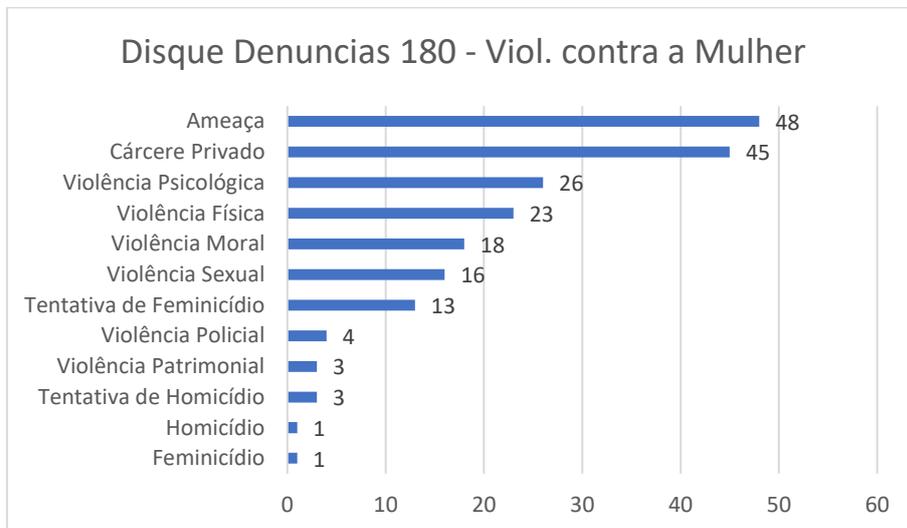


Gráfico 52 – Denúncias de violência contra a mulher por tipificação de crimes no período de 2015 a 2019. Fonte SIAM/ SONDA.

Análise de Denúncias Provenientes de Violência Doméstica – Lei Maria da Penha

Já os crimes tipificados pela Lei Maria da Penha, decorrentes de violência doméstica e familiar somam 641 denúncias no quinquênio, temos que o crime mais denunciado nesses casos são os de Violência Física, em 58% dos casos, seguido do crime de Violência Psicológica em 24% dos casos e o crime de Violência Moral, em 9% dos casos relatados.

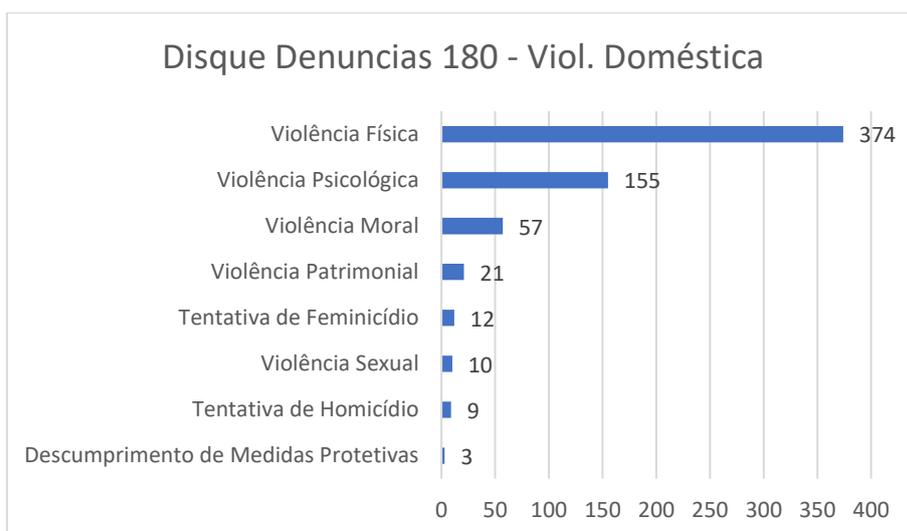


Gráfico 53 – Denúncias de violência doméstica por tipificação de crimes no período de 2015 a 2019. Fonte SIAM/ SONDA.

As denúncias apresentam ao longo do período proporcionalidade com a demanda total de denúncias, tendo no quinquênio sofrido uma baixa de ligações em 2018 e uma tendência a aumentar a demanda novamente em 2019.

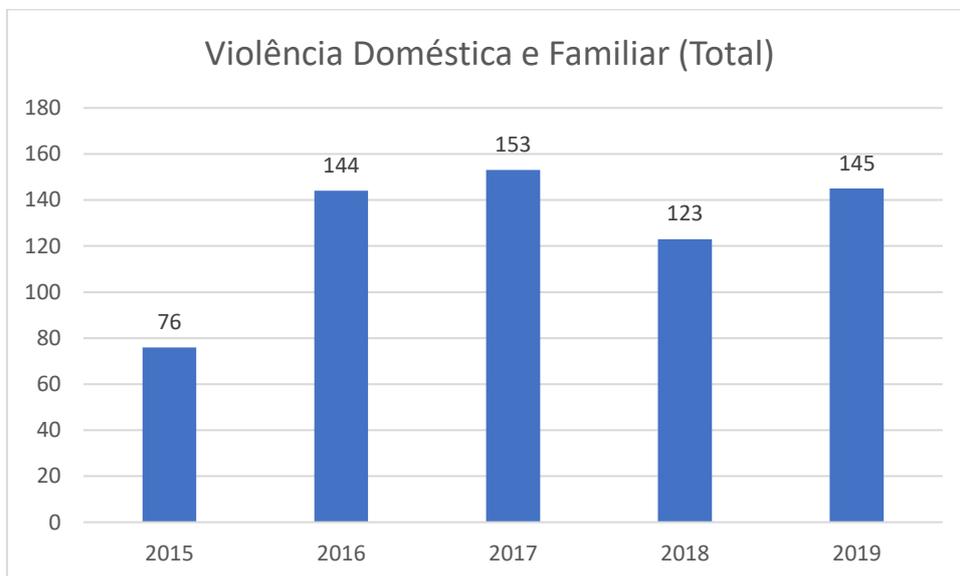
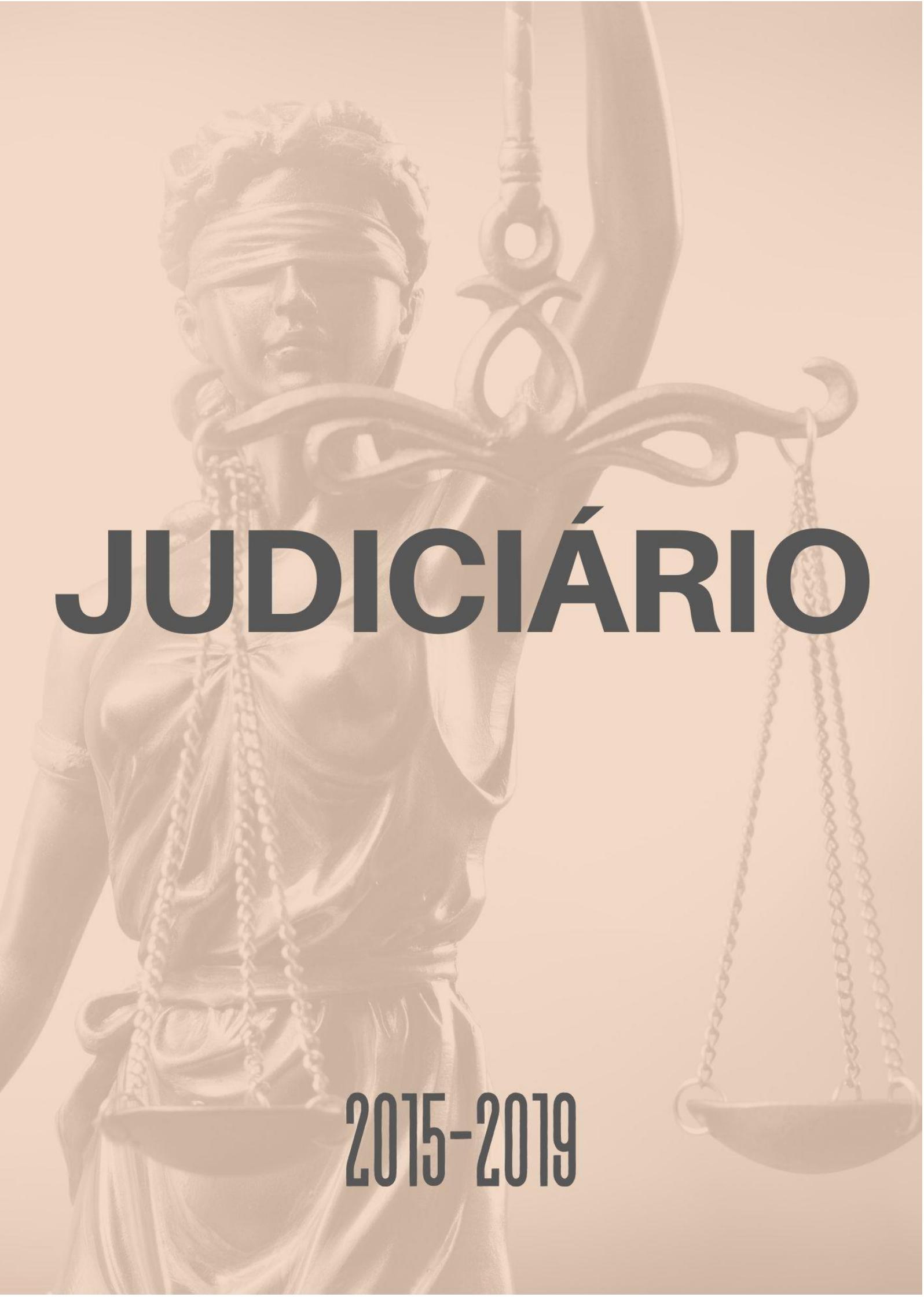


Gráfico 54 – Denúncias de violência doméstica no período de 2015 a 2019. Fonte SIAM/ SONDA.

Não foram computadas denúncias no período de 2015 a 2019 referente a tipificações de crimes como o de Trabalho Escravo, Tráfico de Mulheres, Violência no Esporte, Violência contra Diversidade Religiosa, Violência Virtual e Violência Obstétrica.



JUDICIÁRIO

2015-2019

PODER JUDICIÁRIO FORO DE PIRACICABA

METODOLOGIA ESPECÍFICA

1) Dados informados pelo Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2, indicando distribuição de feitos (classe, assunto e data), bem como bairro e idade da parte passiva (réu) e da vítima - município de Piracicaba.

2) Ocorrências no município de Piracicaba.

3) Dados anuais dos números de condenações proferidas.

4) Período: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019."

Base	O responsável	Quantidade de inform.	Período
SPI 2.2.2	Poder Judiciário	5066	2015-2019

PRINCIPAIS RESULTADOS

Foram analisados dados processuais de 5066 vítimas, todas do Foro de Piracicaba pelo período de 2015 a 2019. Através dos arquivos recebidos, foi possível realizar a análise quantitativa de dados das vítimas e dos réus, como a faixa etária, o bairro onde residem e a tipificação dos crimes cometidos.

GÊNERO DA VÍTIMA E DO RÉU

Os processos que envolvem a violência contra a mulher ocorreram com 91% das vítimas declaradas do sexo feminino e 9% das vítimas declaradas do sexo masculino, em conformidade com o assunto do Conselho Nacional de Justiça nº 12.195, que trata de Crime Penal de Lesão Corporal Decorrente de Violência Doméstica Contra Pessoas Não Identificadas Como Mulher. De acordo com a análise as vítimas possuem a idade média de 38 anos.

Os réus nos processos somam cerca de 97% do sexo masculino e 3% do sexo feminino e possuem a idade média de 39 anos.

Gênero da Vítima	n	%	% válido	% acumulado
Feminino	4615	91,1	91,1	91,1
Masculino	451	8,9	8,9	100,0
Total	5066	100,0	100,0	

Tabela 79 – Distribuição de vítimas por gênero. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

Gênero Parte Passiva	n	%	% válido	% acumulado
Masculino	4897	96,7	96,7	96,7
Feminino	169	3,3	3,3	100,0
Total	5066	100,0	100,0	

Tabela 80 – Distribuição de autores por gênero. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

IDADE MÉDIA DA VÍTIMA E DO RÉU

		Idade Parte Passiva	Idade da Vítima
N	Valid	4524	4947
	Missing	542	119
Mean		40,41	39,86
Median		39,00	38,00
Std. Deviation		10,928	13,712
Minimum		19	1
Maximum		96	96

Tabela 81 – Idade média do réu e da vítima. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA E DO RÉU

A faixa etária das vítimas e dos réus são de pessoas de 31 a 40 anos.

Faixa Etária da Vítima	n	%	% válido	% acumulado
1 a 10 anos	36	,7	,7	,7
11 a 20 anos	179	3,5	3,6	4,3
21 a 30 anos	1028	20,3	20,8	25,1
31 a 40 anos	1581	31,2	32,0	57,1
41 a 50 anos	1186	23,4	24,0	81,1
51 a 60 anos	532	10,5	10,8	91,8
61 a 96 anos	405	8,0	8,2	100,0
Total	4947	97,7	100,0	
Não cadastrado	119	2,3		
Total	5066	100,0		

Tabela 82– Faixa etária das vítimas. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

Faixa Etária Parte Passiva	n	%	% válido	% acumulado
19 a 30 anos	813	16,0	18,0	18,0
31 a 40 anos	1721	34,0	38,0	56,0
41 a 50 anos	1202	23,7	26,6	82,6
51 a 60 anos	578	11,4	12,8	95,4
Mais de 60 anos	210	4,1	4,6	100,0
Total	4524	89,3	100,0	
Não cadastrado	542	10,7		
Total	5066	100,0		

Tabela 83– Faixa etária dos autores. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

DEMANDA DE PROCESSOS

De acordo com o número de processos analisados no período, temos que de 2018 para 2019, a demanda por ações processuais em decorrência de violência contra a mulher aumentou em **47%** indo de 975 processos em 2018 para 1.434 processos em 2019.

Ano Distribuição	primeira n	%	% válido	% acumulado
2015	919	18,1	18,1	18,1
2016	794	15,7	15,7	33,8
2017	944	18,6	18,6	52,4
2018	975	19,2	19,2	71,7
2019	1434	28,3	28,3	100,0
Total	5066	100,0	100,0	

Tabela 84 – Número da entrada de processos por ano. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

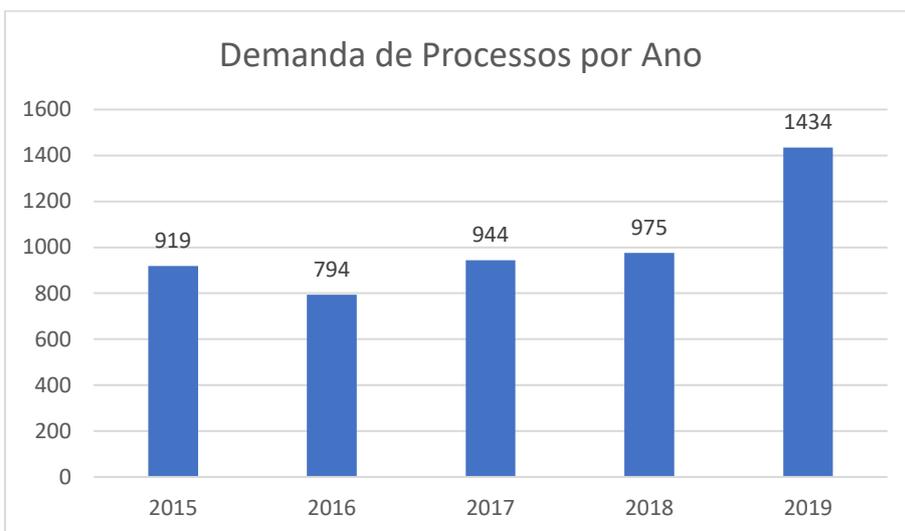


Gráfico 55 – Entrada de processos no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

Na análise comparativa entre os meses do ano, temos que a curva de tendência da demanda de processos referentes a violência contra a mulher, teve sua menor incidência em setembro de 2016 com a entrada de 18 processos e seu pico em setembro de 2019, com a entrada de 224 novos processos, apresentando uma alta na variação percentual no comparativo dessas datas em 1.144%.

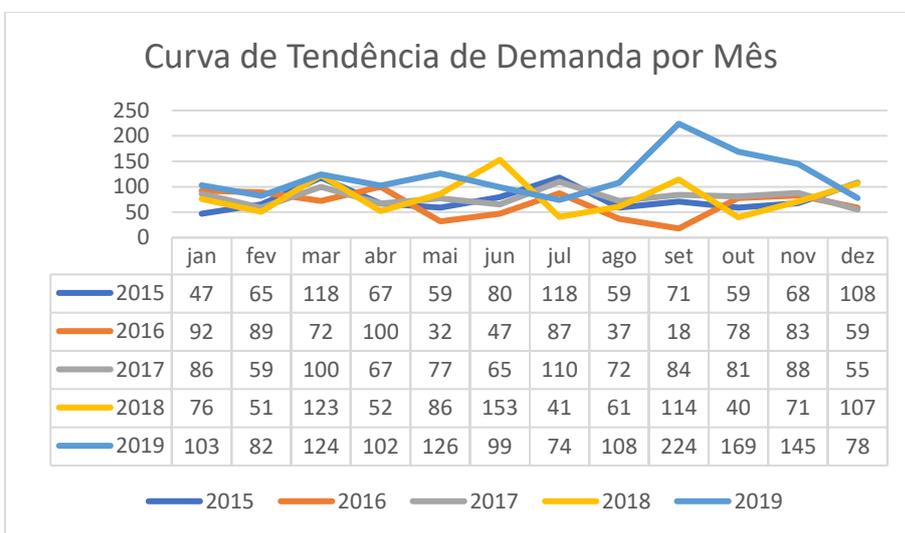


Gráfico 56 – Curva de tendência da demanda de processos no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

Referente a sazonalidade da entrada de processos de violência contra a mulher, levando-se em conta o período de 2015 a 2019, tem-se que os meses que apresentaram maior incidência de demanda foram os de março e setembro, e os que menos apresentaram a entrada de novos processos foram os meses de fevereiro e agosto.

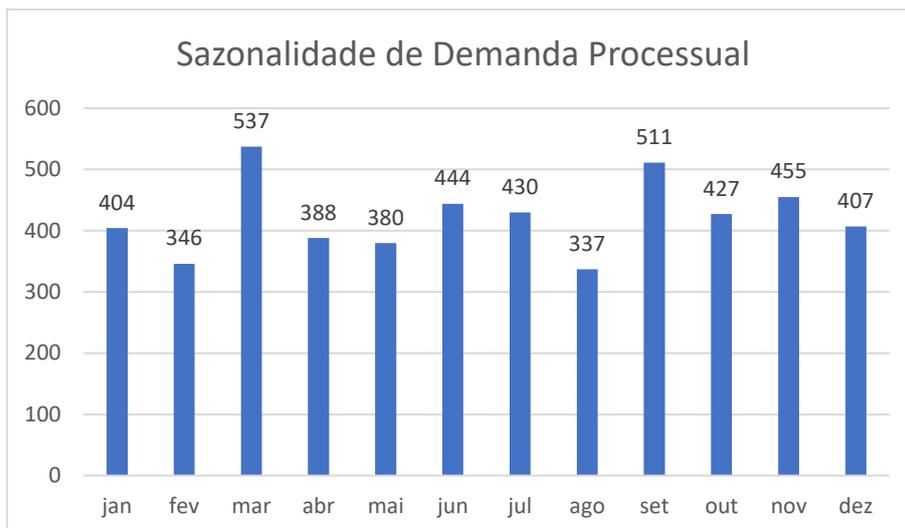


Gráfico 57 – Sazonalidade mensal de processos no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

DESCRIÇÃO DA CLASSE PROCESSUAL

Quanto a descrição da classe processual, temos que, do total dos processos recebidos no período analisado de 2015 a 2019, com menor incidência na descrição das classes estão a Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo; Boletim de Ocorrência Circunstanciada; Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular; Pedido de Prisão Temporária; Procedimento Especial da Lei Antitóxicos; Processo de Apuração de Ato Infracional; Ação Penal de Competência do Júri; Pedido de Prisão Preventiva; Termo Circunstanciado; Auto de Prisão em Flagrante; Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) somam 1,7% de todos os processos analisados no período analisado.

Já a Ação Penal de Procedimento Ordinário soma 7% dos casos; a Ação Penal de Procedimento Sumário soma 15,5% dos Processos; os Inquéritos Policiais somam 36,9% dos processos e as Medidas Protetivas de urgência da Lei Maria da Penha somam 38,9% de todos os processos analisados nos cinco anos.

Descrição da Classe	n	%	% válido	% acumulado
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) criminal	1970	38,9	38,9	38,9
Inquérito Policial	1868	36,9	36,9	75,8
Ação Penal - Procedimento Sumário	787	15,5	15,5	91,3
Ação Penal - Procedimento Ordinário	355	7,0	7,0	98,3
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	31	,6	,6	98,9
Auto de Prisão em Flagrante	25	,5	,5	99,4
Termo Circunstanciado	12	,2	,2	99,6
Ação Penal de Competência do Júri	4	,1	,1	99,7
Pedido de Prisão Preventiva	4	,1	,1	99,8
Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	3	,1	,1	99,9
Processo de Apuração de Ato Infracional	3	,1	,1	99,9
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	1	,0	,0	99,9
Boletim de Ocorrência Circunstanciada	1	,0	,0	100,0
Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	1	,0	,0	100,0
Pedido de Prisão Temporária	1	,0	,0	100,0
Total	5066	100,0	100,0	

Tabela 85 – Descrição da classe processual dos processos no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

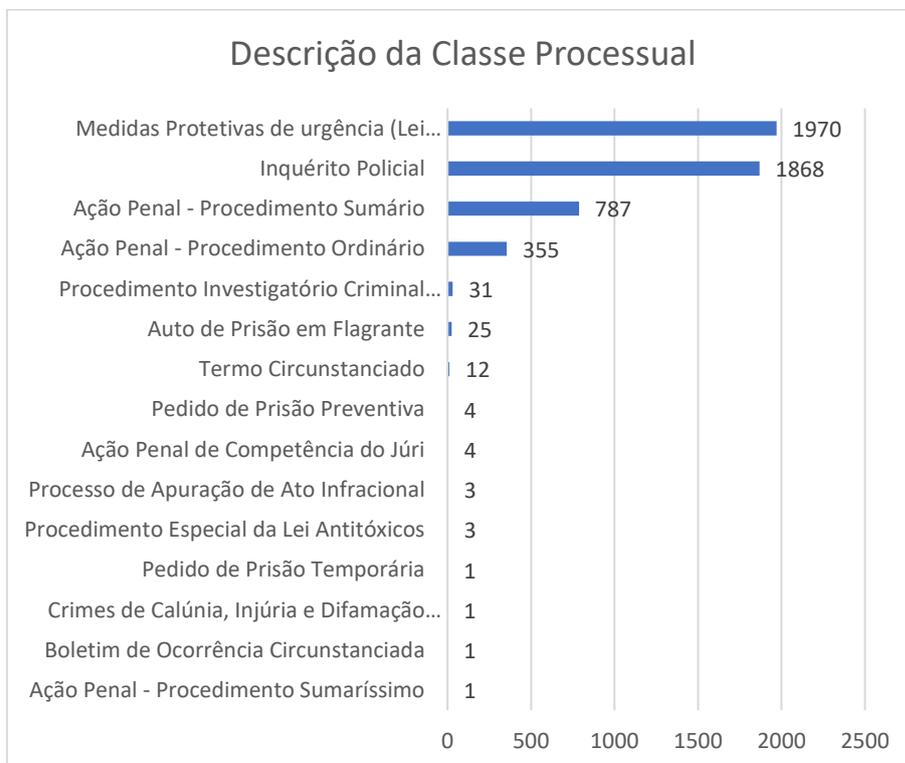


Gráfico 58 – Descrição de classe processual no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

SOLICITAÇÕES DE MEDIDAS PROTETIVAS

A solicitação de Medidas Protetivas baseada na Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, apresentaram entre os anos de 2015 a 2016 uma leve redução de 22% na entrada de processos, porém nos anos que se seguiram, apresentou uma alta de 135,1% na comparação entre os anos de 2016 e 2019, apresentando uma curva de tendência de crescimento de demanda, sendo este o assunto com maior fluxo de processos do Fórum de Piracicaba referente ao assunto de violência contra a mulher.



Gráfico 59 – Solicitações de Medidas Protetivas no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

INQUÉRITOS POLICIAIS

Os inquéritos policiais apresentaram uma oscilação de demandas entre os anos de 2015 e 2018, porém apresentou uma alta de 102,3% na comparação entre os anos de 2018 e 2019, apresentando uma curva de tendência de crescimento de demanda, sendo este o segundo assunto com maior fluxo de processos do Fórum de Piracicaba no que tange ao assunto de violência contra a mulher.

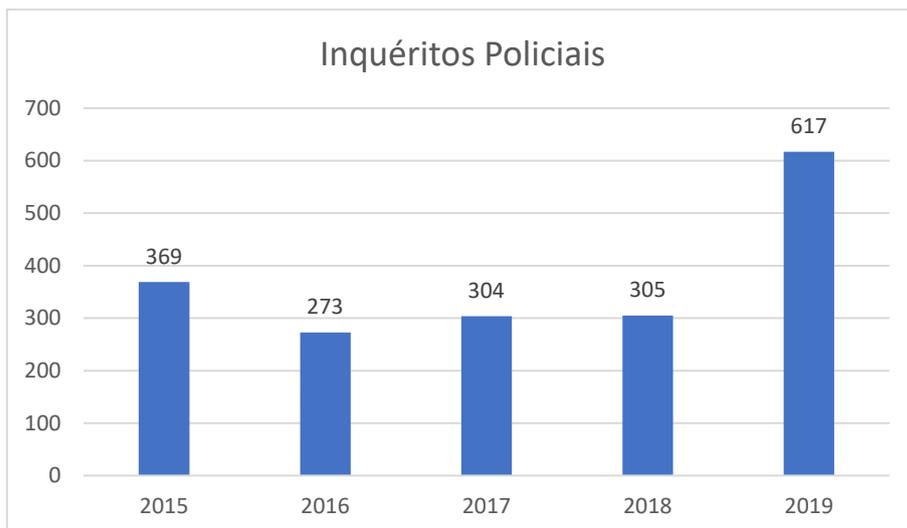


Gráfico 60 – Inquéritos policiais no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

TIPIFICAÇÕES DOS CRIMES PRATICADOS

Quanto a análise dos processos e suas tipificações, em virtude do grande volume de tipos de processos, representamos graficamente os processos criminais que somam 80% de toda a base e representam 20% dos tipos processuais. Desses começamos com os processos de maior incidência, as Medidas Protetivas de urgência decorrentes de Ameaça, que somam 17% dos processos; a seguir, os Inquéritos Policiais decorrentes de Ameaça somam 15% dos processos; as Medidas Protetivas de urgência Decorrentes de Violência Doméstica somam 14% dos processos; os Inquéritos Policiais Decorrentes de Violência Doméstica somam 12% dos processos; as Ações Penais de Procedimento Sumário Decorrente de Violência Doméstica somam 12% dos processos; e os Inquéritos Policiais Leves, as Medidas Protetivas de urgência decorrentes de Injúria, os Inquéritos Policiais de Lesão Corporal e as Ações Penais de Procedimento Ordinário Decorrentes de Violência Doméstica somam 11% dos casos.

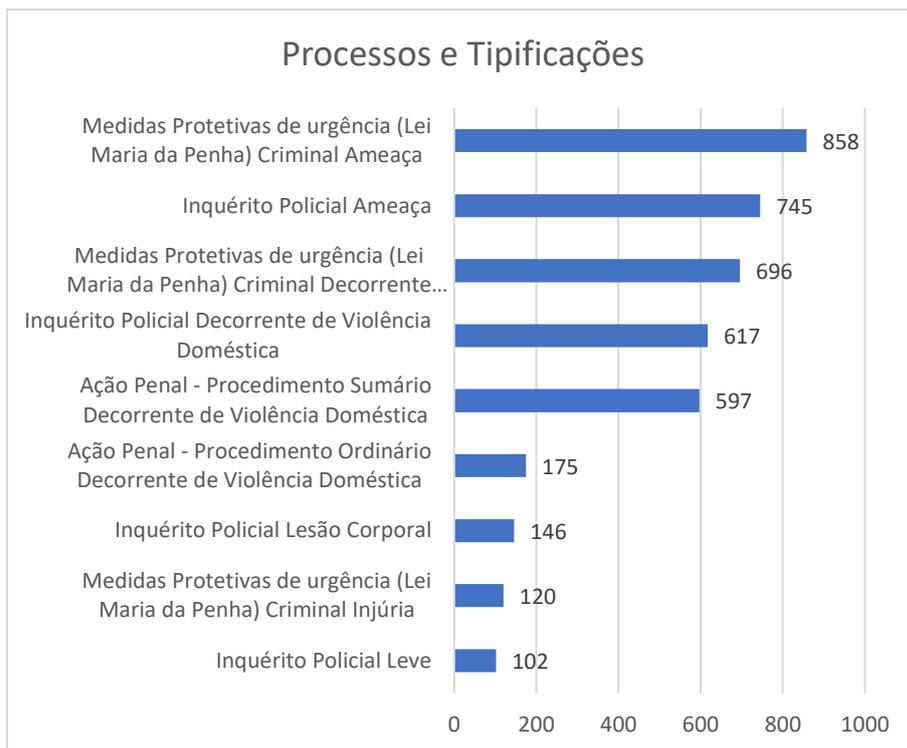


Gráfico 61 – Processos e tipificações dos crimes no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

Os assuntos processuais mais frequentes são os provenientes de violência doméstica, que somou 2.223 processos no período estudado, totalizando em cerca de 44% de todos os processos pesquisados.

O restante dos assuntos processuais, somam 21% e referem-se a Lesão Corporal, Leve, Injúria, Crimes Contra a Mulher, Contravenções Penais, Vias de fato, Estupro de vulnerável, Grave, Dano, Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, Estupro, Desobediência, Difamação, Maus Tratos, Perturbação da tranquilidade, Crimes do Sistema Nacional de Armas, Sequestro e cárcere privado, Abandono Material, Constrangimento ilegal, Crimes de Abuso de Autoridade, Furto, Homicídio Simples, Importunação Sexual, Subtração de Incapazes, Tráfico de Drogas e Condutas Afins, Violação de domicílio, Abandono de incapaz, Apropriação indébita, Calúnia, Divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia, Fato Atípico, Femicídio, Gravíssima, Homicídio Qualificado, Parto Suposto e Resistência.

Descrição do Assunto	n	%	% válido	% acumulado
Decorrente de Violência Doméstica	2223	43,9	43,9	43,9
Ameaça	1802	35,6	35,6	77,8
Lesão Corporal	259	5,1	5,1	82,9
Leve	223	4,4	4,4	87,3
Injúria	187	3,7	3,7	91,0
Contra a Mulher	106	2,1	2,1	93,1
Contravenções Penais	105	2,1	2,1	95,2
Vias de fato	26	,5	,5	97,3
Estupro de vulnerável	25	,5	,5	97,8
Grave	19	,4	,4	98,2
Dano	13	,3	,3	98,5
Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência - Art. 24-A, Lei 11.340/2006	10	,2	,2	98,7
Estupro	10	,2	,2	98,9
Desobediência	7	,1	,1	99,0
Difamação	6	,1	,1	99,1
Maus Tratos	6	,1	,1	99,2
Perturbação da tranquilidade	5	,1	,1	99,3
Crimes do Sistema Nacional de Armas	3	,1	,1	99,4
Seqüestro e cárcere privado	3	,1	,1	99,4
Abandono Material	2	,0	,0	99,5
Constrangimento ilegal	2	,0	,0	99,5
Crimes de Abuso de Autoridade	2	,0	,0	99,6
Furto	2	,0	,0	99,6
Homicídio Simples	2	,0	,0	99,6
Importunação Sexual	2	,0	,0	99,7
Subtração de Incapazes	2	,0	,0	99,7
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	2	,0	,0	99,8
Violação de domicílio	2	,0	,0	99,8
Abandono de incapaz	1	,0	,0	99,8
Apropriação indébita	1	,0	,0	99,8
Calúnia	1	,0	,0	99,9
Divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia	1	,0	,0	99,9
Fato Atípico	1	,0	,0	99,9
Feminicídio	1	,0	,0	99,9
Gravíssima	1	,0	,0	99,9
Homicídio Qualificado	1	,0	,0	100,0
Parto Suposto	1	,0	,0	100,0
Resistência	1	,0	,0	100,0
Total	5066	100,0	100,0	

Tabela 86 – Descrição do assunto de processos no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O gráfico das demandas de processos provenientes de violência doméstica sofreu uma queda de incidência entre os anos de 2017 a 2019 de cerca de 40% no volume de processos. Em 2017, dos 944 processos tramitados, 62,9% eram de violência doméstica. Já em 2018, este índice caiu para 53,9% dos processos. E em 2019, dos 1.434 processos tramitados, 24,7% deles eram de violência contra a mulher.

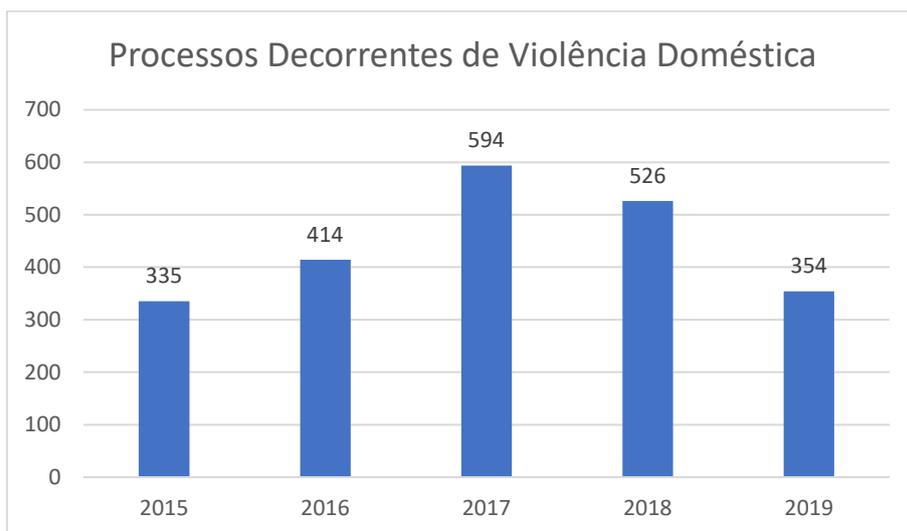


Gráfico 62 – Processos de violência doméstica no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

PROCESSOS DECORRENTES DO CRIME DE AMEAÇA

Já o assunto Ameaça, que se encontra em segundo lugar no ranking de volumes de processos com 36% de incidência, apresentou uma alta de 193,6% no período entre 2017 e 2019.

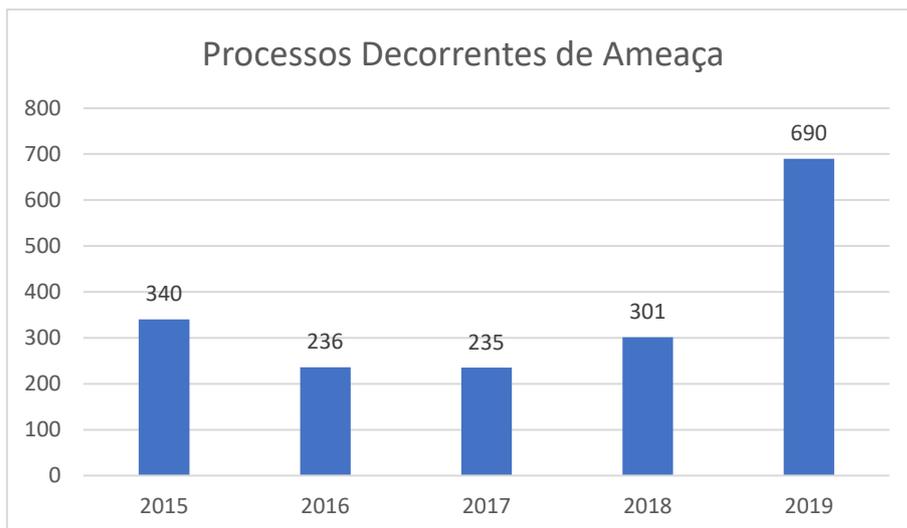


Gráfico 63 – Processos por crime de Ameaça no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

REGIÃO DE MORADIA DA VÍTIMA E DO RÉU

Das regiões onde residem as vítimas, a região Norte representa 23,8% do total, a região Leste 21,7%, a região sul possui 21,1%, a região oeste 16,5%, a região central 12,7% e a área rural 4 %.

Região da Vítima	n	%	% válido	% acumulado
NORTE	1206	23,8	23,8	23,8
LESTE	1101	21,7	21,7	45,5
SUL	1070	21,1	21,1	66,7
OESTE	837	16,5	16,5	83,2
CENTRO	645	12,7	12,7	95,9
RURAL	202	4,0	4,0	99,9
#N/D	5	,1	,1	100,0
Total	5066	100,0	100,0	

Tabela 87 – Distribuição da região de moradia das vítimas. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

Das regiões onde residem os réus, a região Leste representa 24,9% do total, a região norte 22,9%, a região sul possui 20%, a região oeste 15,2%, a região central 12,1% e a área rural 4,7%.

Região Parte Passiva	n	%	% válido	% acumulado
LESTE	1263	24,9	24,9	24,9
NORTE	1162	22,9	22,9	47,9
SUL	1013	20,0	20,0	67,9
OESTE	771	15,2	15,2	83,1
CENTRO	615	12,1	12,1	95,2
RURAL	238	4,7	4,7	99,9

#N/D	4	,1	,1	100,0
Total	5066	100,0	100,0	

Tabela 88 – Distribuição da região de moradia dos autores. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

CONDENAÇÕES

As sentenças proferidas nos processos somam no quinquênio pesquisado 535 condenações diferentes, ou seja, cerca de 10% dos processos resultaram em condenações para os réus. As condenações que resultaram em decretação de prisão do réu somaram 1,4% de todas as condenações, totalizando em 8 prisões no período estudado, sendo elas: a Condenação à Pena Privativa de Liberdade COM Decretação da Prisão que somou 0,7% dos casos, e a Condenação à Pena Privativa de Liberdade e Multa COM Decretação da Prisão que somou 0,7%.



Gráfico 64 – Número de condenações à prisão no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

A Condenação à Pena Restritiva de Direitos - Prestação de Serviços à Comunidade somou 0,7%; a Sentença Condenatória/Absolutória Proferida somou 2,2%; a Condenação à Pena Privativa de Liberdade Substituída por Restritiva de Direito somou 3,9%; a Condenação à Pena de Multa Isoladamente somou 4,1%; a Condenação à Pena Privativa de Liberdade e Multa SEM Decretação da Prisão somou 9,9%;

As condenações mais proferidas, que totalizaram cerca de 80% de todas as sentenças, são a Condenação à Pena Privativa de Liberdade SEM Decretação da prisão com a soma de 20% do total de condenações e a Condenação à Pena Privativa de Liberdade com Suspensão Condicional da Pena – SURSIS, que somou 57,4% de todos os casos no período de 2015 a 2019. Já a condenação de menor incidência foi a Condenação à Pena Restritiva de Direitos - Prestação Pecuniária somou 0,2%;

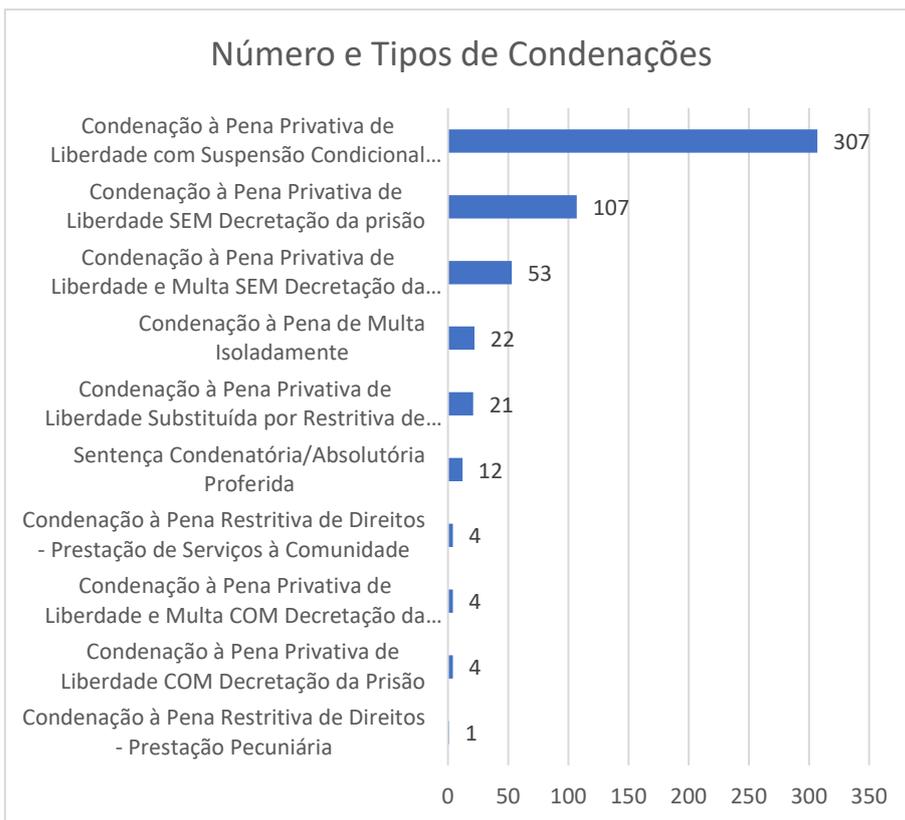


Gráfico 65 – Número e tipos de Condenações no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

Verificamos ao longo do período que há um aumento de 403% de tendência em se preferir condenações a réus em processos de violência contra a mulher.

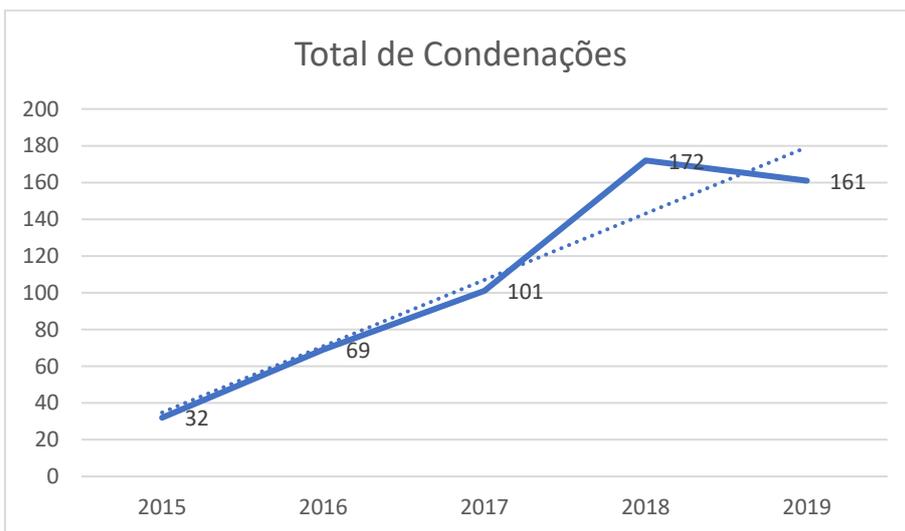


Gráfico 66 – Linha de tendência de condenações no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

O tipo de condenação mais aplicado foi a Pena Privativa de Liberdade com Suspensão Condicional da Pena – SURSIS, que se refere a suspensão condicional da pena, aplicada à

execução da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, podendo ser suspensa, por dois a quatro anos, desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso. Verificamos no gráfico abaixo a linha de tendência ascendente no proferimento da referida sentença condenatória.

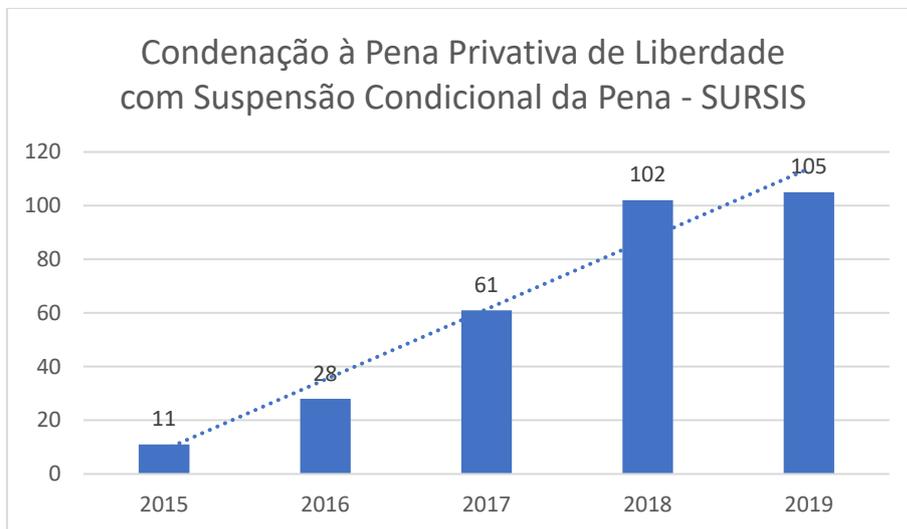


Gráfico 67 – Tipo de Condenação mais aplicada no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

A segunda sentença mais proferida é a Condenação à Pena Privativa de Liberdade Sem Decretação da Prisão. Vemos um movimento ascendente na linha de tendência ao longo do quinquênio.

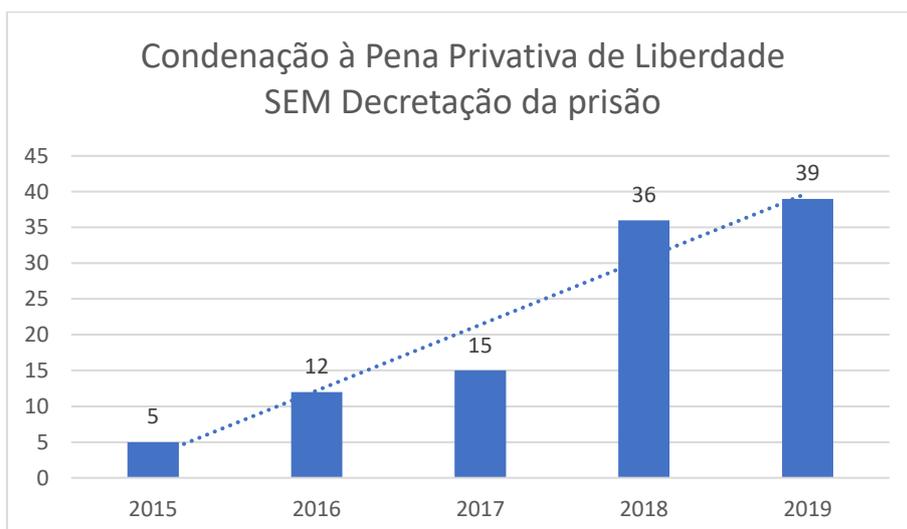


Gráfico 68 – Segundo tipo de Condenação mais aplicada no período de 2015 a 2019. Fonte Serviço de Indicadores da Primeira Instância - SPI 2.2.2

ANÁLISE DE CLUSTER – TABELAS DE CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS – PLANILHA JUDICIÁRIO

Foram criados grupos (clusters) a partir dos dados de 4.947 observações (119 casos não entraram na análise pois não apresentavam a informação da idade das vítimas), com a utilização da técnica chamada de “TwoStep Cluster”, disponível no programa IBM SPSS. Para criação dos grupos foram utilizadas as seguintes variáveis disponíveis na base de dados do judiciário: região de moradia da vítima, gênero da vítima, faixa de idade da vítima e descrição do assunto (agrupado). Assim foram criados quatro grupos de casos com características semelhantes em relação às variáveis relacionadas acima.

A tabela abaixo apresenta a distribuição (n e %) de casos nos quatro grupos.

TwoStep Cluster Number	n	%	% válido	% acumulado
Grupo 1	1612	31,8	32,6	32,6
Grupo 2	809	16,0	16,4	48,9
Grupo 3	901	17,8	18,2	67,2
Grupo 4	1625	32,1	32,8	100,0
Total	4947	97,7	100,0	
System	119	2,3		
Total	5066	100,0		

Tabela 89 – Distribuição das vítimas nos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

As próximas tabelas procuram mostrar as características dos casos que compõem cada grupo.

Descrição da Classe	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) criminal	676	42	321	40	335	37	610	38	1942	39
Inquérito Policial	553	34	290	36	405	45	559	34	1807	37
Ação Penal - Procedimento Sumário	256	16	132	16	77	8,5	315	19	780	16
Ação Penal - Procedimento Ordinário	109	6,8	53	6,6	71	7,9	116	7,1	349	7,1
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	7	0,4	2	0,2	1	0,1	9	0,6	19	0,4
Auto de Prisão em Flagrante	8	0,5	4	0,5	3	0,3	10	0,6	25	0,5
Termo Circunstanciado	1	0,1	4	0,5	2	0,2	2	0,1	9	0,2
Pedido de Prisão Preventiva	0	0	2	0,2	1	0,1	1	0,1	4	0,1
Ação Penal de Competência do Júri	0	0	1	0,1	3	0,3	0	0	4	0,1
Processo de Apuração de Ato Infracional	1	0,1	0	0	0	0	1	0,1	2	0
Procedimento Especial da Lei Antitóxicos	0	0	0	0	3	0,3	0	0	3	0,1
Pedido de Prisão Temporária	0	0	0	0	0	0	1	0,1	1	0
Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	1	0,1	0	0	0	0	0	0	1	0
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	0	0	0	0	0	0	1	0,1	1	0
Total	1612	100	809	100	901	100	1625	100	4947	100

Tabela 90 – Descrição da classe de processos dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Descrição do Assunto	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Decorrente de Violência Doméstica	768	47,6	378	46,7	0	,0	949	58,4	2095	42,3
Ameaça	784	48,6	305	37,7	0	,0	676	41,6	1765	35,7
Lesão Corporal	10	,6	43	5,3	194	21,5	0	,0	247	5,0
Leve	8	,5	15	1,9	200	22,2	0	,0	223	4,5
Injúria	20	1,2	20	2,5	146	16,2	0	,0	186	3,8
Contra a Mulher	7	,4	6	,7	92	10,2	0	,0	105	2,1
Contravenções Penais	7	,4	6	,7	87	9,7	0	,0	100	2,0
Violência Doméstica Contra a Mulher	2	,1	21	2,6	56	6,2	0	,0	79	1,6
Vias de fato	2	,1	1	,1	23	2,6	0	,0	26	,5
Estupro de vulnerável	0	,0	4	,5	15	1,7	0	,0	19	,4
Grave	0	,0	1	,1	18	2,0	0	,0	19	,4
Dano	1	,1	0	,0	9	1,0	0	,0	10	,2
Estupro	0	,0	0	,0	10	1,1	0	,0	10	,2
Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência - Art. 24-A, Lei 11.340/2006	0	,0	0	,0	10	1,1	0	,0	10	,2
Desobediência	0	,0	1	,1	6	,7	0	,0	7	,1
Maus Tratos	2	,1	0	,0	1	,1	0	,0	3	,1
Difamação	0	,0	1	,1	5	,6	0	,0	6	,1
Perturbação da tranquilidade	1	,1	0	,0	4	,4	0	,0	5	,1
Seqüestro e cárcere privado	0	,0	0	,0	3	,3	0	,0	3	,1
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	,0	1	,1	2	,2	0	,0	3	,1
Violação de domicílio	0	,0	0	,0	2	,2	0	,0	2	,0
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	0	,0	0	,0	2	,2	0	,0	2	,0
Subtração de Incapazes	0	,0	1	,1	1	,1	0	,0	2	,0
Importunação Sexual	0	,0	0	,0	2	,2	0	,0	2	,0
Homicídio Simples	0	,0	1	,1	1	,1	0	,0	2	,0
Furto	0	,0	0	,0	2	,2	0	,0	2	,0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	,0	1	,1	1	,1	0	,0	2	,0
Constrangimento ilegal	0	,0	1	,1	1	,1	0	,0	2	,0
Abandono Material	0	,0	1	,1	0	,0	0	,0	1	,0
Resistência	0	,0	0	,0	1	,1	0	,0	1	,0
Homicídio Qualificado	0	,0	0	,0	1	,1	0	,0	1	,0
Gravíssima	0	,0	0	,0	1	,1	0	,0	1	,0
Feminicídio	0	,0	0	,0	1	,1	0	,0	1	,0
Fato Atípico	0	,0	0	,0	1	,1	0	,0	1	,0
Divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia	0	,0	0	,0	1	,1	0	,0	1	,0
Calúnia	0	,0	0	,0	1	,1	0	,0	1	,0
Apropriação indébita	0	,0	0	,0	1	,1	0	,0	1	,0
Abandono de incapaz	0	,0	1	,1	0	,0	0	,0	1	,0
Total	1612	100,0	809	100,0	901	100,0	1625	100,0	4947	100,0

Tabela 91 – Descrição do assunto processual dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Descrição do Assunto	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Decorrente de Violência Doméstica	768	47,6	378	46,7	0	,0	949	58,4	2095	42,3
Ameaça	784	48,6	305	37,7	0	,0	676	41,6	1765	35,7
Outros	22	1,4	48	5,9	361	40,1	0	,0	431	8,7
Lesão Corporal	10	,6	43	5,3	194	21,5	0	,0	247	5,0
Leve	8	,5	15	1,9	200	22,2	0	,0	223	4,5
Injúria	20	1,2	20	2,5	146	16,2	0	,0	186	3,8
Total	1612	100,0	809	100,0	901	100,0	1625	100,0	4947	100,0

Tabela 92 – Descrição do assunto processual resumido dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Região da Vítima	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
NORTE	408	25,3	90	11,1	205	22,8	478	29,4	1181	23,9
LESTE	320	19,9	112	13,8	220	24,4	405	24,9	1057	21,4
SUL	362	22,5	87	10,8	184	20,4	423	26,0	1056	21,3
OESTE	273	16,9	72	8,9	155	17,2	318	19,6	818	16,5
CENTRO	248	15,4	277	34,2	108	12,0	0	,0	633	12,8
RURAL	0	,0	170	21,0	28	3,1	0	,0	198	4,0
#N/D	1	,1	1	,1	1	,1	1	,1	4	,1
Total	1612	100,0	809	100,0	901	100,0	1625	100,0	4947	100,0

Tabela 93 – Descrição da região de moradia das vítimas dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Idade da Vítima	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1 a 10 anos	0	,0	34	4,2	2	,2	0	,0	36	,7
11 a 20 anos	98	6,1	34	4,2	47	5,2	0	,0	179	3,6
21 a 30 anos	0	,0	164	20,3	212	23,5	652	40,1	1028	20,8
31 a 40 anos	0	,0	316	39,1	292	32,4	973	59,9	1581	32,0
41 a 50 anos	829	51,4	124	15,3	233	25,9	0	,0	1186	24,0
51 a 60 anos	350	21,7	69	8,5	113	12,5	0	,0	532	10,8
61 a 96 anos	335	20,8	68	8,4	2	,2	0	,0	405	8,2
Total	1612	100,0	809	100,0	901	100,0	1625	100,0	4947	100,0

Tabela 94 – Descrição da faixa etária das vítimas dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

TwoStep Cluster Number	Idade da Vítima			
	n	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Grupo 1	1612	50,55	48	13,459
Grupo 2	809	37,73	37	14,831
Grupo 3	901	37,23	37	10,970
Grupo 4	1625	31,77	33	5,647
Total	4947	39,86	38	13,712

Tabela 95 – Descrição da idade média das vítimas dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Gênero da Vítima	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Feminino	1612	100,0	391	48,3	901	100,0	1625	100,0	4529	91,6
Masculino	0	,0	418	51,7	0	,0	0	,0	418	8,4
Total	1612	100,0	809	100,0	901	100,0	1625	100,0	4947	100,0

Tabela 96 – Descrição do gênero das vítimas dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Região Parte Passiva	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
LESTE	399	24,8	198	24,5	227	25,2	400	24,6	1224	24,7
NORTE	386	23,9	156	19,3	193	21,4	404	24,9	1139	23,0
SUL	324	20,1	140	17,3	179	19,9	349	21,5	992	20,1
OESTE	230	14,3	86	10,6	153	17,0	285	17,5	754	15,2
CENTRO	216	13,4	145	17,9	110	12,2	133	8,2	604	12,2
RURAL	55	3,4	84	10,4	38	4,2	53	3,3	230	4,6
#N/D	2	,1	0	,0	1	,1	1	,1	4	,1
Total	1612	100,0	809	100,0	901	100,0	1625	100,0	4947	100,0

Tabela 97 – Descrição da região de moradia do réu dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Idade Parte Passiva	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
19 a 30 anos	153	10,6	117	16,1	161	20,3	366	24,5	797	17,9
31 a 40 anos	335	23,3	305	41,9	298	37,6	754	50,5	1692	38,0
41 a 50 anos	494	34,4	188	25,8	204	25,7	303	20,3	1189	26,7
51 a 60 anos	318	22,1	90	12,4	106	13,4	53	3,5	567	12,7
Mais de 60 anos	138	9,6	28	3,8	24	3,0	17	1,1	207	4,6
Total	1438	100,0	728	100,0	793	100,0	1493	100,0	4452	100,0

Tabela 98 – Descrição da faixa etária do réu dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

TwoStep Cluster Number	Idade Parte Passiva			
	n	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Grupo 1	1438	45,43	45	11,918
Grupo 2	728	40,15	39	10,343
Grupo 3	793	39,54	38	10,434
Grupo 4	1493	36,21	36	8,183
Total	4452	40,42	39	10,925

Tabela 99 – Descrição da idade média dos réus dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Gênero Parte Passiva	TwoStep Cluster Number									
	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Feminino	59	3,7	40	4,9	31	3,4	25	1,5	155	3,1
Masculino	1553	96,3	769	95,1	870	96,6	1600	98,5	4792	96,9
Total	1612	100,0	809	100,0	901	100,0	1625	100,0	4947	100,0

Tabela 100 – Descrição do gênero do réu dos quatro grupos da técnica TwoStep Cluster

Principais características de cada grupo (que o difere dos demais):

- **Grupo 1 (32,6% dos casos válidos):** 47,6% dos casos relacionados a crimes decorrentes de violência doméstica e 48,6% a crimes de ameaça; 34,4% dos casos parte passiva entre 41 e 50 anos; idade média parte passiva igual a 45,43 anos (maior média entre os 4 grupos). Vítimas residentes principalmente nas regiões Norte (25,3%), Sul (22,5%) e Leste (19,9%); 93,9% das vítimas com idade acima de 40 anos; idade média das vítimas igual a 50,55 anos (também a maior média entre os 4 grupos); 100% das vítimas do sexo feminino.

- **Grupo 2 (16,4% dos casos válidos):** 46,7% dos casos relacionados a crimes decorrentes de violência doméstica e 37,7% a crimes de ameaça; casos parte passiva residentes em todas as Regiões; 67,7% dos casos parte passiva entre 31 e 50 anos; idade média parte passiva igual a 40,15 anos; 4,9% dos casos parte passiva do sexo feminino. Vítimas residentes em todas as regiões, mas principalmente nas regiões Centro (34,2%) e Rural (21,0%); 74,7% das vítimas com idade entre 21 e 50 anos; idade média das vítimas igual a 37,73 anos; 51,7% das vítimas do sexo masculino (único grupo com vítimas do sexo masculino).

- **Grupo 3 (18,2% dos casos válidos):** 40,1% dos casos relacionados a “outros” crimes (excluídos os crimes de violência doméstica, ameaça, lesão corporal, leve e injúria), 21,5% dos casos relacionados a crimes de lesão corporal, 22,2% a crimes “Leve” e 16,2% a crimes de injúria. 83,6% dos casos parte passiva entre 19 e 50 anos; idade média parte passiva igual a 39,54 anos. Vítimas residentes em todas as regiões, mas principalmente na Leste (24,4%), Norte (22,8%) e Sul (20,4%); 81,8% das vítimas com idade entre 21 e 50 anos; idade média das vítimas igual a 37,23 anos; 100% das vítimas do sexo feminino.

- **Grupo 4 (32,8% dos casos válidos):** 58,4% dos casos relacionados a crimes decorrentes de violência doméstica e 41,6% a crimes de ameaça; 95,3% dos casos parte passiva entre 19 e 50 anos; idade média parte passiva igual a 36,21 anos (menor média entre os 4 grupos). Vítimas residentes nas regiões Norte (29,4%), Sul (26,0%), Leste (24,9%) e Oeste (19,6%); 100% das vítimas com idade entre 21 e 40 anos; idade média das vítimas igual a 31,77 anos (também a menor média entre os 4 grupos); 100% das vítimas do sexo feminino.



**GUARDA
MUNICIPAL**

2015-2019

GUARDA MUNICIPAL DE PIRACICABA

METODOLOGIA ESPECÍFICA

1) Pesquisa por data das ocorrências dos atendimentos pela Guarda Civil Municipal, com estatísticas das medidas protetivas recebidas por região, das estatísticas mensais da Patrulha Maria da Penha e as ocorrências de agressão e descumprimento da pena.

2) Ocorrências no município de Piracicaba.

3) Período: 01 de maio de 2017 a 31 de dezembro de 2019, período em que as ocorrências começaram a ser computadas. Exceto pelas ocorrências mensais de agressão que incluem os anos de 2015 a 2019.

Base	O responsável	Quantidade de inform.	Período
Controle Geral da Guarda Civil	Prefeitura Municipal de Piracicaba – Guarda Civil	2037	2015-2019

PRINCIPAIS RESULTADOS

A Patrulha Maria da Penha é um programa realizado pela Guarda Civil Municipal vigente desde maio de 2017, que tem por objetivo realizar visitas periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência expedidas pelo Fórum da Comarca de Piracicaba.

No período de maio de 2017 até dezembro de 2019, foram recebidas do Fórum 1.163 Medidas Protetivas, que resultaram em 78 conduções de autores de violência ao plantão policial, 46 flagrantes, 29.841 rondas em residências e locais de trabalho das vítimas, além de 46 prisões em flagrante. Somente no ano de 2019 foram registradas 91 ocorrências de descumprimento de medida protetiva e no total do período analisado foram excluídas 427 medidas protetivas. Nos gráficos o ano de 2017 não foi computado no comparativo por não apresentar dados anuais, sendo fornecido dados a partir do mês de maio de 2017, data inicial da Patrulha Maria da Penha no município.

DEMANDA DE ATENDIMENTOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA GUARDA MUNICIPAL DE PIRACICABA					
DEMANDAS	2015	2016	2017	2018	2019
Ocorrência de Atendimento pela GCMP	38	57	146	227	269
Ocorrência de Descumprimento de Medida Protetiva	0	0	0	0	91
Patrulha Maria da Penha - Flagrantes	0	0	3	13	30
Patrulha Maria da Penha - Medidas Recebidas	0	0	275	361	527
TOTAL	38	57	424	601	917

As rondas da Patrulha Maria da Penha apresentaram um aumento de 148,85% entre os anos de 2017 e 2019

Tabela 101 – Demanda de atendimentos da Guarda Municipal no período de 2015 a 2019. Fonte Controle Geral da Guarda Civil.

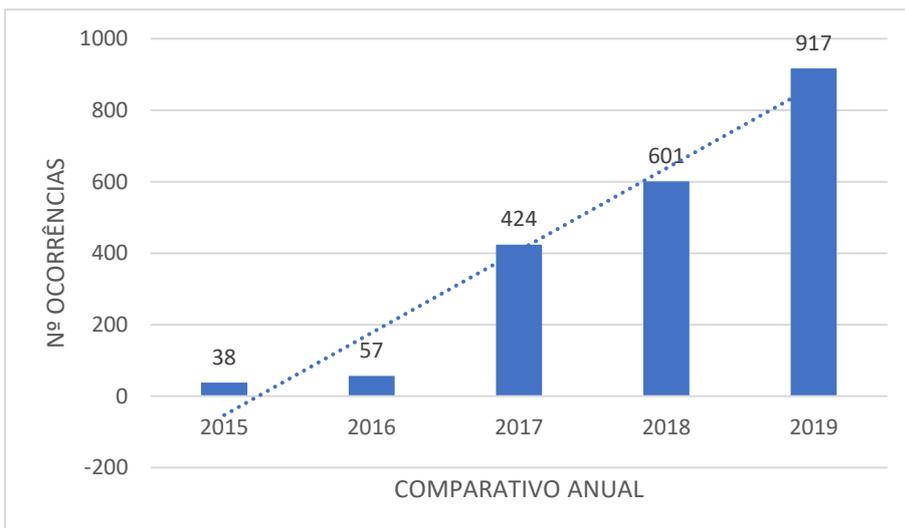


Gráfico 69 – Demanda de atendimentos da GCM no período de 2015 a 2019. Fonte Controle Geral da Guarda Civil.

O recebimento de medidas protetivas teve um aumento de 46% entre o período de 2018 e 2019.

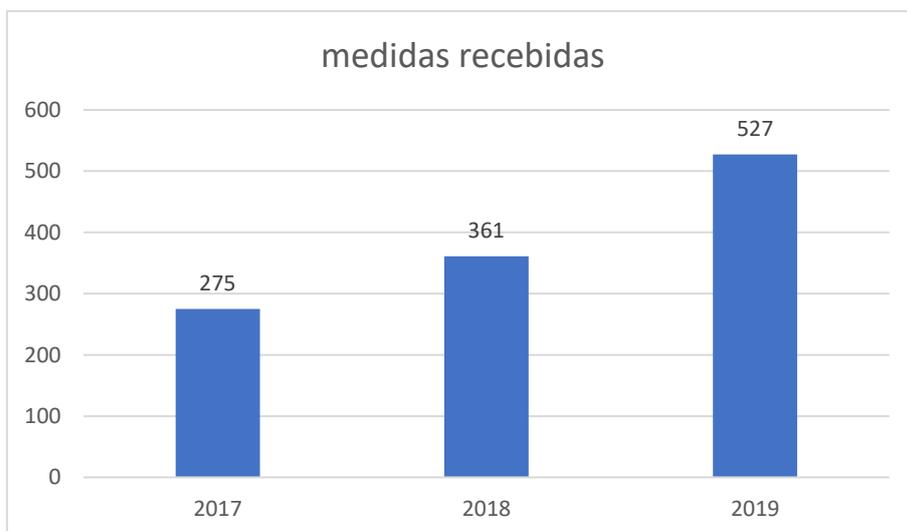


Gráfico 70 - Número de Medidas Protetivas recebidas, período de 2017 a 2019. Fonte Guarda Civil Municipal.

O número de flagrantes apresentou um aumento de 130% entre os anos de 2018 e 2019.

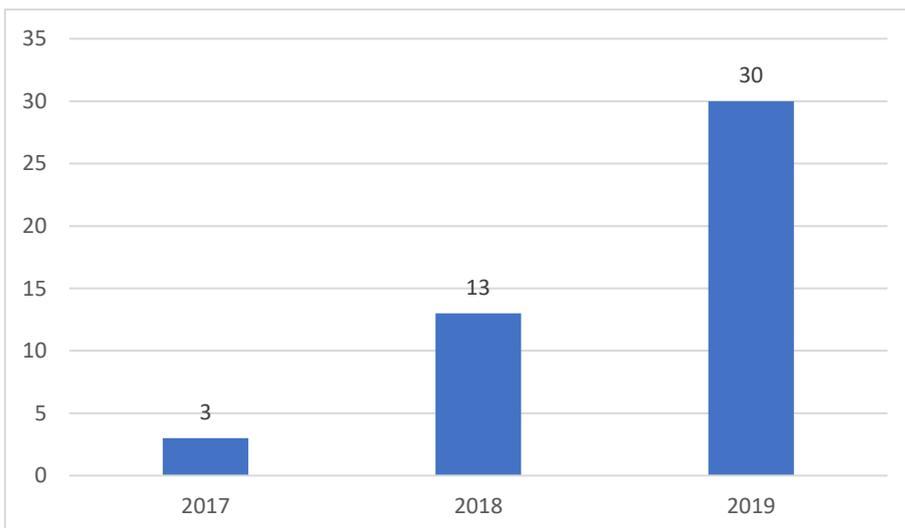


Gráfico 71 - Número de Flagrantes no período de 2017 a 2019. Fonte Guarda Civil Municipal.

As conduções ao plantão policial apresentaram um aumento de 58,6% entre os anos de 2018 e 2019.

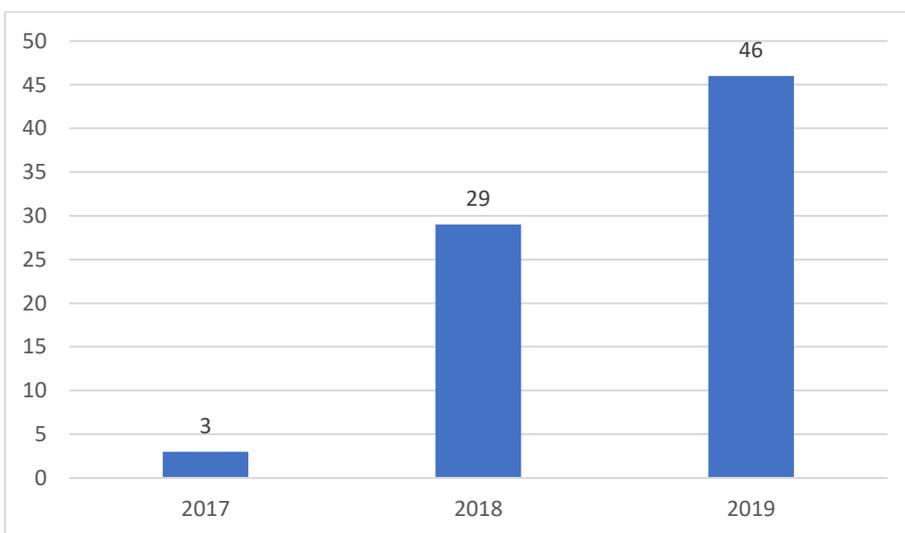


Gráfico 72 - Conduções ao Plantão no período de 2017 a 2019. Fonte Guarda Civil Municipal.

O número de rondas realizadas pela Patrulha Maria da Penha teve um aumento de 148,85% de demanda entre os anos de 2017 e 2019.

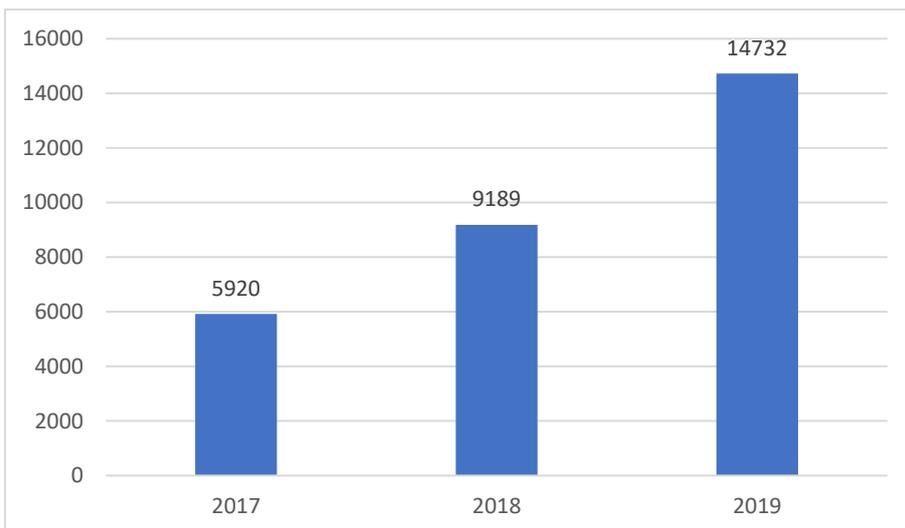


Gráfico 73 - Número de rondas realizadas no período 2017 a 2019. Fonte Guarda Civil Municipal.

As exclusões das medidas protetivas tiveram uma baixa de 62,7% entre os anos de 2018 e 2019. Assim, podemos supor que há uma tendência das vítimas e do Fórum em manter-se a Medida Protetiva por um prazo maior.

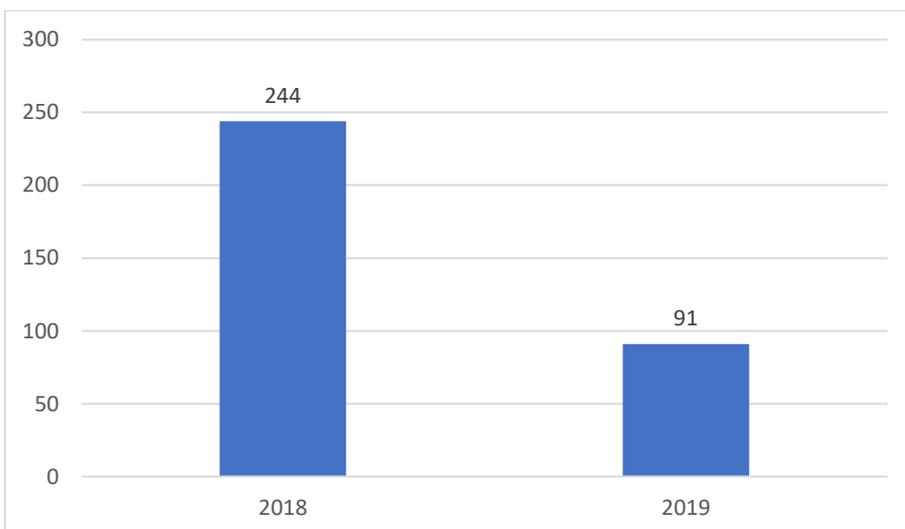


Gráfico 74 - Número de exclusões da Medida Protetiva no período 2018 a 2019. Fonte Guarda Civil Municipal.

A ocorrência de agressões atendidas pela Guarda Civil Municipal computadas pelo quinquênio de 2015 a 2019, apresentam um fluxo de sazonalidade em que os meses de dezembro, seguido de fevereiro, março e agosto, apresentaram uma maior incidência de atendimentos.

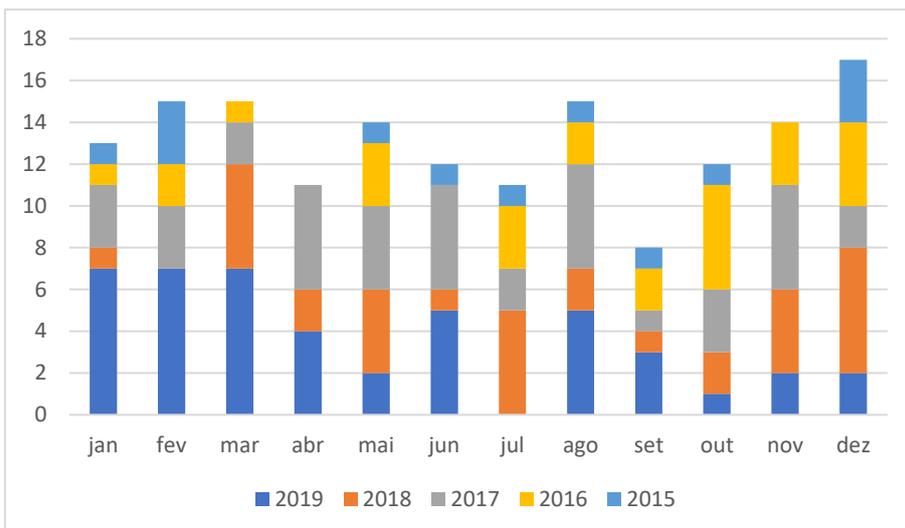


Gráfico 75 - Número de ocorrências de agressão atendidas pela GCM no período 2015 a 2019. Fonte Guarda Civil Municipal.

As demandas por Rondas baseadas em regiões, demonstram uma tendência de aumento em todas as regiões do município, sendo Zona Oeste com um aumento de 57%, a Zona Sul com um aumento de 38%, Zona Leste com um aumento de 36%, Centro com um aumento de 75% na demanda das rondas, e com menos demandas mas também apresentando um aumento na variação percentual de rondas, a Zona Norte com 37% e Zona Rural 50%.

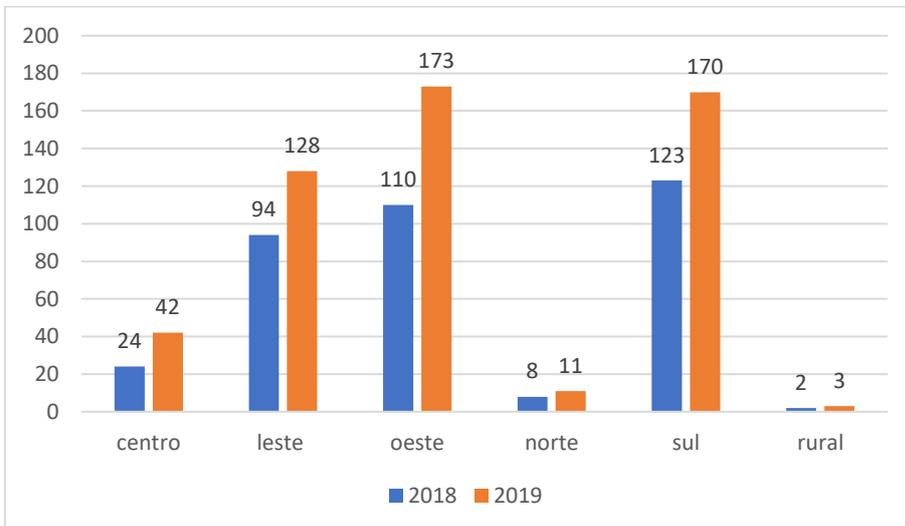


Gráfico 76 - Demandas por região no período 2018 a 2019. Fonte Guarda Civil Municipal.

Conforme a análise realizada, temos por conclusão que as demandas por serviços da Patrulha Maria da Penha apresentam tendência de aumento da demanda, ou seja, um número maior de Medidas Protetivas está sendo expedida pelo Poder Judiciário. Quando comparamos os dados com a demanda de atendimentos de outros órgãos pesquisados ao longo dos cinco anos de análise, verificamos que esta alta no índice acompanha a alta de atendimentos.

A pair of hands is shown from the bottom, holding a light pink, heart-shaped box. The box is the central focus, and the hands are positioned as if presenting it. The background is a soft, out-of-focus light beige color.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

2015-2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

METODOLOGIA ESPECÍFICA

- 1) Dados informados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social das demandas de atendimentos do CREAS e CRAM, cuja descrição dos setores segue abaixo, a saber:

CREAS: Unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). É um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

CRAM: Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM atende mulheres (toda aquela que se identificar com o gênero feminino) em situação de violência doméstica pautada nas relações de gênero. O objetivo do serviço é promover um espaço de reflexão sobre o ciclo da violência, permitindo à mulher entender a dificuldade em romper o silenciamento da violência e os riscos iminentes, respeitando a sua autodeterminação, ou seja, permitir que a mesma seja protagonista de suas decisões, fortalecendo sua autoestima e autonomia. Construindo em conjunto planos: individual de acompanhamento, segurança e avaliação de risco.

- 2) Ocorrências no município de Piracicaba.
- 3) Dados anuais dos números de atendimentos.
- 4) Período: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019."

Base	O responsável	Quantidade de inform.	Período
Controle de Dados da Política de Assistência Social	Ministério da Cidadania	969	2015-2019

RESULTADOS

A Secretaria Municipal de Assistência Social realizou 969 atendimentos específicos a mulheres em situação de violência, no período de 2015 a 2019. Destes, 77,7% dos atendimentos foram realizados pelo CRAM, 21,4% dos atendimentos foram realizados pelo CREAS e cerca de 1% foi proveniente de Abrigamento de Mulheres e seus Filhos.

DEMANDA DE ATENDIMENTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
CRAM	3	120	128	231	271	753
CREAS	28	31	44	40	65	208
ABRIGAMENTO MULHER	0	0	0	3	5	8
TOTAL	31	151	172	274	341	969

Gráfico 77 – Demanda de atendimentos no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

ATENDIMENTOS PELO CRAM

Das 753 mulheres atendidas pelo CRAM, 10% delas possuíam algum tipo de deficiência. Dentre elas podemos citar mulheres com câncer, com deficiência física, deficiência física e deficiência mental, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência múltipla, transtorno mental, síndrome de down, deficiência visual, epilepsia, depressão e deficiência imunológica.

Quanto ao estado civil das mulheres atendidas, podemos afirmar que 45% das mulheres atendidas eram casadas, amasiadas ou viviam em união estável; 38% delas eram solteiras; 17% delas eram separadas ou divorciadas; e 1% delas era viúva.

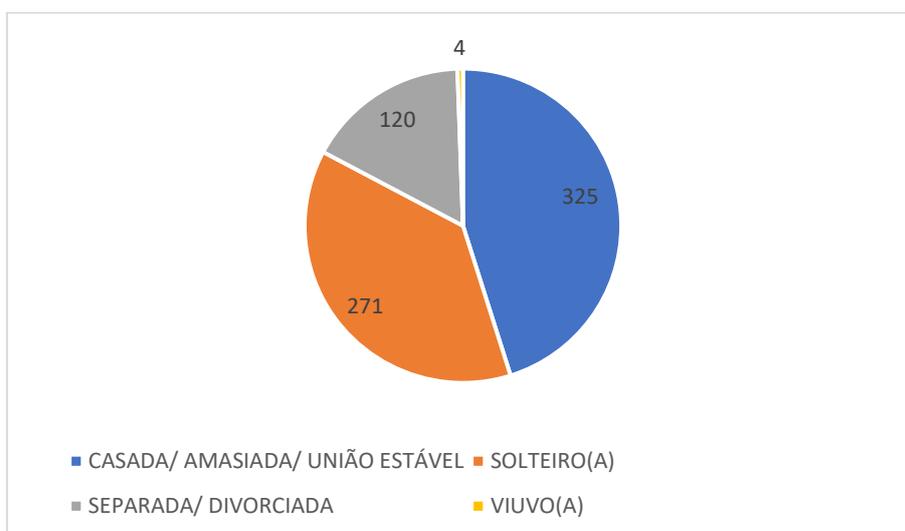


Gráfico 78 – Estado civil das mulheres atendidas no CRAM no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Ao compararmos os atendimentos anuais através do gráfico de linha, ressalta-se que, os atendimentos a mulheres solteiras, sofreu uma alta na variação de mais de 800% no último biênio, indo de 14 atendimentos em 2017 para 129 atendimentos em 2019.

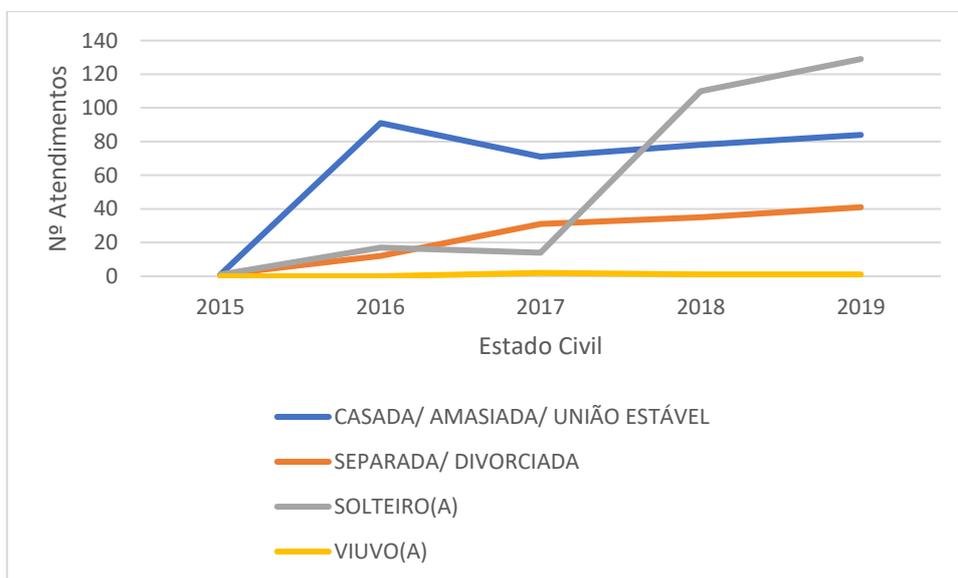


Gráfico 79 – Comparativo em linha do estado civil das mulheres atendidas no CRAM no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

No que se refere a cor de pele das mulheres atendidas, temos que 61,2% das mulheres atendidas eram brancas, 28,2% eram pardas, 9,5% eram pretas e 1,1% amarelas.

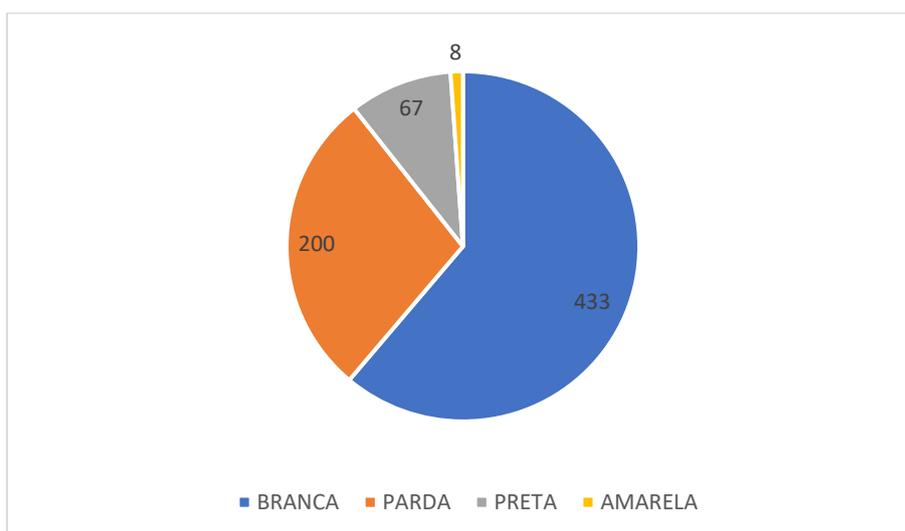


Gráfico 80 – Cor de pele das mulheres atendidas no CRAM no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Verifica-se através do gráfico de linha a comparação dos atendimentos no quinquênio, em que a partir de 2017 a demanda de atendimentos aumentou para as mulheres de cor branca.

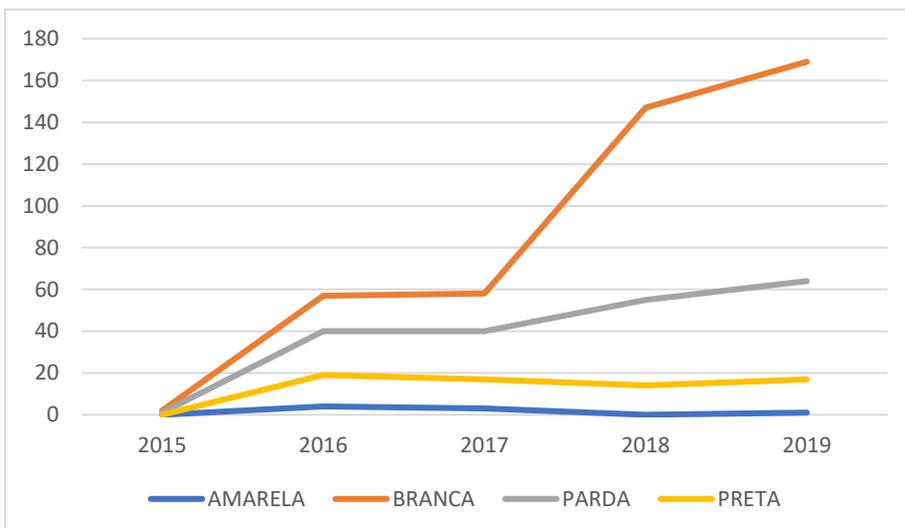


Gráfico 81 – Comparativo em linha da cor de pele das mulheres atendidas no CRAM no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Verifica-se que a escolaridade das mulheres atendidas pelo CRAM possui 49% dos casos, o ensino fundamental. A seguir, com 47%, as mulheres com o ensino médio; as mulheres com formação superior correspondem a 4% dos atendimentos e as que estudam pela Educação de Jovens e Adultos – EJA, corresponde a 1% dos atendimentos.

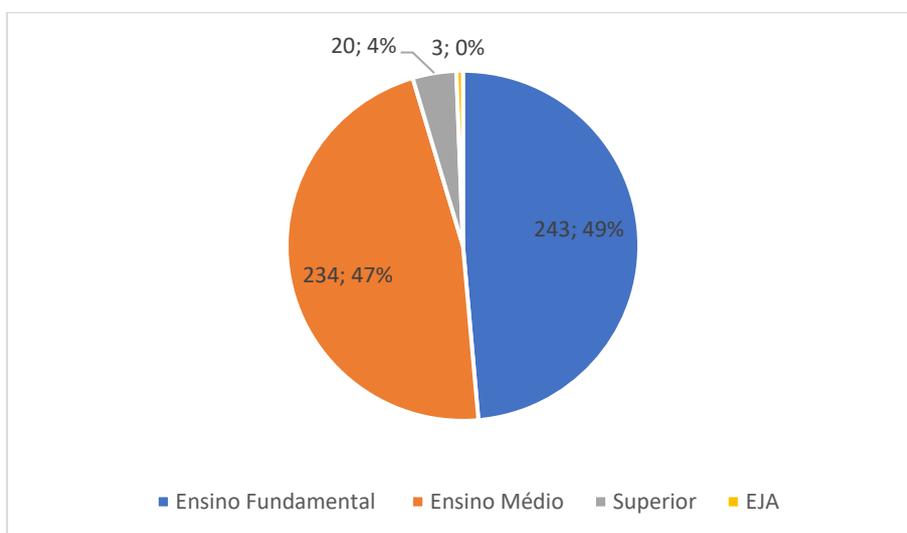


Gráfico 82 - Escolaridade das mulheres atendidas no CRAM no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Ao verificarmos o gráfico de linha, notamos que até meados de 2018 a maior demanda de atendimentos era de mulheres com o nível médio de ensino, sendo que a partir dessa data, houve uma maior procura pelos serviços de assistência social por mulheres com o ensino fundamental.

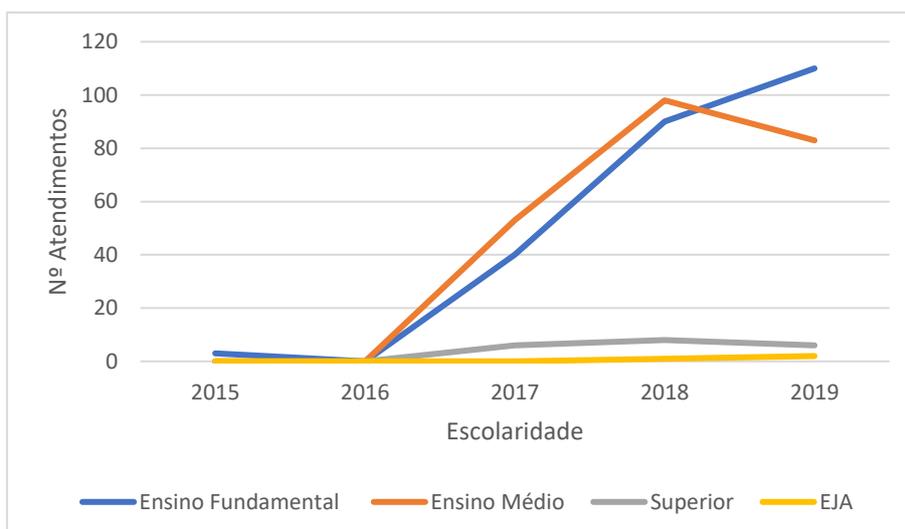


Gráfico 83 – Comparativo em linha da escolaridade das mulheres atendidas no CRAM no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

A situação ocupacional das mulheres atendidas, demonstrou que 56,7% é de dados faltantes ou dados não informados. No entanto, dos dados válidos temos que a maioria, correspondendo a 17,5% dos atendimentos trabalhava por conta própria e 10% estavam desempregadas. As demais situações ocupacionais somam cerca de 15% e incluíram mulheres que possuem vínculo empregatício, aposentadas, as que recebem pensão e as que possuíam outras fontes de renda.

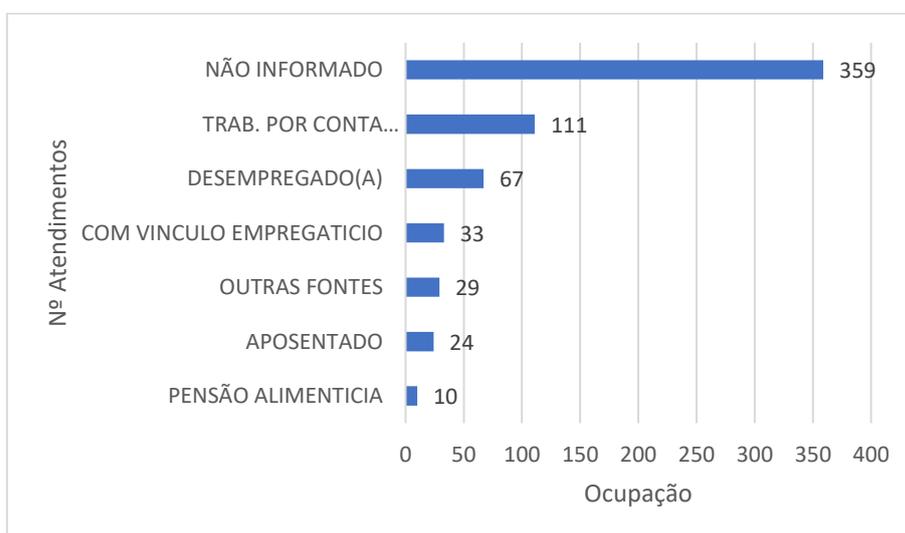


Gráfico 84 – Situação ocupacional das mulheres atendidas no CRAM no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

A faixa etária das mulheres atendidas no quinquênio pelo CRAM, correspondem a 3,6% de mulheres entre 18 e 20 anos; 24,6% de mulheres entre 21 e 30 anos; 36,4% de mulheres entre 31 e 40 anos; 25,0% de mulheres entre 41 e 50 anos e 10,5% de mulheres entre 51 e 60 anos.

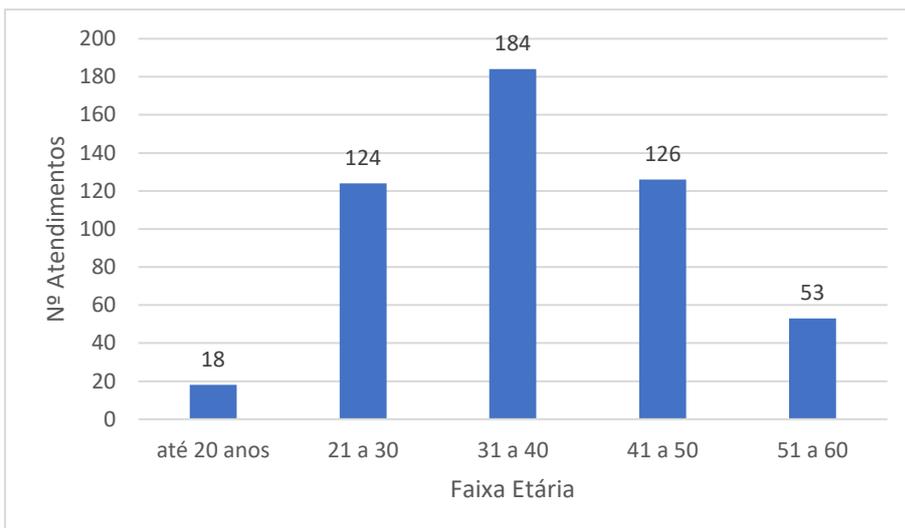


Gráfico 85 – Faixa etária das mulheres atendidas no CRAM no período de 2018 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Os atendimentos provenientes de mulheres que passaram por violência física somam 352 casos. Desses, a maioria, sendo 56% dos casos, foi de mulheres agredidas pelo companheiro. As que foram agredidas pelo ex-companheiro somam 33% dos casos. Os demais casos somam 11,1% e referem-se a agressões sofridas por parentes, namorado e ex-namorado, pessoas conhecidas e desconhecidas.

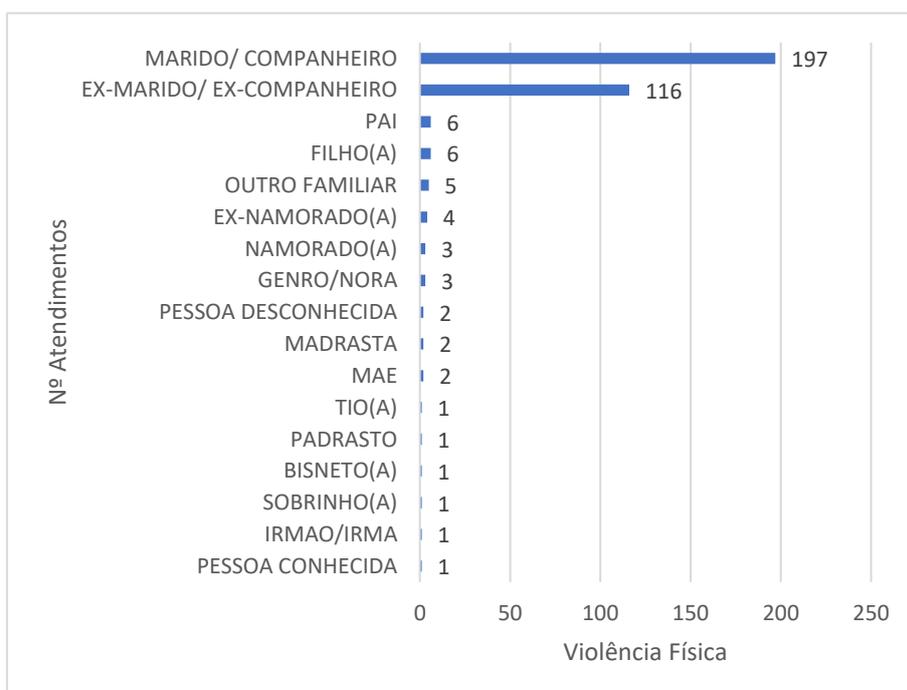


Gráfico 86 – Atendimentos a mulheres que passaram por violência física - CRAM no período de 2018 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Os atendimentos provenientes de mulheres que passaram por violência psicológica somam 396 casos. Desses, a maioria, sendo 55,3% dos casos, foi de mulheres agredidas pelo companheiro. As que foram agredidas pelo ex-companheiro somam 34,8% dos casos. Os demais casos somam 9,8% e referem-se a agressões sofridas por parentes, namorado e ex-namorado, pessoas conhecidas e desconhecidas.

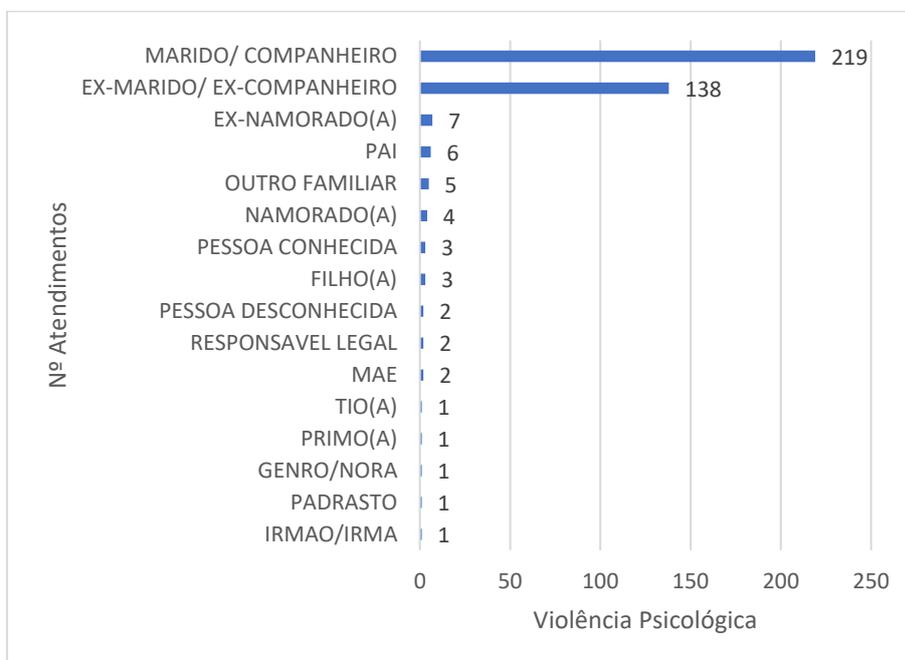


Gráfico 87 – Atendimentos a mulheres que passaram por violência psicológica - CRAM no período de 2018 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Os atendimentos provenientes de mulheres que passaram por violência sexual somam 187 casos. Desses, a maioria, sendo 51,9% dos casos, foi de mulheres abusadas pelo companheiro. As que foram abusadas pelo ex-companheiro somam 33,2% dos casos. Os demais casos somam 15% e referem-se a abusos sofridos por parentes, namorado e ex-namorado, pessoas conhecidas e desconhecidas.

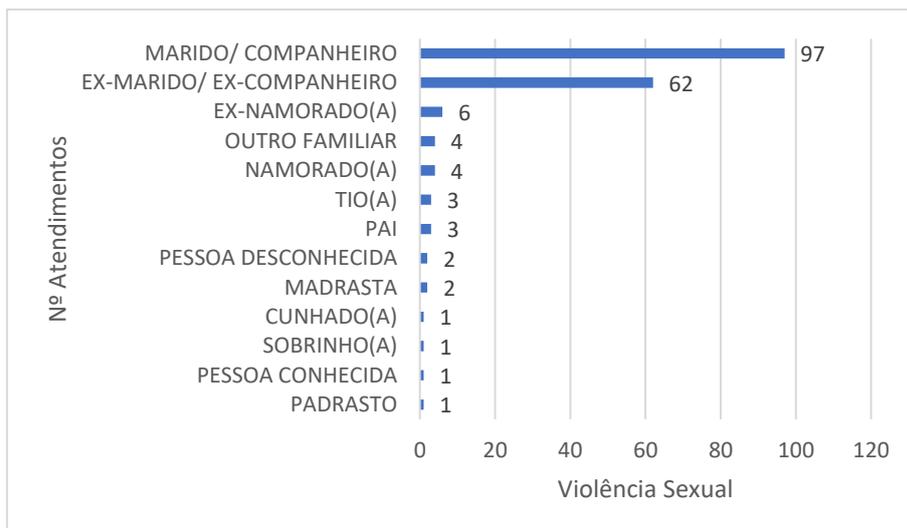


Gráfico 88 – Atendimento a mulheres que passaram por violência sexual pelo CRAM no período de 2018 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Dos locais de abrangência onde foram realizados os atendimentos, temos que 38,8% foi realizado no CRAS São José, 15,3% realizado no CRAS Novo Horizonte; 13,3% no CRAS Mario Dedini; 12,9% no CRAS Vila Sônia, 10,2% no CRAS Jd. São Paulo e 9,4% no CRAS Piracicamirim.

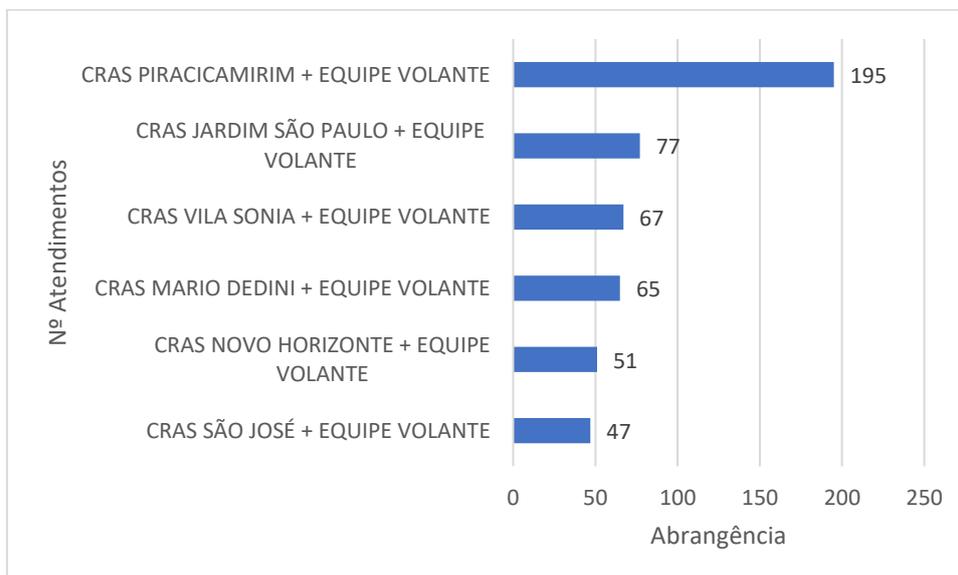


Gráfico 89 – Abrangência dos atendimentos pelo CRAM no período de 2018 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

ATENDIMENTOS PELO CREAS

Das 208 mulheres atendidas pelo CREAS, nenhuma delas declarou ser gestante e 18,3% delas possuíam algum tipo de deficiência.

O Estado civil das mulheres que procuraram os serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social em sua maioria eram de mulheres solteiras, totalizando 62% dos atendimentos. As casadas somaram 22%, as amasiadas somaram 4%, as viúvas 2%, divorciadas 2% e separadas 1%. Dados faltantes somaram 7% dos dados analisados.

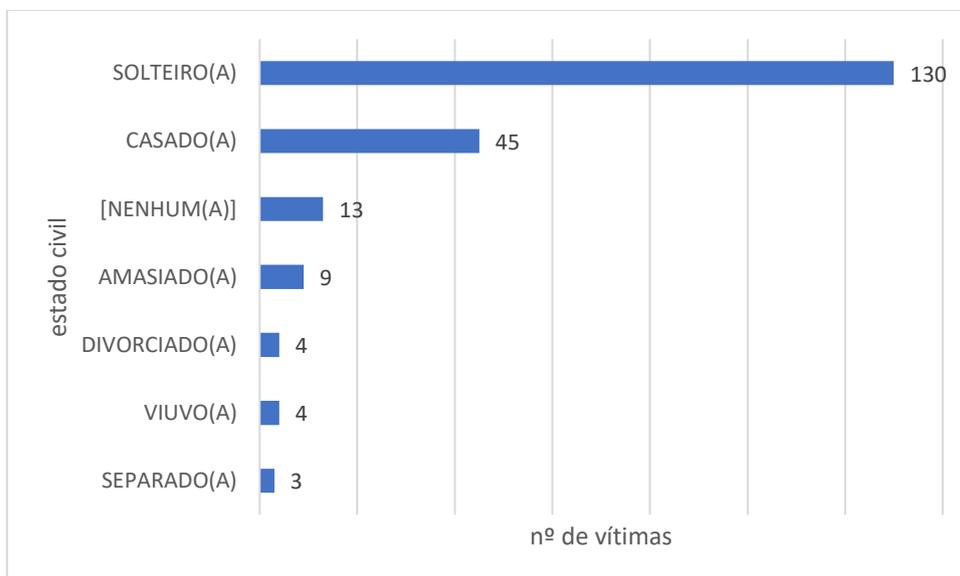


Gráfico 90 – Estado civil das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

No que se refere à cor de pele das mulheres atendidas, temos que 64% eram brancas, 21% pardas, 4% pretas, 1% amarela e soma-se um total de 10% de cor indefinida.

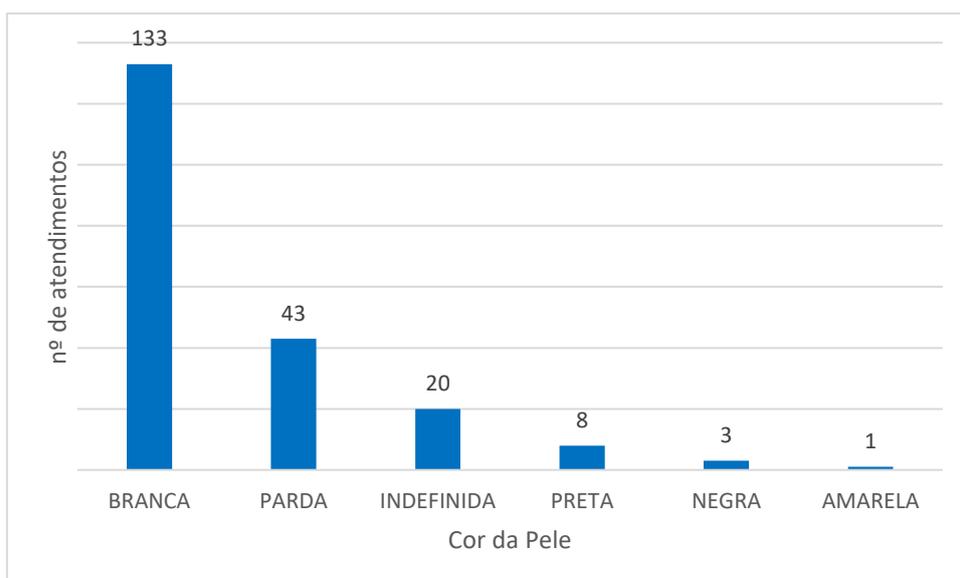


Gráfico 91 – Cor da pele das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

A escolaridade das mulheres atendidas que possuíam o 2º Grau somou 5% dos atendimentos, as que possuíam o 1º Grau completo somou 25% das mulheres atendidas, as que possuíam o 1º Grau incompleto somou 41% dos atendimentos. Já as mulheres as descritas com nenhuma escolaridade, somou 24% das mulheres atendidas e as designadas com “Outra” escolaridade somou 6% dos atendimentos.

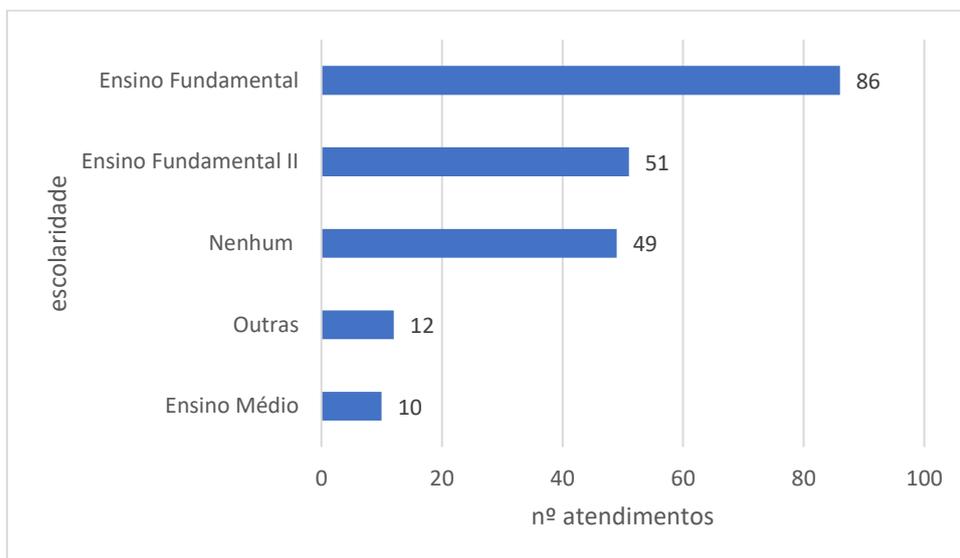


Gráfico 92 – Escolaridade das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Quanto a ocupação das mulheres que procuraram os serviços sociais somam 74% de desempregadas ou sem ocupação, 13% de autônomas, 7% que possuem renda proveniente de outras fontes, 3% de mulheres que vivem de pensão alimentícia e 3% de aposentadas.

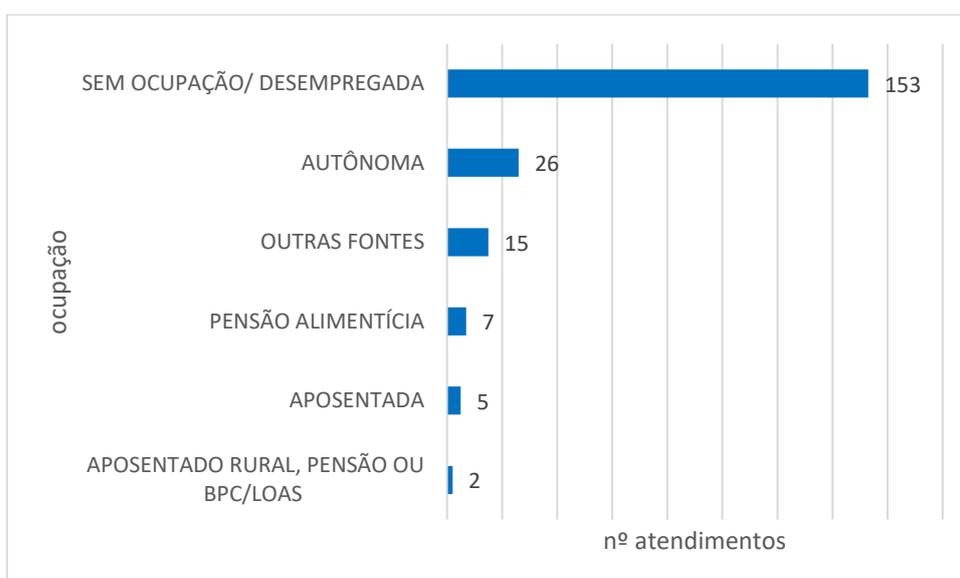


Gráfico 93 – Ocupação das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Das 208 mulheres atendidas, 18% delas possuíam algum tipo de deficiência. Destas, 50% possuía deficiência ou transtorno mental/ intelectual, 26% possuía deficiência múltipla, 16% possuía deficiência física ou amputação de membro, e 8% possuía deficiência imunológica.

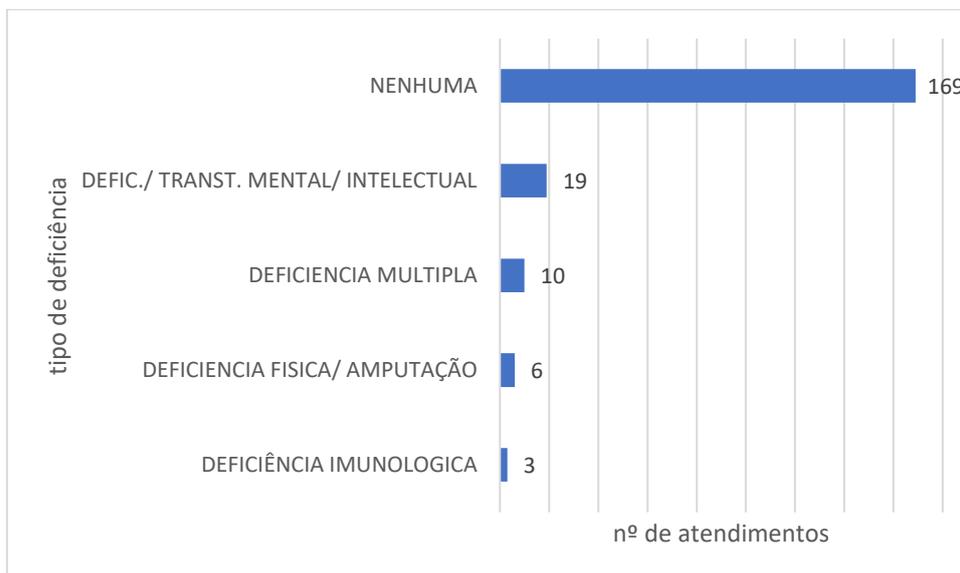


Gráfico 94 – Tipo de deficiência das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

Dos locais onde foram realizados os atendimentos, 75,6% foram nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e 24,4% foram das Equipes Volantes.

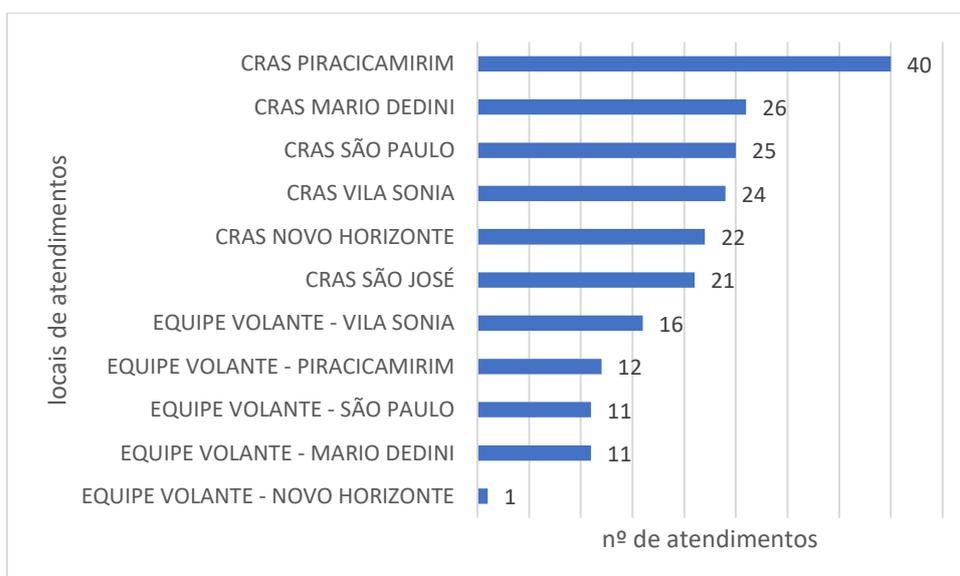


Gráfico 95 – Local de atendimento das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019. Fonte Controle de Dados da Política de Assistência Social.

ABRIGAMENTO À MULHERES E SEUS FILHOS

O Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência, trata-se de serviço de caráter provisório, destinado a mulheres com ou sem deficiência, independente de orientação sexual ou identidade de gênero, podendo estar acompanhadas de seus filhos e, ou dependentes sob sua responsabilidade, de ambos os sexos com idade até 18 anos, em situação de risco de morte ou ameaça em razão da violência doméstica e familiar, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Este serviço começou a ser ofertado pelo município de Piracicaba no ano de 2018 e totalizou entre o biênio 2018/2019, oito abrigamentos de mulheres e seus filhos, que se encontravam em situação de risco.

RESULTADOS

Finais

2015-2019

COMPARATIVO DE DADOS DOS ÓRGÃOS PESQUISADOS

Ao compararmos a variação percentual do aumento das demandas de atendimentos às mulheres vítima de violência no município de Piracicaba, levou-se em consideração a variação percentual entre o primeiro ano estudado, de 2015 com o último, 2019, e chegou-se ao resultado de aumento de demanda em todos os setores pesquisados no quinquênio.

Ressalta-se que ao longo da pesquisa, foram comparados os números que denotaram maior expressividade, como foi o caso da Segurança Pública, ao qual calculou-se a variação entre os anos de 2018 e 2019 com aumento percentual em 13,4%; Porém, ao padronizar-se a informação, chegamos aos dados da tabela abaixo comparando-se os anos 2015 e 2019.

SETOR	2015	2016	2017	2018	2019	Total	Varição
Saúde	111	132	101	180	328	852	195,5%
SMADS	31	151	172	274	341	969	1000,0%
GM	38	57	424	601	917	2037	2313,2%
Judiciário	919	794	944	975	1434	5066	56,0%
180	125	185	152	168	176	806	40,8%
DDM	6377	6162	6093	6184	7018	31834	10,1%
Total	7601	7481	7886	8382	10214	41564	34,4%

Tabela 102 – Demanda de atendimentos multissetorial no período de 2015 a 2019.

Ao calcular-se o número total de atendimentos de 2015 e 2019, chegamos à variação percentual de **34,4%** de aumento geral da demanda de atendimentos, com base no número de mulheres atendidas nos setores pesquisados de Piracicaba. Vale a ressalva que não entraram aqui outros números provenientes da Promotoria Pública, de Organizações Não Governamentais entre outras, que também assistem as mulheres vítimas de violência no município. Citamos ainda os dados das rondas da Patrulha Maria da Penha que não foram inclusos na tabela acima, mas que tiveram um aumento de 148,85% na demanda de atendimentos entre maio de 2017 e dezembro de 2019.

Levando-se em conta apenas os números de 2019 nos setores pesquisados, verificamos que foram necessários cerca de 28 atendimentos às vítimas de violência contra a mulher diariamente no município, ou seja, mais de uma ocorrência por hora, somente nos setores pesquisados.

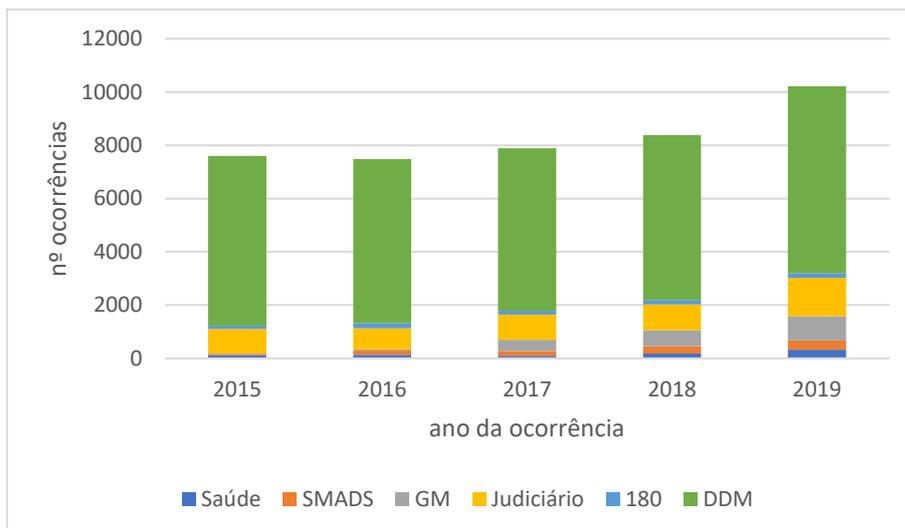


Gráfico 96 – Número de vítimas atendidas no período de 2015 a 2019 pelos setores pesquisados.

FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS

Através do uso da técnica Mapa de Calor – Heat Map, sendo essa uma ferramenta de visualização de dados através da densidade de pontos, utilizados para identificar facilmente aglomerados e encontrar onde existe uma elevada concentração de uma determinada atividade. Desta forma, usou-se o degrade de pontos em vermelho para designar os números que correspondiam a maior incidência de casos e em verde os de menores incidência.

No quadro abaixo, temos o comparativo de faixa etária dos dados dos órgãos pesquisados. Verificou-se que a faixa etária das vítimas que procuraram atendimento nos Centros de Saúde, possuíam uma faixa etária **menor** que os demais órgãos, que correspondia em 72% dos casos a faixa etária de 11 a 40 anos. Quando desfragmentamos as faixas etárias no mapa de calor, temos que os setores da Delegacia, Saúde e Assistência Social, atendem mulheres de 21 a 40 anos em sua maioria e o setor Judiciário, tem atendido mulheres de **maior** faixa etária, de 31 a 50 anos.

Percebe-se que a maior parte dos setores atende vítimas cuja faixa etária está entre 31 a 40 anos de idade. No quadro comparativo de idade das vítimas, percebe-se que a maioria dos casos acontece com mulheres em idade fecunda, dos 17 aos 50 anos. Verifica-se ainda que o pico das idades das vítimas é de 38 anos nos processos do Judiciário, 34 anos nos atendimentos da Delegacia, 36 anos nos atendimentos da Saúde e 35 anos na Assistência Social.

Faixa Etária	Judiciário	DDM	Saúde	SMADS	Total	Percentual
0 a 10	36	287	71	0	394	2%
11 a 20	179	1867	167	39	2252	10%
21 a 30	1028	3764	229	183	5204	23%
31 a 40	1581	4657	220	250	6708	30%
41 a 50	1186	2869	87	171	4313	19%
51 a 60	532	1647	52	70	2301	10%
61 a 70	256	768	15	0	1039	5%
71 a 80	103	251	9	0	363	2%
81+	46	57	2	0	105	0%
						100%
Mapa de Calor	77%	70%	72%	85%		

**DDM, Assistência Social e Judiciário - dados válidos para a variável "idade"*

Gráfico 97 – Mapa de calor comparativo de faixa etária de vítimas atendidas no período de 2015 a 2019 pelos setores pesquisados.

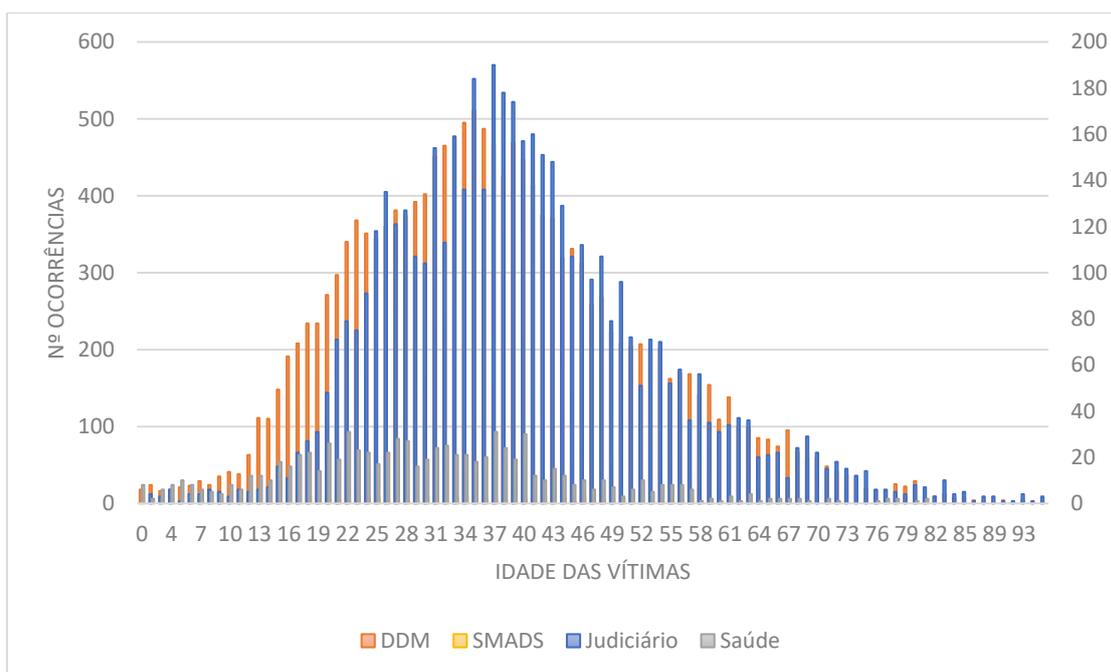


Gráfico 98 – Comparativo de faixas etárias de vítimas atendidas no período de 2015 a 2019 pelos setores pesquisados.

FAIXA ETÁRIA DOS AUTORES

Através dos dados comparativos dos órgãos que disponibilizaram as informações de local de moradia das vítimas, sendo o Poder Judiciário e Secretaria de Segurança Pública, podemos realizar um comparativo utilizando a técnica de Mapa de Calor.

Verificamos que a faixa etária dos autores permeia os 31 a 40 anos em 38% dos processos do Poder Judiciário e em 34% dos Boletins de Ocorrência da Secretaria de Segurança Pública.

FAIXA ETÁRIA	JUDICIÁRIO	DDM	Total	Percentual
até 20 anos	19	1106	1125	6%
21 a 30 anos	794	3415	4209	23%
31 a 40 anos	1721	4680	6401	35%
41 a 50 anos	1201	2574	3775	21%
51 a 60 anos	578	1286	1864	10%
61 a 70 anos	158	423	581	3%
71 a 80 anos	45	106	151	1%
mais 81 anos	7	34	41	0%
			18147	100%
Mapa de Calor	38%	34%		

**DDM e Judiciário - apenas dados válidos*

Gráfico 99 – Mapa de calor comparativo de faixa etária dos autores no período de 2015 a 2019 pelos setores pesquisados.

REGIÃO DAS VÍTIMAS E AUTORES

Através dos dados comparativos dos órgãos que disponibilizaram as informações de local de moradia das vítimas, sendo o Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Saúde e Patrulha Maria da Penha, podemos realizar um comparativo utilizando a técnica de Mapa de Calor.

	Judiciário	DDM	Saúde	Patrulha	Total	Percentual
CENTRO	645	3077	88	66	3876	17%
LESTE	1101	1767	124	222	3214	14%
NORTE	1206	3964	193	19	5382	24%
SUL	1070	3592	263	293	5218	23%
OESTE	837	2374	158	283	3652	16%
RURAL	202	1028	21	5	1256	6%
					22598	100%
Mapa de Calor	24%	25%	31%	65%		

**DDM e Judiciário - apenas dados válidos*

Gráfico 100 – Mapa de calor comparativo da região de moradia das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019 pelos setores pesquisados.

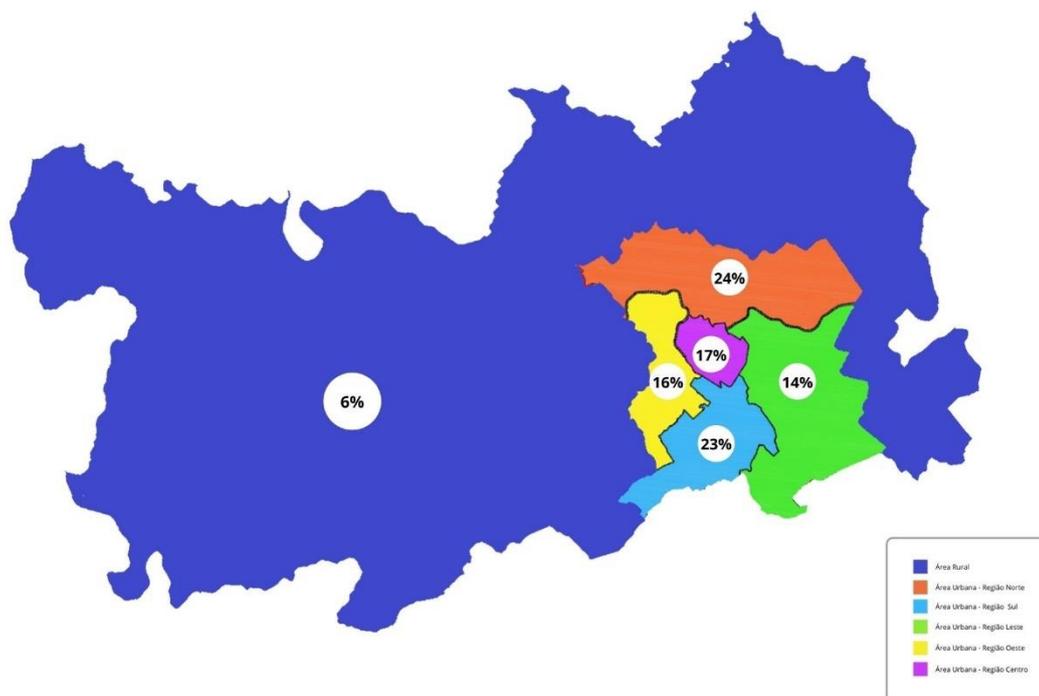


Figura 1 - Mapa de Piracicaba separado por regiões urbanas e rural com os índices de moradia das vítimas de violência.

Foi possível, através dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública e pelo Poder Judiciário, tabular o comparativo dos bairros em que os autores e suas vítimas residem. Já os demais setores não possuíam dados de moradia do autor, o que não possibilitou realizar o comparativo.

	Judiciário		DDM		Total	Percentual
	Autor	Vítima	Autor	Vítima		
CENTRO	615	645	3001	3077	7338	18%
LESTE	1263	1101	1750	1767	5881	14%
NORTE	1162	1206	3948	3964	10280	25%
SUL	771	1070	2363	3592	7796	19%
OESTE	238	837	1019	2374	4468	11%
RURAL	1013	202	3493	1028	5736	14%
					41499	100%
Mapa de Calor	25%	24%	25%	25%		

**DDM e Judiciário - apenas dados válidos*

Gráfico 101 – Mapa de calor comparativo da região de moradia das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019 pelos setores pesquisados.

ESCOLARIDADE DAS VÍTIMAS

Através dos dados comparativos dos órgãos que disponibilizaram as informações de escolaridade das vítimas, sendo eles, a Secretaria de Segurança Pública, Assistência Social e Secretaria da Saúde, foi possível realizar o comparativo utilizando a técnica de Mapa de Calor.

Verifica-se que em todos os órgãos, a maioria das vítimas possui até o primeiro grau, sendo que na Secretaria de Segurança Pública os números se equiparam com os das que possuem o segundo grau de escolaridade.

	AÇÃO SOCIAL	DDM	Saúde	Total	Percentual
1º Grau	383	5602	364	6349	36%
2º Grau	244	5581	286	6111	34%
Superior	20	2173	55	2248	13%
Outras	46	0	0	46	0%
Nenhum	49	0	48	97	1%
Ignorado	0	2856	99	2955	17%
					100%
Mapa de Calor	52%	69%	43%		

**DDM e Judiciário - apenas dados válidos*

Gráfico 102 – Mapa de calor comparativo da escolaridade das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019 pelos setores pesquisados.

Percebe-se na comparação dos dados, que a maioria das vítimas possui baixa escolaridade, sendo possível que a violência das quais sofrem, possa estar diretamente relacionada com esse fato. Corroborando com este dado, citamos o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que revelou que mulheres jovens de baixa escolaridade são as que mais desistem de procurar emprego, o que conseqüentemente provoca uma situação de dependência financeira do agressor.

COR DE PELE DAS VÍTIMAS

O quadro abaixo demonstra através da técnica Mapa de Calor, que 70,4% das vítimas tinham a cor de pele branca.

	AÇÃO SOCIAL	DDM	Saúde	Total	Percentual
Branca	566	11404	543	12513	70,4%
Parda	243	3683	188	4114	23,1%
Preta	78	940	86	1104	6,2%
Amarela	9	39	2	50	0,3%
				17781	100%
Mapa de Calor	63%	71%	66%		

**Dados válidos*

Gráfico 103 – Mapa de calor comparativo da cor de pele das vítimas atendidas no período de 2015 a 2019 pelos setores pesquisados.

MEDIDAS PROTETIVAS

Comparando-se os processos de solicitação de Medidas Protetivas do Poder Judiciário com as Medidas Protetivas recebidas pela guarda municipal, temos que em média, 85% dos processos de solicitação da Medida Protetiva foram concedidos às vítimas.

COMPARATIVO DE SOLICITAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS (MP) DO PODER JUDICIÁRIO E RECEBIMENTO DE MEDIDAS PELA GUARDA MUNICIPAL			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	2017	2018	2019
Patrulha Maria da Penha	275	361	527
Poder Judiciário	316	437	616
Percentual de Concessão de MP.	87%	83%	86%

Tabela 103 – Comparativo entre solicitações e concessões de Medidas Protetivas no período de 2015 a 2019.

CONCLUSÃO

A Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime e deve ser apurado por meio de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica Contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas cidades em que ainda não existem, nas Varas Criminais. A lei também tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social.

No entanto, apesar da violência contra a mulher ser crime cuja sanção são as penas privativas de Liberdade, verificamos ao longo da pesquisa que dos 15.124 Boletins de Ocorrência realizados e dos 5066 processos, houveram apenas 10% de condenações e apenas oito condenações à prisão no quinquênio estudado. Assim, podemos supor que os autores das

violações não se intimidam ao conhecerem esses números e podem não ser influenciados a uma alteração de comportamento em virtude da Lei. Porém, constatou-se os esforços do Poder Judiciário na concessão de 85% de Medidas Protetivas solicitadas pelas vítimas e o notável aumento na variação percentual em 403% de se proferir sentenças condenatórias aos autores entre o período de 2015 e 2019.

Quanto a proximidade dos autores da violência com as vítimas, a atual pesquisa apontou que nem em vias públicas e nem dentro de seus lares as mulheres parecem estar seguras, pois verifica-se que em **93,4%** dos Boletins de Ocorrência registrados, as violações de direitos foram provocadas por alguém com quem a vítima possuía vínculo afetivo, sendo relacionamento amoroso (União Estável, Casamento ou outro tipo de Relacionamento Amoroso) ou parentesco. A grande maioria, 68% delas, foram agredidas dentro de casa e 16% em vias públicas.

O perfil da mulher vítima de violência no município de Piracicaba, possui as seguintes características em sua maioria: mulher branca, 34 anos, natural de Piracicaba, possui o primeiro grau de instrução, foi violada dentro de sua casa, pelo companheiro com a qual possui relacionamento afetivo e seu sustento provém de prendas domésticas, profissão não remunerada voltada aos cuidados com a família e sem direito a aposentadoria.

Durante a análise verificamos que o grau de instrução e a profissão que ocupam parecem estar diretamente ligadas com o índice de violência que sofrem, sendo que, quanto maior o nível de escolaridade e o poder que exercem através de sua profissão, menor é a probabilidade dessa mulher sofrer algum tipo de violação.

O perfil do autor de violência possui as seguintes características: homem, branco, 35 anos, natural de Piracicaba, possui primeiro grau de instrução e está desempregado.

Como hipótese podemos apontar que o grau de instrução e a baixa remuneração, contribui com a agressividade dos autores com as suas companheiras, principalmente se estas não exercem atividade remunerada. Presume-se então que, na maioria dos casos, o fator econômico se encontra diretamente ligado às questões de violência contra a mulher.

As tipificações mais cometidas em Piracicaba foram os crimes de Ameaça, crimes contra a honra e crime de lesão corporal. Verificando a preferência das tipificações por parte dos autores, pode-se presumir que a maneira pelo qual exercem o controle sobre as vítimas é prioritariamente pelo uso do medo, seguido pelo descrédito da fala da vítima através dos crimes de calúnia, injúria e difamação.

A pesquisa apontou que o grau de escolaridade de uma mulher influencia diretamente no tipo de crime ao qual ela é submetida. As meninas e mulheres com até o segundo grau de escolaridade são as mais acometidas pelos crimes de Ameaça, Crimes contra a Honra, Lesão Corporal, Maus Tratos, Homicídio, Estupro de Vulnerável, Crimes Sexuais e Estupro. Já as mulheres com o ensino Superior, são atingidas em sua maioria por crimes de Constrangimento, crimes de Dano e Violação de Domicílio, e estão gradativamente realizando mais boletins de ocorrência ao longo do período estudado.

A pesquisa Survey coletou sugestões de políticas públicas e ações de erradicação da violência contra a mulher. As respostas das participantes referiram-se a sugestões de criação de entidade que dê apoio emocional, acolhimento, proteção, valorização da fala da mulher, através de programas que lhe dê respaldo e lhe permita desenvolver condições de sair da situação de violência e da dependência do agressor. Também foi sugerida a criação de uma Casa de

Acolhimento na cidade/ Casa Abrigo; Aluguel Social pós abrigamento; Atendimento psicológico aos filhos da vítima; e leis mais severas para quem pratica a violência contra as mulheres. Destas podemos citar leis que proíbam o agressor de exercer cargos públicos, de se candidatarem a cargos políticos, entre outros.

Apesar de verificarmos a soma de esforços dos órgãos públicos de Piracicaba no combate à violência contra a mulher, infelizmente, ainda não é possível comemorar a diminuição, muito menos a erradicação dessa forma de violência. Mesmo assim, é importante reconhecer os avanços conquistados, dentre eles, a possibilidade de que vozes silenciadas por séculos sejam escutadas, assim como a averiguação de que diversas ações de enfrentamento à violência contra a mulher são disponibilizadas no município, através dos atendimentos citados na pesquisa, observando que as políticas públicas adotadas **vem acompanhando a tendência do aumento da oferta de serviços** de apoio e atendimento às mulheres vítimas de violência.



ENTIDADES *De Apoio*

DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PODEM SER FEITAS PELOS SEGUINTE CANAIS:

- Disque 153 – Atendimento da Guarda Civil
- Polícia Militar 190
- Disque Denúncia 180 - Central de Atendimento à Mulher em situação de Violência
- Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) - Rua Alferes José Caetano, 1.018, telefone 3433-5878/ 3433-7022
- Disque 100 – Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO

AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS
Rua Moacir Corrêa, 155 – Campestre. Telefone: (19) 3411-6520.

AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL VILA CRISTINA
Rua dr. Antônio Augusto de Barros Penteado, 422 – Jardim elite Telefone: (19) 3402-3028 / 3413-4285

CENTRO ESPECIALIZADO EM SAÚDE DA MULHER (CESM)
Endereço: Rua Santa Cruz, 2043, Paulista Telefone: (19) 3434-6966

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRAM - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER
Rua: Cel. João Mendes Pereira de Almeida, 230 - Nova América
Tel.: 3374-7499

CREAS I - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Cel. João Mendes Pereira de Almeida, 232 - Nova América
Tel.: 3435.1973 / 3432.1712

CREAS II - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Antônio Cobra Filho, 405 - Jd. São Vicente II

PRÉ ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Governador Pedro de Toledo, 2099 - Centro
telefone: 3374-7079

EQUIPE DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - DO CRAMI (CRIANÇA E ADOLESCENTE)
Rua: Ipiranga, 771 - Centro
Telefone: 3927-1401 e 3927-1501

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, CULTURA E POLÍTICA NEGRA (CDCPN/SemacTur)

Endereço: Avenida Maurice Allain, 454, Parque do Engenho Central, Vila Rezende, Piracicaba
Telefone: (19) 3403-2617
<http://www.semec.piracicaba.sp.gov.br/cdcpn/>

DISQUE RACISMO 156
http://sistemas3.piracicaba.sp.gov.br/semad/Protocolo/ctr_MenuProtocolo156/ctr_MenuProtocolo156.php

ENTIDADE DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
Endereço: Rua Alferes José Caetano, 834, Centro, Piracicaba.
E-mail: camara@camarapiracicaba.sp.gov.br
<https://www.camarapiracicaba.sp.gov.br>

ENTIDADES DO PODER JUDICIÁRIO

COMISSÃO DA MULHER DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) – 8ª SUBSEÇÃO
PIRACICABA
Av. Independência, 3347 - Alemães, Piracicaba - SP, 13416-230 Telefone: (19) 3433-1126
<https://www2.oabsp.org.br/asp/subsecoes/subsecao.asp?codsub=8>

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
R. Benjamin Constant, 823 - Centro, Piracicaba – SP Telefone: (19) 3422-2982

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (MPSP)
Rua Almirante Barroso, 491 - São Judas, Piracicaba – SP Telefone (19) 3433.6185 / 3434.7843
piracicaba-crim@mpsp.mp.br

CONSELHOS MUNICIPAIS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)
Rua Joaquim André, 895, Centro, Piracicaba Telefones: (19) 3434-0461 e 3434-7137 E-mail:
cmdcafumdeca@piracicaba.sp.gov.br <http://conselhos.piracicaba.sp.gov.br/>

CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER
conselhodamulher@piracicaba.sp.gov.br
<https://www.facebook.com/Conselho-da-Mulher-do-Municipio-de-Piracicaba-812325588842765/>

CONSELHO MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE
PIRACICABA (CONEPIR)

E-mail: conepir.piracicaba@gmail.com <https://conepir.org/>
<http://conselhos.piracicaba.sp.gov.br/>

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO DE LGBT (CMP-LGBT)

E-mail: conselho.lgbt@outlook.com <http://conselhos.piracicaba.sp.gov.br/> Grupo de Trabalho
“Rede de Atendimento e Proteção às Mulheres”

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS)

Rua: Alferes José Caetano, 1212, Centro, Piracicaba Telefone: (19) 3402-7008 E-mail:
saude_piraconselho@yahoo.com.br; <http://conselhos.piracicaba.sp.gov.br/>

ENTIDADES DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ACAMPA PELA PAZ E O DIREITO A REFÚGIO

É uma organização não governamental que tem como objetivo defender os Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário e o Direito a Refúgio. Acampa abre um espaço de encontro para procurar respostas coletivamente, de violência de gênero, racismo, preconceito, perseguição política, religiosa, entre outras que trazem a guerra e não a paz.
www.redacampa.org

COLETIVO FEMINISTA, ANTIRRACISTA E ANTIFASCISTA MARIAS DE LUTA

Manifestação construída por diversos coletivos feministas, organizações sociais, instituições e mulheres que não fazem parte de nenhum movimento, mas acreditam na luta feminista.
E-mail: mariadaslutas19@gmail.com

COLETIVO PROMOTORAS LEGAIS POPULARES (PLPS)

São lideranças comunitárias que escutam, orientam, dão conselhos e auxiliam outras mulheres a ter acesso à justiça e aos serviços que devem ser procurados quando sofrem algum tipo de violação de seus direitos.
E-mail: plp.piracicaba@gmail.com

ESCOLA DE MÃES PROF.^a BRANCA MOTTA DE TOLEDO SACHS

A Escola de Mães, desde 1939 desenvolve um programa de atendimento às gestantes em situação de vulnerabilidade social, com consultas médicas de pré-natal, puericultura e apoio psicossocial através de palestras. Seus bebês tem atendimento até os 2 anos de idade com o recebimento de enxoval, consultas médicas pediátricas e leite após desmame.
Rua Prudente de Moraes, 1578 – Bairro Alto
Telefone: 3433-3428

PROJETO HEROICA – MULHERES POR INTEIRO

Organização Não Governamental que atende a casos de vulnerabilidade ou hipossuficiência da mulher, incluindo situações de violência física, verbal e moral.
projetoheroica@gmail.com
Telefone: (19) 98330-0480
<https://www.facebook.com/projetoheroica/>

GLOSSÁRIO



Ameaça

Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

Fonte: artigo nº 147 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Cárcere Privado

Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado. Fonte: artigo 148 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Feminicídio

É o termo usado para denominar assassinatos de mulheres cometidos em razão de a vítima ser do sexo feminino.

Fonte: Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.

Homicídio

Destruição voluntária ou involuntária da vida de um ser humano; matar alguém. Fonte: artigo 121 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Medidas Protetivas de Urgência

São medidas cautelares que o juiz poderá conceder à vítima, no prazo de 48 horas, requeridas pela vítima ou pelo Ministério Público. São elas: suspensão ou restrição do porte de armas do agressor; afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; distanciamento da vítima, dentre outras.

Fonte: Lei Maria da Pena, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Tráfico de Pessoas

Caracterizado por agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alugar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com finalidade de remover-lhe partes do corpo, submetê-la a qualquer tipo de servidão, adoção ilegal ou exploração sexual.

Fonte: artigo 149-A do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Violência contra Diversidade Religiosa

Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso, vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso.

Fonte: artigo 208 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Violência Doméstica e Familiar

Na Lei Maria da Pena, configura-se como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial contra a mulher, a saber:

- **Violência física** – qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- **Violência patrimonial** – conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- **Violência psicológica** – conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise

degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

- **Violência sexual** – conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição mediante a coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- **Violência moral** – conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Fonte: Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Violência no Esporte

Tem como objetivo incentivar esportistas, amadoras ou profissionais, dirigentes e mulheres do meio do esporte a denunciar casos de assédio (moral e sexual) e violência por meio do Ligue 180. BALANÇO 2019 56

Violência Física

Ação de ofender a integridade corporal ou a saúde de alguém.

Fonte: artigo 129 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Violência Institucional

É a ação ou omissão das instituições prestadoras de serviços públicos ou privados estabelecidos por lei ou intervenção arbitrária, autoritária ou excessivas de provisionais vinculados ao Município, Estados ou União, seja por órgão ou serviço público ou agente público.

Violência Moral

Ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher.

Fonte: artigos nº 138, nº 139 e nº 140 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Violência Obstétrica

Violência cometida contra a mulher grávida e sua família em serviços de saúde durante a assistência ao pré-natal, parto, pós-parto, cesárea e abortamento. Pode ser verbal, física, psicológica ou mesmo sexual e se expressa de diversas maneiras explícitas ou veladas.

Violência Policial

Intervenção arbitrária, autoritária ou excessiva praticadas por instituições de segurança pública (policiais militares, civis, federais rodoviários e guardas municipais) ocasionando danos físicos, emocionais e sofrimento psíquico.

Violência Sexual

Ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se

como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros.

Fonte: artigo nº 213 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Violência Virtual

Caracterizado pela violência intencional e repetida que se manifesta no ambiente virtual, o cyberbullying apresenta o agravante de proporcionar um pseudo-anonimato ao agressor e de potencializar a propagação da agressão por conta do alcance que o mundo online possibilita (ofensas morais, ameaças, extorsões, fraudes, divulgação ilegal de imagens, estupro virtuais, etc.).

Fonte: artigo nº 154-A do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Trabalho Escravo

São elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo - condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais e que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças, violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). Os elementos podem vir juntos ou isoladamente.

Fonte: artigo nº 149 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

A stack of four books with various colored covers (brown, yellow, white, and red) is shown. A pink rose is placed in the foreground to the right of the books. The entire scene is set against a light, warm-toned background.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ALVES, M. C. L.; DUMARESQ, M. L.; SILVA, R. V. **As Lacunas no enfrentamento à violência contra a mulher**: análise dos bancos de dados existentes acerca da vigilância doméstica e familiar. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, 2016. (Texto para discussão nº 196). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/TD196>. Acesso em: 10 set. 2020.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, DF: Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 10 set. 2020.

BARTHOLOMEU, J. S. S. "Sueli Carneiro". In: *ENCICLOPÉDIA de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2019. Disponível em: <http://ea.ffmpeg.usp.br/content/sueli-carneiro>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, DF: Casa da ONU, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados de morbimortalidade masculina no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/fevereiro/19/Folder---dados-de-morbimortalidade-masculina-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 1.973, de 01 de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2 ago. 1996. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Painel de violência contra mulheres**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL DE DIREITOS. **Para Jurema Werneck, é preciso estimular o diálogo sobre Direitos Humanos**. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/noticias/478-para-jurema-werneck-preciso-estimular-o-dilogo-sobre-direitos-humanos>. Acesso em: 10 set. 2020.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Cida Bento é uma das 50 pessoas mais influentes no mundo no campo da diversidade. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/mercado-de-trabalho-comercio-servicos/8825/cida-bento-e-uma-das-50-pessoas-mais-influentes-no-mundo-no-campo-da-diversidade>. Acesso em: 2 out. 2020.

CMCVM - Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. Casos de violência política contra as mulheres. [S.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (2:46:45). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oGxenJx6-W4&feature=youtu.be>. Acesso em: 18 set. 2020.

COMPROMISSO E ATITUDE: Lei Maria da Penha. **Dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres.** [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 10 set. 2020.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. 1995, Pequim. [S.l.: s.n.], 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

GOIS, A. **Ancelmo.com.** Rio de Janeiro, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/pesquisa-8-em-cada-10-mulheres-brasileiras-tem-medo-de-andar-sozinhas-noite.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

GUARDA CIVIL (Piracicaba). **Patrulha Maria da Penha.** Piracicaba, SP: [s.n.], 2020. Disponível em: <http://guardacivil.piracicaba.sp.gov.br/patrulha-maria-da-penha/>. Acesso em: 10 set. 2020.

IBM KNOWLEDGE CENTER. **TwoStep Cluster Analysis.** New York: IBM, 2020. Disponível em: https://www.ibm.com/support/knowledgecenter/en/SSLVMB_24.0.0/spss/base/idh_twostep_main.html. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Violência contra a mulher: **o jovem está ligado?** São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2014. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-o-jovem-esta-ligado-data-popular-instituto-avon-2014/>. Acesso em: 10 set. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **SIPS 2014 - Sistema de Indicadores de Percepção Social:** tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília, DF: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24437&catid=120&Itemid=2. Acesso em: 10 set. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulheres jovens de baixa escolaridade são as que mais desistem de procurar emprego.** Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34242:mulheres-jovens-de-baixa-escolaridade-sao-as-que-mais-desistem-de-procurar-emprego&catid=3:dimac&directory=1. Acesso em: 10 set. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020.** Brasília, DF: IPEA, 2020. Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 27 set. 2020.

IPPLAP - Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. **População censitária por cor ou raça e gênero no Município de Piracicaba: 2000-2010**. Piracicaba, SP: IPPLAP, 2010. Disponível em:

<http://www.ipplap.com.br/docs/Populacao%20Censitaria%20por%20Cor%20ou%20Raca%20e%20Genero%20-%202000%20e%202010.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

JUSTIÇA tem mais de 1 milhão de processos ligados à lei Maria da Penha. **Migalhas**, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/quentes/321272/justica-tem-mais-de-1-milhao-de-processos-ligados-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 10 set. 2020.

LIBÓRIO, B. A violência contra a mulher no Brasil em cinco gráficos. **Época**, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/a-violencia-contra-mulher-no-brasil-em-cinco-graficos-23506457>. Acesso em: 10 set. 2020.

LIMA, D. C.; BÜCHELE, F.; CLÍMACO, D. A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/04/LIMABUCHELECLIMACO_homensgeneroeviolenciacontraamulher2008.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Nos homens, a violência de gênero. In: Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/livro.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAYO, M. C. S. A Violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994. Suplemento 1. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>.

MULHERES: serviços de prevenção, atendimento e proteção às mulheres no Município de Piracicaba. Piracicaba, SP: Rede de Atendimento e Proteção às Mulheres de Piracicaba, 2020. Disponível em: http://www.piracicaba.sp.gov.br/upload/kceditor/files/Cartilha_Mulheres_GT%20Rede%20de%20Atendimento%20e%20Protec_a_o%20a_s%20Mulheres%20de%20Piracicaba_out2020.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

ONU Mulheres debate aumento de feminicídios no Brasil em Fórum Virtual da Efe. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/05/25/onu-mulheres-debate-aumento-de-femicidios-no-brasil-em-forum-virtual-da-efe.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. In-depth study on all forms of violence against women. New York: ONU, 2006. Disponível em: <http://daccess-ods.un.org/TMP/8874883.html>. Acesso em: 15 set. 2020.

PROGRESS OF THE WORLD'S WOMEN 2019–2020: families in a changing world. USA: UN Women, United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women, 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org/wp-content/uploads/2019/06/Progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

RANZANI, G. 1976. Subsídios à geografia de Piracicaba. p. 13. Piracicaba, SP: IHGP, 1976.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei n. 14545, de 14 de setembro de 2011**. Organiza banco de dados contendo índices de violência praticados contra a mulher no Estado de São Paulo. 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14545-14.09.2011.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Violência contra as mulheres. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/ViolenciaMulher.aspx#!/>. Acesso em: 07 set. 2020.

SEADE. **Total do Estado de São Paulo**. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/?>. Acesso em: 20 set. 2020.

TAVARES, R. 2012. O alto custo da violência de gênero na economia. **Correio Brasiliense**, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/o-alto-custo-da-violencia-de-genero-na-economia-por-rebeca-tavares-correio-braziliense-28112012/>. Acesso em: 15 set. 2020.

